

Famílias atrofiam a mulher e encobertam a violência doméstica



Em muitos contextos familiares moçambicanos a mulher ainda é vista como uma máquina de reprodução da sua espécie, um mero complemento do homem – exaltado de todas as formas – não só enfrenta a sobrecarga das tarefas maternas e domésticas, como também é considerada o sexo mais fraco. Ela é de todo em todo subalternizada, rebaixada e subjugada às mais desagradáveis formas de abuso físico, sexual, psicológico e económico, que se resumem naquilo que, publicamente, todos deploramos, mas em privado a maioria tolera: a violência doméstica. Esta extravasou o contexto familiar, onde é incubada e encoberta há séculos, e hoje invadiu a praça pública. Está aí exposta e é o mote de vários protestos colectivos de repúdio. Porém, o seus incalculáveis efeitos nocivos são por muitos ignorados.

Texto: Emildo Sambo • Foto: Arquivo/Eliseu Patife

continua Pag. 02 →

Ponte Maputo – Katembe atrasada porque Governo não tem dinheiro para sua participação

A construção da megalómana ponte entre a capital de Moçambique e o distrito municipal de Katembe está atrasada não por causa dos vendedores do mercado “Nwankakana” mas porque o Governo de Filipe Nyusi falhou, durante o ano de 2016, a disponibilização da participação do Estado nesta obra cujo preço real ascende a 756 milhões de dólares norte-americanos.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Eliseu Patife

O “braço-de-ferro” existente entre algumas centenas de vendedores do mercado “Nwankakana” e a empresa Maputo-Sul, relativamente a alegadas indemnizações pelas bancas que possuem, não é a verdadeira causa do atraso na conclusão da ponte entre Maputo e a Katembe.

O @Verdade apurou que por detrás dessa mediatização está a necessidade, por parte do Governo de Filipe Nyusi, de uma desculpa plausível para a inauguração que não vai acontecer em 2017, como estava previsto, e nem está garantida que aconteça antes das Eleições Autárquicas de 2018.

Aliás nem é preciso ser especialista em construção para verificar que várias secções da ponte, localizadas bem longe do mercado de “Nwankakana”, estão ainda por edificar como são os casos de pelo menos cinco vãos que não estão colocados.

O verdadeiro motivo do atraso é a falta de dinheiro do Executivo para honrar a sua participação de 5% do montante global na obra, correspondente a cerca de 30 milhões de dólares norte-americanos.

A comparticipação de Moçambique na obra cuja viabilidade continua a ser duvidosa destina-se a despesas com impostos, tarifas alfandegárias, contribuições, comissões, taxas e as indemnizações aos cidadãos que precisam de ser deslocados para que a ponte seja edificada.

Investigação do @Verdade descobriu que o Governo só participou com aproximadamente 3,3 milhões de dólares em 2015 e outros cerca de 10 milhões de em 2016.

De acordo com os mapas que acompanham o Orçamento do Estado de 2017 o Executivo não disponibilizou um único meti-



cal relativo à sua parte na rubrica “41026 Construção da Ponte Maputo-Katembe”.

Entretanto o @Verdade apurou que estão previstos na proposta de Orçamento do Estado para 2018, que ainda vai ser objeto de apreciação pela Assembleia da República, mais cerca de 1,5 milhão de dólares norte-americanos.

Contas feitas pelo @Verdade indicam que o Governo ainda terá de compartilhar com mais aproximadamente 15 milhões de dólares norte-americanos, e essa é a verdadeira causa dos atrasos na construção da ponte.

O @Verdade confirmou que o Exim Bank da China já disponibilizou a totalidade

continua Pag. 08 →

A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana



Por:

BBM Pin:
2B04949C

WhatsApp:
84 399 8634

ou escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 01 - Famílias atrofiam a mulher e encobertam a violência doméstica

Uma pesquisa conduzida pelo @Verdade permitiu concluir que as campanhas de sensibilização – de que diferentes intervenientes públicos, privados e organizações da sociedade civil se envaidecem de estar a levar a acabo no sentido de estancar a violência doméstica – podem, (de) per si, ter pouco impacto nas comunidades, daí que urge encontrar formas arrojadas de inculcar nas pessoas que o fenómeno a que nos referimos é deveras malicioso e a sua erradicação passa por um trabalho aturado nos lugares onde ocorre com frequência e na consciencialização dos agressores.

Aliás, a psicóloga Brígida Nhamumbo lembra que a célula de uma comunidade, em particular, e da sociedade, em geral, é a família. E não se combate a violência doméstica ou de qualquer outra estirpe apenas com mensagens de sensibilização. É preciso apostar na consciencialização para que as pessoas tenham autonomia de pensamento e decisão. Ademais, as campanhas de combate à violência não podem ser usadas como marketing – à semelhança do que ocorre – para colher benefícios individuais.

Determinadas famílias resistem aos recorrentes apelos para que desaconselhem, de todo em todo, a prática deste fenómeno. Apesar de elas alinharem, publicamente, no discurso segundo o qual a violência doméstica é prejudicial e concorre, sobremaneira, para a destruição de sonhos e do futuro de muitas vítimas, no seu seio assumem a dianteira de incentivar que as mesmas vítimas consintam o sacrifício de viver amordaçadas pelo silêncio e medo de denunciar o problema, sob pretexto de preservar o lar, porque assim



foi também no passado.

Esta experiência amarga foi-nos contada por Otilia Mavota, de 34 anos de idade, residente no município da Matola, província de Maputo.

“Quando fui ao lar, a primeira coisa que me disseram é que lá nem tudo era perfeito”, começou por nos relatar e clarificou que entendeu esta mensagem dos pais como uma advertência de que iria enfrentar dificuldades.

O que a jovem mãe de quatro filhos – que deixou de frequentar a escola há anos na oitava classe – não imaginava é que o homem com o qual acabava assumir um compromisso e lhe fazia juras de amor tinha atitudes bárbaras.

“Um dia o meu marido espancou-me porque neguei de ir à cama com ele enquanto estava bêbado. Isso foi motivo para eu ouvir todo o tipo de insultos e acusou-me de ter amantes”.

O tempo passou e Otilia não tinha com quem dividir as suas mágoas nem pedir ajuda, supostamente porque o assunto “era delicado. Não sabia a quem podia contar que fui agredida por negar sexo ao meu marido. Mas eu sabia que o que ele fez era errado”.

A nossa interlocutora disse que viveu anos a fio a sofrer nas mãos do pai dos seus filhos. “Um dia cansei-me, reuni a família e contei tudo o que me sufocava. Achei que tivesse descarregado um fardo mas carreguei outro: ele foi repreendido mas depois todos [os parentes] olharam para mim e disseram que não estava a saber ser uma boa mulher. Eu devia saber que o chefe da família não pode ser contrariado e que briga de marido e mulher não pode ser tema se conversa alheia”.

Sem o apoio dos que provavelmente podiam debelar o problema, vários anos de humilhações passaram e nada mais restava à Otilia senão encontrar meios próprios para se livrar da violência a que estava sujeita. E voltar para a casa dos pais não foi a melhor solução, pois, em vez de amparo, foi de todas as formas censurada.

“Numa noite ele bateu-me, como sempre, e acordei com a cara toda inchada e sentia dores em todo o corpo. Nesse dia os meus filhos perguntaram o que é que tinha acontecido mas não soube o que lhes dizer e chorei ao lado deles. A partir desse dia, decidi voltar para casa. Quando lá cheguei, todos se assustaram e pensei que era por causa dos hematomas que eu tinha no rosto mas não, para eles eu tinha me precipitado e não queria lar (...)”.

“Sempre insultava-me, agredia-me e a minha sogra perguntou-me se conhecia um lar em que tudo corria bem”

Na noite de 14 de Março de 2017, Paula Macamo, residente na localidade de Maciana, no distrito da Manhica, província de Maputo, saiu, à velocidade da luz, da casa onde vivia com o marido, os sogros e os cunhados para uma outra vizinha de tronco nu e sem calçado, para escapar de uma alegada tentativa de homicídio perpetrada pelo seu próprio esposo.

“Naquele dia, se eu não tivesse fugido, teria morrido. O meu marido bateu-me” com recurso a um pau e outros instrumentos contundentes “que não sei onde buscou e disse que queria me matar porque eu o abusava (...). Já não era mulher para ele”, narrou Paula, de 32 anos idade e mãe de três filhos, dos quais o mais velho já tem 15 anos de idade, o que significa que engravidou ela com apenas 17 anos.

Segundo as suas palavras, os pais forçaram a sua união com o marido do qual já está separado, desde que se apercebeu de que ao lado dele a sua vida estava em constante perigo.

Receosa e, algumas vezes, com vergonha de falar detalhadamente sobre o mal a que foi sujeita, Paula, contou que a agressão física partiu de um desentendimento quando ela exigiu que o cônjuge comprasse uniforme para o filho mais velho, até porque passavam semanas que ele não se pronunciava a respeito.

“Ele atirou uma nota de 200 meticais na minha cara e perguntei se não tinha boas maneiras de me entregar o dinheiro. Fez isso na presença dos meninos e perguntei se era aquela educação que queria dar aos nossos filhos”, daí que “começou a me insultar e quando lhe dei as costas disse que aquilo era falta de respeito e pretendia me educar”.

Num outro desenvolvimento, Paula contou ao @Verdade que até hoje não percebe por que razão o seu consorte fez aquilo. “Ele sempre insultava-me, agredia-me forte e feio”, mas nesse dia “bateu-me como se eu fosse uma ladra desconhecida. Para além de estar cheias de cicatrizes no corpo, ele partiu-me o braço, como doutra vez que lhe neguei sexo porque estava de período menstrual. Quando a temperatura baixa passo mal de dores intensas”.

“Eu acabava de sair de banho e ele começou a bater-me (...) na presença dos miúdos como sempre fazia, principalmente quando estivesse bêbado. Corri para uma casa vizinha sem roupa e ele seguiu-me. Bateu-se em frente de muita gente

e só me deixou quando percebeu que já não respirava” devidamente.



As sessões de pancadaria relatadas pela nossa entrevistada eram sempre acompanhadas pelos cunhados e sogros mas estes diziam para a vítima que não existe um lar sem problemas, por isso, era necessário ter paciência. “A minha sogra perguntou-me, um dia, se conhecia um lar em que os maridos nunca batiam nas suas esposas ou que tudo corria bem”.

Com esse golpe psicológico imposto pela sogra, Paula resignou-se e carregou o fardo do seu próprio sofrimento. Mas no dia em que levou porra por causa de 200 meticais decidiu dar um basta. “Sai da casa dele sem despedir e voltei para a casa dos meus pais. Ele quis que reatássemos mas eu disse a ele que se me incomodasse iria lhe denunciar na Polícia, o que nunca fiz porque sempre pensei nos meus filhos, que não merecem ter o pai preso (...)”.

“Só eu sei o que passei e nenhuma mulher merece isso”

Esmeralda Cossa, de 28 anos de idade, é mãe de duas miúdas, sendo uma de 10 e outra de cinco anos de idade. Ela vive na localidade de Guegue, no distrito de Boane, província de Maputo.

Curta e grossa, a jovem desabafou nos seguintes termos “eu tenho pavor dos dias em que não tinha o que cozinhar para as minhas filhas e era obrigada a pedir comida nos vizinhos. quando ele não tivesse o que me dar, ficávamos com a nossa fome. Por vezes, não era porque não havia dinheiro, o meu ex-marido gata-va na bebedeira e com outras mulheres. Quando me queixava diziam que devia aguentar. A minha família também falava a mesma coisa. Aguntei e até que um dia eu disse chega porque senão voltaria à casa num caixão”.

A dado momento da entrevista, Esmeralda fechou os olhos por alguns segundos, cerrou os punhos e não pôde conter as lágrimas. “Hoje não posso sorrir porque me faltam alguns dentes. Eu gostaria que ele [o

ex-marido] fosse, por um dia, mulher e algum homem fizesse só um pouco daquilo que

me fez durante muitos anos. Só eu sei o que passei e acho que nenhuma mulher merece passar por isso”.

Ela solucionou de tal forma que foi acometida por uma dificuldade de respiração, acompanhada de uma sensação de mal-estar. A entrevista acabou ali.

Atrofiada e privada dos seus direitos

Marta Estêvão tem 43 anos de idade e vive também no distrito da Manhica, concretamente na localidade de Maluana. Apesar da sua pouca idade, as rugas já começam a lhe roubar a juventude devido ao sofrimento decorrente da violência doméstica.

Ela disse-nos que quase sempre viveu com uma espinha travessada na garganta, porque não percebe por que motivo o seu marido a agride de todas as formas abomináveis.

“No princípio, nós tínhamos uma relação muito saudável. Tínhamos discussões que terminavam com uma simples conversa até que um dia ele me agrediu porque perguntei qual era o motivo de ele demorar chegar em casa”.

A partir daí, Marta passou a ser violentada de forma recorrente e assumiu isso como normal. Os anos passaram e, certa vez, o marido deferiu duros golpes contra ela, enquanto estava grávida. “Não me esqueço desse dia porque desmaiei e quando acordei sofria de paralisia numa das pernas. Achei que não voltaria mais andar”.

Ao contrário das nossas outras entrevistadas, Marta nunca encontrou uma forma de dar um basta à humilhação a que está exposta, pese embora assumira que esteja no limite da sua paciência.

A razão para estar à prova desse sofrimento, segundo a interpretação que o @Verdade faz da sua explicação, é que não dispõe de meios para subsistir e o seu marido é que suporta as despesas da casa, daí que ela tem

continua Pag. 03 →

quase todos os seus direitos hipotecados na dependência pelo esposo.

“O meu marido é que sustenta a casa e eu sozinha não sei como posso sobreviver porque não faço nada que dê dinheiro. Ele nunca permitiu para eu trabalhar nem estudar”.

Além disso, à semelhança da Paula e Esmeralda, a família da Marta diz sempre para ela aguentar, pois “não existe nenhum lar perfeito”.

Marta, nas condições em que vive, é apenas um exemplo à margem do discurso segundo o qual é preciso combater, severamente, o machismo com vista a libertar as mulheres e as crianças do sofrimento a que estão submetidas, devido à violência doméstica, um fenómeno latente nas famílias e que subiste como algo normal.

“Hoje é normal ver um homem agredido pela própria mulher”

Albano Cumbane, de 68 anos de idade, vive na vila de Maracuene, província de Maputo. Ele não se recorda de ter, alguma vez levantado a mão contra a sua esposa nem esta contra si, mas contou-nos o que classifica de verdadeiros dramas que já presenciou e confessa que alguns, recentes, aconteceram na sua família.

O nosso interlocutor afirmou que cresceu a saber que “esmurrar e pontapear” eram actos próprios dos homens que não conseguiam se fazer valer ou impor as suas opiniões através de palavras. Todavia, “as coisas mudaram e já temos mulheres que também são lobos em pele de cordeiro”.

“É normal um casal desentender-se por alguma razão mas nada que justifique a violência (...). O que eu já assisti por aí até hoje deixa os meus cabelos em pé. Um dos casos mais arrepiantes que já testemunhei”, protagonizado por um homem, este espectou “uma faca na cabeça da própria mulher porque achava que ela amantizava. A senhora sobreviveu mas fala com dificuldades”.

Segundo Albano, em Junho deste ano, a sua nora, cansada de levar porrada, também enfiou uma faca no abdómen do marido e alegou legítima defesa. “Como pai aquilo doeu-me a ainda dói-me mas ao mesmo tempo digo que ela estava saturada. Não apoio a violência mas acho que as mulheres já apanharam demais dos seus maridos e estão retaliar”.

O ancião disse ainda que, actualmente, é normal ver um homem agredido pela própria mulher ou esta pelo parceiro porque as famílias convivem e convivem com mal naturalmente e só se queixam dele quando atinge propor-

ções alarmantes.

“Eu que te falo nunca me dirige à esquadra para expor o que assistia na minha casa ou noutra porque sempre tive a esperança de que o casal vai se acertar. Cresci numa família em que as discussões de um casal terminavam em casa e fui ensinado que nenhum lar é abençoado”, admitiu Albano, acrescentando que a solução para a violência doméstica “está nas próprias famílias, que devem começar a encerrar” a situação como um problema que desestrutura os lares aos poucos e, na pior das hipóteses, acaba em homicídio.

Os números que não (des)mentem

De Janeiro a Setembro do ano passado, o país registou 19.092 casos de violência doméstica. Em igual período deste ano, o número passou 20.037, sendo 11.273 ocorrências consideradas crimes e 7.272 de natureza civil, ou seja, que à luz da lei não constituem delito algum. Tal é o caso de divórcios, prestação de alimentos, entre outros.

Estes dados foram revelados ao @Verdade por Joaquim Nhampoca, da Repartição de Estatística, Estudo e Difusão, no Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM).



De acordo com ele, a repartição que dirige faz parte do Departamento de Atendimento à Família e Menores Vítima de Violência (DAFMVV), na mesma instituição que tem como função garantir a segurança e a ordem públicas e combater infracções à lei.

O nosso entrevistado chama atenção para o facto de a violência contra o sexo feminino e os petizes ser ainda bastante alta. Dos 20.037 casos a que ele se referiu, pelo menos 10.304 vítimas foram só mulheres, 7.075 crianças e 2.658 homens.

“Os casos especificamente de violência doméstica, de acordo com o Código Penal, foram 10.049”. Destes, 276 contra crianças, 9.536 contra adultos e 237 idosos”, disse Joaquim Nhampoca, sublinhando que, de há tempos a esta parte, existem muitos anciãos submetidos à “violência, psicológica e patrimonial”.

Ainda nos últimos nove meses deste ano, houve 900 casos de violência sexual, dos quais 277 contra petizes. A cidade e pro-

víncia de Maputo, Inhambane, Sofala e Nampula são as que registam maior número.

Joaquim Nhampoca voltou a debruçar sobre este fenómeno, ma com enfoque no abuso sexual, que na sua opinião é outro tipo de violência doméstica que “dá a dar dores de cabeça”. Tendem a ocorrer situações de estupro envolvendo menores de 12 anos de idade, ou seja, de três a seis meses e um ano de vida”, cometidas por pessoas adultas e próximas das vítimas. “Alguns casos resultam em morte e semanalmente, temos, em média, em todo o país, cinco a seis casos” destes.

Nhampoca avançou que a superstição tem sido uma das causas, pois existem indivíduos que acham que mantendo cópula forçada com uma criança ajuda a curar algumas doenças ou obter riqueza e o grosso dos violadores cometem este crime após o consumo de álcool” ou outro tipo de droga.

O nosso entrevistado disse que os números por ele apresentados indicam que a mulher ainda constitui a maioria esmagadora que sujeita a mais variada estirpe de violência, cujas causas preenchem uma extensa lista. Entre elas constam, o ciúme, o consumo do álcool e de outras drogas, o desentendimento entre a vítima e o agressor a acusação de feitiçaria.

Ainda sobre o abuso sexual, a directora nacional adjunta de Assistência Médica, no Ministério da Saúde (MISAU), Luísa Panguene, teceu uma opinião contrária a de Nhampoca, ao considerar que a violência sexual existe em menor número.

Ela não arriscou em avançar número algum a respeito disso. Contudo, segundo explicou, o tratamento de casos de estupro “é mais delicado, porque, lamentavelmente, limita muito o seu diagnóstico, encaminhamento e tratamento e combate (...)”.

Há família que ainda convivem com este mal de forma natural devido a vários motivos, dos quais a vergonha da exposição pública. Em casos mais gritantes, certas pessoas mantêm-se em silêncio em troca de favores tais como dinheiro.

O problematiza de estatísticas sobre violência doméstica

Contudo, Conceição Osório, socióloga e pesquisadora da Mulher e Lei na África Austral (WLSA, sigla em português) e uma das co-autoras do livro “Entre a denúncia e o silêncio. Análise da aplicação da Lei contra a Violência Doméstica (2009-2015)”, questionam as estatísticas que têm sido dis-

ponibilizadas pelas instituições do Estado e as considera incongruentes.



De acordo com ela, existe o que chama de “completo desnível e desencontro” da informação colhida e disponibilizada por diferentes sectores que lidam com o problema em alusão. “Até princípios do ano passado, tínhamos cerca de 30 mil casos de violência doméstica em todo o país, mas quando chegamos às procuradorias e aos tribunais distritais o número desceu em 90%. (...)”.

Longe de pretender desacreditar a informação fornecida pelas autoridades, a nossa entrevistada recorreu a alguns exemplos para fundamentar a ideia de que a produção de estatística sobre a violência doméstica precisa de ser melhorada.

“Nós tínhamos, entre 2010 e 2014, na província de Sofala, 9.048 casos de violência doméstica [arrolados pela Polícia]. Deste número, a Procuradoria Provincial só tinha registado apenas 228 casos. Onde estão as outras ocorrências, porque se a violência doméstica é um crime público ele tem de estar registado nalgum lado”.

Na falta de repostas à sua pergunta, a socióloga concluiu que, durante a recolha de dados, não existe um padrão de aferição do problema em debate, em termos numéricos, por isso, “o que nos parece é que estes números não batem uns com os outros (...). Hoje, não temos estatísticas fiáveis sobre a violência doméstica e não há muita sensibilidade para registar bem os crimes” desta natureza.

Para a pesquisadora não se sabe o número real de vítimas que denunciavam nem sequer se o tipo de violência que nos é dado a conhecer é mesmo o que existe em maior número no país.

Aliás, Instituto Nacional de Estatística (INE) tem variáveis e indicadores que “a nosso ver deveriam ser outros. Achamos, por exemplo, que a idade da vítima, a ocupação do agressor, a relação entre a vítima e o agressor” deviam ser seriamente levados em conta.

Lei sobre Violência Doméstica carece de revisão

Conceição Osório disse que está em marcha um movimento com vista à revisão da

Lei número 29/2009, sobre Violência Doméstica contra a Mulher. De acordo com a sua explicação o artigo de salvaguarda da família vai contra o espírito da própria lei e não só desvirtua a sua aplicação no que tange às medidas cautelares, como também não preceituadas de forma clara no mesmo dispositivo.

Para além de pretender ver elencada numa nova lei a obrigatoriedade de se evitar a aproximação entre o agressor e a vítima, assegurar que a denúncia de casos de violência doméstica – sendo um crime público – seja feita igualmente pelos agentes de saúde, as modificações requeridas à luz do mesmo dispositivo visam clarificar como e quando é que serão executadas as medidas cautelares.

Conceição disse que que todas as instituições públicas e privadas “conhecem melhor ou pior os princípios” daquela norma, concordam que deve ser revista” e todos admitem que a violência doméstica é um crime que merece ser “denunciado, analisado e tratado”, mas isso não basta.

As mexidas irão incidir sobremaneira nos artigos 36 e 37, disse a socióloga.

A negação da mancipação da mulher

De acordo com Joaquim Nhampoca, a intolerância é cada vez mais maior nas famílias. O exercício de poder e a dominação masculina sobre a mulher é que está na origem de tudo de mal que é violência. Alguns homens encaram determinados comportamentos das suas mulheres como desvios de padrões culturalmente aceites.

“A busca da emancipação pela mulher, num ambiente onde reina a masculinidade ou o machismo, para o homem constitui uma afronta. O homem não quer aceitar que as dinâmicas sociais existem e evoluem”, por isso, “a mulher é vista como submissa e inferior (...)”.

Segundo Nhampoca, as vítimas que por muito tempo aceitaram a violência doméstica e conviveram com ela nos seus lares, têm dito que tentaram, ao nível das suas famílias e vizinhanças, resolver o problema mas o conselho que sempre recebiam era de que “é preciso suportar porque a vida é assim mesmo”.

“Tolera-se a violência e é negociada na família” no sentido de ela terminar aí, “pese embora seja um crime público. Muitas vezes, as plataformas encontradas para amortecer a violência para que não seja denunciada e seja tratada como um caso social dentro da família”, têm em vista abafar o caso, fra-



A verdade em cada palavra.



BBM Pin: 2B04949C



WhatsApp: 84 399 8634

→ continuação Pag. 03 - Famílias atrofiam a mulher e encobrem a violência doméstica

gilizando mentalmente a mulher, comentou o entrevistado do @Verdade, exemplificando que, para as mulheres casadas e com filhos, “a sociedade relaciona a denúncia com a detenção ou prisão”.

À mulher dito que se o homem vai à cadeia, ela e os filhos não terão quem os sustente. Por isso, a dependência financeira das mulheres em relação aos seus parceiros faz com que elas permaneçam numa relação violenta (...).

Nhampoca disse ainda que a subalternização e instrumentalização dessa mulher não cessa aí. A ela é feito perceber que em caso de queixa contra o parceiro agressor, as represálias irão recair sobre ela.

“E onde existe uma mulher violentada, há uma criança que também é vítima. Algumas crianças maltratadas pelas próprias mães são vítimas da saturação de mulheres que expostas à violência doméstica pelos próprios maridos e elas descarregam a sua fúria no elo mais fraco”.

Na perspectiva de Conceição Osório, a violência doméstica, sendo um crime público, deve ser exemplarmente sancionada, uma vez que fere amplamente os princípios de direitos humanos.

Uma das causas é que ela assenta nas relações desiguais entre um homem e uma mulher. A sociedade sempre educou e ensinou a mulher a para aceitar que o chefe da família é o homem. “É assim em todas as sociedades”, mas não se pode educá-la para papéis complementares ou subordinados ao homem, mas sim, “ao mesmo nível de hierarquia”.

Na óptica de Conceição, os homens acham também que as mulheres não estão a cumprir com os seus papéis sociais e, não poucas vezes, enveredam pela agressão física, porque aprenderam que isso é uma forma correcta de impor ordem.

Neste contexto, a violência doméstica é difícil de ser combatida porque “ocorre no mundo privado”. Uma mulher só se dirige à Polícia para denunciar que é vítima de violência doméstica depois de passar por um grande ciclo de sofrimento.

“Eu não acho que os casos de violência doméstica estejam a diminuir. Isso poderia indicar que a luta contra este mal esteja a ser vencida. Pode ser que os casos estejam a ser mal tratados (...). Ou será que as pessoas estão desanimadas com as instituições por causa da maneira como lidam com a violência doméstica?”, interrogou a Conceição.

A psicóloga Brígida Nhamtum-

bo também alinhou no diapasão de Conceição, declarar que a estatística sobre o fenómeno em alusão não passa disso: “são números, há muita gente que não denuncia a violência porque não acredita na justiça (...)”.

A violência atrofia o desenvolvimento das vítimas

Brígida Nhamtumbo entende que a violência doméstica é uma prática transmitida de geração em geração, não em vários países africanos. Determinadas famílias tratam o assunto como normal, “o que é errado”, e justificam isso culturalmente.

Ela sugere que se examine a conjuntura sócio-cultural dos cidadãos e seja também analisada a construção que eles fazem da violência. “Temos mais números de violência física mas não é a única: a violência psicológica é a menos falada e poder ser a que mais mata. As vítimas carregam este mal invisível por um tempo”.

Brígida disse que como psicóloga condena tudo o que é violência porque atrofia o desenvolvimento das vítimas. Paralelamente a isso, é necessário que se preste atenção nas crianças em situação de abandono ou negligenciadas, mormente nos centros urbano, pois elas são a talvez a parte mais sofrida deste problema.

“Algumas pessoas que cometem a violência é porque têm uma parte de si morta devido à longa exposição a esse mal. A nossa sociedade é de alguma maneira tolerante à violência e isso tem muito a ver com a construção social a que os indivíduos são expostos”, explicou a fonte acrescentando que quando se “ensina a mulher a ser obediente e submissa diante do seu marido, estamos a prepará-la a ter mais características de vítima e o seu marido agressor, mas sem nos apercebermos”.

Muita gente não percebe os impactos nefastos da violência doméstica porque não está consciencializada, por isso, “queixam-se às autoridades policiais, por exemplo, e em seguida retiram a queixa”.

“Temos uma sociedade doente”

A directora nacional adjunta de Assistência Médica, no Ministério da Saúde (MISAU), Luísa Panguene, corrobora com a psicóloga Brígida no aspecto segundo o qual a violência mais visível é a física, porém, a psicológica provavelmente seja em maior número. Ela não é reportada e a própria vítima não reconhece que está a ser sujeita a ela porque é difícil de diagnosticar, incluindo

pelos técnicos de saúde.

Contudo, de há anos a esta parte, há cada vez mais gente a denunciar o problema, daí que as unidades atendem mais gente, o que na sua opinião pode não significar o aumento de casos, mas sim, da consciência sobre a necessidade de romper com o silêncio.

“A violência como um todo é um problema cultural e transcende um pouco o nosso o nosso entendimento a curto prazo. Era normal, nas sociedades antigas”, em que a mulher consentia ser espancada pelo marido sob o pretexto de que tal acção era sinal de amor.

A par do que Nhampoca expôs acima, Luísa Panguene disse que não pode haver dúvidas de que uma mulher violentada está mais susceptível a reproduzir os efeitos negativos disso nos seus filhos.



Ademais a vítima não está, por exemplo, em condições de negociar a sua actividade sexual e tem menos liberdade para o efeito. Ela torna-se uma pessoa instável, o que pode comprometer toda a estrutura familiar, enveredar pelo consumo do álcool e outras drogas pesadas e menos habilidade ou capacidade para educar os seus filhos, bem como perde o foco facilmente no trabalho.

No que tange à degradação de valores, que supostamente estão na origem da tamanha selvajaria na sociedade, a directora nacional adjunta de Assistência Médica, no MISAU) disse que, antigamente, era impensável um pai dirigir-se a escola para pagar a um professor no sentido de o seu filho passar de classe, o que hoje é uma prática que se multiplica.

“Era completamente impensável que uma mãe podia sentar no meio da rua, com as suas crianças, a pedir esmola, mas hoje isto acontece. Era completamente impensável que um filho podia bater no seu pai ou na sua mãe. Mas isso carece de estudos sociológicos e sócio-antropológicos para entendermos este fenómeno. A nossa sociedade “não é habitual. Que está doente, é verdade”. Era completamente impensável que um pai podia abusar sexualmente da sua própria filha, ou que um filho podia matar o próprio pai. “Isto denota uma sociedade doente”.

A sociedade tolera violência

Judite Sambo, responsável pela Direcção de Assuntos Transversais, Departamento de Género, no Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), acredita que o facto de algumas mulheres dependerem economicamente dos maridos é um factor de exposição à violência doméstica.

Na sua análise, por causa da globalização as sociedades estão sob efeito de vários fenómenos que outrora não eram esperados e Moçambique não é excepção.



“Agora que estamos mais em contacto com o mundo percebemos que alguma coisa não vai bem” e há muitas situações que estão longe alcance do entendimento comum e carecem de estudos até para as “entidades que produzem normas. A cada dia que passa a sociedade evolui” e algumas famílias não acompanham positivamente essas metamorfoses.

Para reprimir a violência doméstica, o MINEDH articula com os conselhos de escola, que funcionam como “vigilantes” desta instituição que lida com a instrução no país.

A instituição tem estado produzir manuais para os professores, através dos quais são dadas instruções sobre como identificar os sinais de violências domésticas nos alunos.

“Por mais que tenhamos instrumentos legais para punir a violência doméstica”, é preciso que as famílias se coíbam de perpetuar este mal porque não só preocupa o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, como também apoquentam toda a sociedade, disse Judite Sambo.

O fenómeno carece de estudo profundo

O antropólogo Carlos Botão, afecto ao Instituto Nacional de Saúde (INS), no MISAU, disse que a violência doméstica não é um problema recente na África Subsaariana, em particular em Moçambique. Existe há séculos e teve um novo cunho em função do desenvolvimento da própria sociedade.

Com o advento do liberalismo e da existência de organizações da sociedade civil que lutam pela igualdade de género no mundo, houve mais espaço

para despertar consciências e exteriorizar a violência, com o intuito de passar a ideia de que ela é maliciosa.

Em alguns contextos machistas, a violência doméstica é entendida como questão de educação e obediência de homem para a mulher. “Se a mulher foi educada para obedecer o homem”, tudo o que ela fizer na para contrariar o homem é condenável e este para legitimar o seu poder masculino recorre à violência.

Carlos Botão endossou o que os interlocutores acima disseram e considerou que a intolerância pode estar por detrás dos maus-tratos que apoquentam muitas mulheres nos seus lares. E ele aconselha as pessoas a dialogarem mais e evitarem acumular magoas, porque se transformam numa bomba-relógio que explodir a qualquer altura.

De acordo com o antropólogo, o predomínio do pensamento de que “um homem tem de ser chefe e o pilar de família, seja em ideia ou actos” é também uma das formas de propagar a violência, pois quando o mesmo homem não sente esse poder plenamente exercido se sente vulgarizado.

Na sua alocução, o nosso entrevistado afirmou que, sendo Moçambique “um país com um mosaico cultural completamente diverso”, sugere que se estude, com pormenor, por que motivo a há uma percepção diferente sobre a “violência doméstica” em vários sítios de um mesmo território.



Nas palavras de Botão, pode ser difícil estancar a violência doméstica no actual contexto, em que em determinadas províncias – como as sul – a agressão física contra a mulher é considerada uma manifestação de amor, e noutras uma ofensa condenável.

Assim, a nossa fonte chamou atenção para que se tenha atenção com as crianças, pois elas são o reflexo daquilo que os pais são. Colocá-las a testemunhar episódios de pancadaria pode ser pernicioso no futuro, pois elas reproduzir isso na fase adulta.

Calar para proteger o próprio ofensor

Catija Abubacar, técnica profissional de Acção Social, no Ministério do Género, Criança e Acção So-

continua Pag. 05 →



Boqueirão da Verdade

“Não entendi lá muito bem o contexto em que o digno representante da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) “atirou” a matar contra a massa laboral moçambicana, ao sugerir o congelamento de aumentos salariais, do décimo terceiro vencimento, das promoções automáticas e outras nas carreiras dos agentes e funcionários do Estado. Quero acreditar que seja na esteira da crise económica e financeira que afecta o país, no quadro e do convite feito pelas autoridades governamentais para que cada um de nós procure soluções para superar o presente cenário”, **Salomão Muiambo**

“Porém, seja qual for o contexto, considero muito infeliz a sugestão da CTA que, como interlocutor válido do sector privado com o Governo, pretende agravar a já de “per si” crítica situação em que os trabalhadores moçambicanos se encontram. Devido à crise, o salário mínimo pago em Moçambique é claramente desmotivante para a classe trabalhadora e não corresponde, de longe, as necessidades básicas de uma família, digamos, constituída por uma média de cinco/seis pessoas. Ora, os trabalhadores moçambicanos estão cientes dessa crise. Mas também estão cientes do seu papel como força motriz para o desenvolvimento da economia”, **idem**

“E nisso, quanto a mim, esta classe precisa de ser motivada. Em tempo de crise, uma

das formas de motivá-la é sim pagar o décimo terceiro, é sim proceder a aumentos salariais, como vem acontecendo no quadro da concertação social entre a massa laboral e o Governo e é sim a promoção nas carreiras. Não consigo guardar silêncio e ocultar o meu pensamento crítico face aos pronunciamentos, digo, infelizes e inoportunos de Agostinho Vuma que, para o seu desagrado, não escapa aos apupos dos trabalhadores. Aliás, a Organização dos Trabalhadores de Moçambique e a Confederação Nacional dos Sindicatos Independentes Livres de Moçambique (CONSILMO) já reagiram ao posicionamento da CTA, rejeitando categoricamente o que consideram de ataque aos direitos fundamentais dos funcionários, agentes do Estado e seus familiares”, **ibidem**

“Devemos resgatar a confiança do cidadão nas nossas instituições, sendo indispensável o respeito ao cidadão, abandonando procedimentos rotineiros que colidem com a Constituição da República e com as leis. A investigação criminal e o exercício da acção penal que culminem com o julgamento e condenação dos infractores devem constituir elementos que reforçam a acção preventiva pois, aquele que pensar em enveredar pelo crime, pensará, igualmente, nas respectivas e infalíveis consequências”, **Beatriz Buchili**

“Temos de estudar profundamente a nossa legislação e promover soluções que privilegiem a inovação, sempre tendo em

conta a prevenção e o combate à criminalidade. É necessário encontrar mecanismos eficazes de combate à criminalidade, através da adopção de técnicas de investigação mais consentâneas com a actual evolução do fenómeno criminal”, **idem**

“Tenho para mim que a bagunça zimbabueana terá sido precipitada pela ambição desmedida da esposa do velho presidente. A antiga primeira-dama zimbabueana, que parece ser uma analista atenta aos acontecimentos que lhe podiam ser úteis, acompanhou ao longo dos últimos anos a irreversibilidade do estado de irracionalidade do seu marido devido à sua idade avançada. E ela encontrou, nesse ponto, um aliado de peso. Fraco e cada vez mais sozinho, devido principalmente à sua aversão a ideias contrárias, Mugabe encontrou na sua esposa a única pessoa capaz de compreendê-lo. E esta, por sua vez, foi descobrindo que a melhor forma de acabar de vez com as “brincadeiras” dos camaradas era transformá-los em inimigos do presidente e convencer a este de que o melhor caminho a seguir era livrar-se deles”, **Marcelino Silva**

“Contrariamente ao que acontece noutros países governados por partidos libertadores - Angola e Moçambique são exemplos, Mugabe, de amigo dos seus camaradas, passou a ser um indivíduo convencido de que só ele é que tudo sabia, não admitindo, portanto, as opiniões (contrárias) dos outros

membros do mesmo partido. Como se sabe, os partidos Frelimo e MPLA nunca deitam fora os seus membros. Pode acontecer que um determinado militante seja punido por um certo período após o qual o mesmo é reabilitado. Já com o Mugabe, particularmente a partir de uma certa altura, deixou de ser como antes”, **idem**

“Robert Grabriel Mugabe, ontem herói, transformou-se, “num abrir e fechar de olhos”, numa figura odiada pelos mesmos zimbabueanos que “ontem” o veneravam. De uma das referências em África quando se fala(va) da luta pela emancipação dos povos, virou, por culpa própria, um déspota. Sem se aperceber, acabou dando razão ao seu antigo fiel amigo, Samora Machel, quando chamava a atenção dos seus ministros para o facto de que o poder corrompe. O poder envenena, levando a que os governantes se esqueçam da sua missão de lutar pelos interesses da maioria”, **ibidem**

“A hierarquização do valor que se atribui ao homem está na origem, por exemplo, do facto que as mulheres recebam menos pelo mesmo trabalho realizado por ambos. A maneira que estamos a transmitir as mensagens não é suficientemente clara por isso gera confusão. Não dizemos que os homens e as mulheres são iguais. Estamos dizer que na dignidade humana eles têm igualdades, o mesmo valor. Há que se respeitar este facto. Provavelmente não vamos ver

as mudanças que queremos nos próximos cinco, dez anos, mas a mudança vai acontecer paulatinamente, pois buscamos a justiça social, que não existe onde se discrimina”, **Graça Machel**

“Há três países africanos que têm merecido destaque na igualdade de tratamento a homens e mulheres. Temos a Tanzânia que concede igual salário pelo mesmo trabalho a 95% dos seus trabalhadores, a seguir Botswana com 85 e, finalmente, Moçambique com 80% de homens e mulheres a receberem o mesmo salário pela realização do mesmo trabalho. Estamos num bom caminho, mas nada impede que cheguemos a 100%. Em África, se 75% das meninas em escolarização concluem o nível primário, apenas 8% terminam o secundário. Deste universo, um número ainda menor consegue concluir o nível superior. É preciso garantir que todas as mulheres completem a escolaridade”, **idem**

“Ela (Luísa Diogo) não teve medo dos números. Temos de tomar, deliberadamente, a iniciativa de estimular as meninas a encararem as ciências exactas com o mesmo entusiasmo que se agarram às disciplinas das ciências sociais. Mais do que a inteligência de Luísa Digo, que já progredia numa carreira brilhante, valeu o bom senso do (ex)Presidente Joaquim Chissano, que soube reconhecer a capacidade naquela mulher, confiando-lhe o cargo de Primeira-Ministra”, **ibidem**




goste de nós no
facebook.com/JornalVerdade


Jornal @Verdade


Entretanto nesta segunda-feira (20), durante uma audição Parlamentar a proposta de Plano Económico e Social assim como do Orçamento de Estado para 2018, o ministro Adriano Maleiane esclareceu que o Executivo não tem intenção de não pagar o 13º mês do salário, como aconteceu no ano passado.


<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/64085>





**Rudolfo Pedro** Só pode ter consumido os comprimidos do dj
Eduardo pm · 15 h


**Telmo Cuamba** Vuma se veres que já não aguentas com o cargo é melhor se demitir em vez de querer castigar o povo moçambicano · Ontem às 17:18


**Marcia Muaves** Esse venceu com falcatrás o Quansanias Matsombe agora o próprio Quansanias deve estar a rir se dos que votaram nele envergou lhes bem mesmo · Ontem às 18:31


**Pedro Luciano** E não queremos mais metade! · Ontem às 20:29

**Custodio Lafissone** Lauziuane Maluco de Vuma, onde entra na função pública! · 15 h


**Silvestre Francisco** Simango K GOVERNO E ESSE AFINAL DEMOCRATICO OU OUTRA COISA, ASSIM VAMOS ATE A ONDE · 19 h


**Che Chiweteka** O ministro esta explicar da esquerda para direita, esta chegar com muito Eco · 23 h


**Muthetho Nhazilo** Parabens mano, tambem percebi o eco · 12 h


**Cassam Gafur** O décimo terceiro só deve ser pago


aos trabalhadores, nao se inclui governantes PCA, Deputados, porque esses tem salarios gordos ajudas de custo e muito mais regalia. · Ontem às 18:35


**Hortencia Thulane** bem disse a ivethe repista!Isó reclamam nunca agem. tudo termina nas redes sociais.q o povo faça algo. · 11 h

**Valerio Khane Novela** É melhor pagarem mesmo porque o 13 não é favor que o Governo faz ao funcionário. · 23 h


**Fazema Mugeia Fazema** Esse tal de Vuma, estava mesmo embriagado.... · Ontem às 17:28


**Antonio Tchauque** o cachimbo da paz sr VUMA PEDIMOS PARA NAO ATEAIAR FOGO PK O CAPIM STA SECO SENAO VAI INCENDIAR O PAIS. · 6 h


**Januario Amony** Vuma, vuma, voma em poco tempo ja comesou a TOCOVAR. · Ontem às 20:28


**Emidio Manjate** Vuma que é empregador (patrão) vê que a crise é real e pretende que não se pague o 13º

Salário e nem aumentos. Ele devia imaginar a vida do funcionário que recebe 3.800Mt como tem sido o mês. São capazes de vender a pátria por bem individual. SAMORA era um advinha. O homem deve ter honra se lhe mandam dizer algo que mancha a imagem que se demita. Não é fácil estudar tanto e ganhar respeito e ser desprezado por crianças. Sinceramente · 14 h


**Juvenico Balane** Valeu no querido, agora aquele banjulador da CTA onde é que na vida pública. · 13 h


**Jacinto Faustino** whooo boyooo vuma. Seu sacana e filho da Que te pariu. Tx lixado com este povo · 13 h


**Muthetho Nhazilo** Quando a governacao e por familiaridade e nao por competencia,da nisto! Bhava vuma ,u kombise u phuku phuku!!hiswona leswi ku nga handziwa na mufoto ya wena na udlha male ya xitsumgu?u belile ma borolinda ke?wo maxithlelisu · 12 h


**Rafael Antonio Mabunda Umhlabe** Esse vuma gosta d ver as pessoas andar cem anda, nem nada no dia eque ele falou iss as qui tava embriagad ela

tem qui sentir bem analisar bem oque ele falou, · Ontem às 18:00

**Aderito Argentina Nhabanga** Espero k paguem o 13 pk mesmo com este tamo a sofrer já sem 13 será nosso fim. · Ontem às 18:54

**Clariano Timóteo Macule** O senhor ministro ainda nao disse se vao dar ou nao o decimo terceiro,porque a duvida ate esta altura? · Ontem às 17:37

**Orlando Chirrinze** Só mesmo o Maleane para apagar as chamaz que já ameaçam transformar-se em incêndio de proporções apocalípticas · Ontem às 20:26

**Chipre Bopindo Bopindo** Pra quando senhor ministro esperamos o anuncio do governo acerca do assunto? Ja chega adulterar o que esta estatuido por lei! Se acham que querem adulterar a lei fazem porque sabem justificar! Ja imaginaram o salario ninimo pago no pais? E querem comparar com gente fina do estado! Se nao queren pagar a todos melhor dar os que eufere abaixo do salario medio. · Ontem às 19:52

Xiconhoquices

Relatório de peritagem ao FDA

Por alguma carga de água, o relatório das auditorias do Ministério da Economia e Finanças, do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar e do Tribunal Administrativo conclui que não houve ilícitos financeiros no caso de desfalque de mais de 170 milhões de meticais, aos cofres do Fundo de Desenvolvimento Agrário (FDA), num esquema que, alegadamente, envolveu muitas operações. No entanto, é caricato quando aquele grupo de indivíduos afirma que, da avaliação feita nos relatórios, não encontraram provas de ter havido qualquer ilícito no uso dos fundos. Ou seja, no entender dos supostos peritos não houve desvio de fundos no FDA. Também os advogados de defesa disseram que a avaliação dos relatórios não trouxe nenhuma prova de ter havido desvio de fundos. Para onde foram os cerca de 170 milhões de meticais? Das duas, uma: estes pseudo-peritos estão metidos no esquema ou há gente graúda nessa história!

OJM governando Cabo Delgado

Tudo indica que o Presidente da República, Filipe Nyusi, anda com os sentidos embotados. Quando se espera dele uma atitude sensata no que diz a governação do país, eis o Chefe de Estado toma medidas hilariantes. O exemplo disso é a nomeação do antigo secretário da Organização da Juventude Moçambicana (OJM) na província de Maputo, um dos braços do partido Frelimo, para o cargo de governador da Província de Cabo Delgado. Nyusi trocou a Celmira da Silva por Júlio José Parruque. É, sem dúvida, uma grande estupidez colocar um indivíduo que vem da OJM a governar uma província estratégica para o desenvolvimento do país como é Cabo Delgado. A única experiência de destaque que o indivíduo tem é o facto de ter sido administrador do distrito da Matola. Enfim, é com cada Xiconhoquice!

Novela no Município de Nampula

A gestão do Município de Nampula parece roteiro de uma novela mexicana, com cenas previsíveis. E tudo indica que esta novela está longe de chegar ao fim. Depois das cenas cómicas protagonizadas pelo demissionário Manuel Tordova, eis que o novo presidente interino do Conselho Municipal da Cidade de Nampula, Américo Iemenle, decidiu demitir os cinco vereadores e igual número de chefes dos postos administrativos municipais e nos seus lugares reconduziu os mesmos funcionários que tinham sido nomeados por Tordova, hoje acusado de posse ilegal de material bélico. O mais caricato é que Iemenle tomou posse numa cerimónia polémica, a qual dias depois foi declarada ilegal e sem efeito pelo Ministério de Administração Estatal e Função Pública. Definivamente, o Município de Nampula está entregue a Xiconhocas.

Editorial

averdademz@gmail.com

Ministro Maleiane devia ter vergonha na cara

É de senso comum, para todos os moçambicanos, que não se deve dar uma réstia de credibilidade às palavras do ministro de Economia e Finanças, Adriano Maleiane. Até porque os moçambicanos já o ouviram dizer que não sabia da existência das dívidas contraídas ilegalmente pelo Governo da Frelimo. Mais tarde, assistimos a Maleiane a defender que a dívida pública moçambicana era sustentável, para além de ter dito que “a dívida não era um mal em si” e que “não havia registo de outras dívidas”, entre outras baboseiras.

Com o tempo, provou-se que tudo que Maleiane andou a dizer não passava de conversa para boi dormir, uma vez que as dívidas ilegais foram reveladas e assistimos ao Estado moçambicano a dar calotes aos seus credores, não honrando o pagamento das prestações acordadas.

Desde que assumiu o cargo de ministro de Economia e Finanças, Adriano Maleiane tem estado a passar atestado de ig-

norantes ao povo moçambicano, apresentando uma imagem colorida da situação económica e financeira do país, quando é evidente o abismo para o qual Moçambique caminha. Essa situação, os moçambicanos não só sentem todos os dias no seu bolso, mas também na hora de levar comida à mesa.

Não fugindo à regra, Maleiane, falando durante a sessão de perguntas ao Governo na Assembleia da República, disse que não é verdade que o Governo tenha concedido 30 anos de benefício fiscais à “Eni” e à “Anadarko”, e disse ainda que o que está a acontecer é que há taxas de produção petrolífera. Esta é mais uma história mal contada pelo ministro de Economia e Finanças com vista a lançar areia para os olhos dos moçambicanos, pois o que aconteceu, na verdade, é que o Parlamento aprovou por consenso a proposta de lei que altera o regime específico de tributação e de benefícios.

As alterações que o Governo da Frelimo propôs aos depu-

tados mostram claramente que se está a dar benefícios fiscais àquelas multinacionais em troca de ninharia. Além disso, relativamente às receitas do Imposto de Mais-Valia, o ministro disse que o Governo a que pertence não pretende criar um Fundo Soberano, com essas receitas, “nos moldes clássicos que hoje são feitos” noutros países com recursos minerais. Entretanto, não esclareceu para onde o Executivo de Nyusi vai canalizar a receita do negócio entre a Eni e a Exxon Mobil.

Trata-se, diga-se em abono da verdade, de mais uma vergonhosa manobra com o objectivo de tornar o país mais pobre do que já está em benefício de uma corja de indivíduos ligados ao partido no poder. Portanto, o ministro Maleiane devia ter vergonha na cara, antes de vir ao público para insultar a inteligência dos moçambicanos, pois é de conhecimento de todos que o Executivo de Nyusi tem estado a empurrar sem precedentes o país para a desgraça.

Xiconhoca

Standard Bank

Há cada vez mais instituições no nosso país que se estão a aproveitar do sofrimento dos moçambicanos para gerar lucros. É o caso do Standard Bank – Moçambique que, se aproveitando da crise financeira e económica, registou no nosso país um dos melhores resultados de todo o grupo, que opera em 20 países de África, impulsionado pelo crescimento em 83% da Margem Financeira. Enfim, tudo indica que essa crise provocada por um bando de indivíduos sem escrúpulos ainda vai enriquecer muita gente.

Governo

O Governo de Nyusi continua a fazer pouca da inteligência do povo moçambicano. Todos os dias, vem com a desculpa segundo a qual a construção da ponte entre a cidade de Maputo e o distrito municipal de Katembe está atrasada por causa dos vendedores do mercado “Nwankakana”, quando na verdade o Governo incompetente e irresponsável de Nyusi falhou, durante o ano de 2016, a disponibilização da comparticipação do Estado nesta obra cujo preço real ascende a 756 milhões de dólares norte-americanos.

Famílias que acobertam violência doméstica

É, sem dúvidas, um problema de saúde pública o comportamento de determinadas famílias moçambicanas. Todos os dias, centenas de mulheres so abusadas física, sexual, psicológica e economicamente, porém, as famílias encobrem essas situações deploáveis. É deveras triste e preocupante que em pleno século XXI algumas famílias continuem a olhar para as mulheres como uma máquina de reprodução da sua espécie. É chegada a hora do Estado moçambicano tomar medidas severas contras as famílias que têm estado a atrofiar a mulher e encobertando a violência doméstica.

 **goste de nós no**
facebook.com/JornalVerdade

Jornal @Verdade

A construção da megalómana ponte entre a capital de Moçambique e o distrito municipal de Katembe está atrasada não por causa dos vendedores do mercado “Nwankakana” mas porque o Governo de Filipe Nyusi falhou, durante o ano de 2016, a disponibilização da comparticipação do Estado nesta obra cujo preço real ascende a 756 milhões de dólares norte-americanos.
<http://www.verdade.co.mz/nacional/64183>



Ginoca Ramos Então e agora, a Ponte vai ficar por concluir? Talvez os das dívidas ocultas que tanto quiseram a Ponte a possam pagar, 2 biliões de dólares dá para pagar a Ponte e ainda sobra. · 7 h



Dalila Sucá Vaz Sempre a mesma ladroagemdassss · 6 h



Ginoca Ramos Podes crer e o desgraçado do povo é que paga tudo isto, isso é que me dói. · 6 h



Dalila Sucá Vaz Nossa terra.... tudo para estar bem.... · 6 h



Ginoca Ramos Tens toda a razão, aquilo dá para todos, só que meia dúzia são tão gulosos

que deram cabo do país. · 6 h



José Amor Mudjadju Tovele Tanto dinheiro só por quererem ir passear na ponta de ouro?? Acho que não, o objectivo principal da Ponte são as boladas, comissões e depois alguém irá explorar as portagens, subindo os preços sempre que lhe apetecer. Faltam-nos testículos no lugar para colocarmos um basta nisto. · 3 h



Luis Jorge Pott Fraga Mas porque é que a ponte tem de ser taxada !? ou pode ser só ate ser paga, e pode ser o governo a criar uma empresa municipal para cobrar um preço simbólico que sirva para para o município poder criar outras pontes e acessibilidades no distrito de Maputo... quem disse que Moçambique não pode seguir um

modelo de gestão proprio e tem de criar parcerias pulico privadas ? · 2 h



Barcelino Horacio KEREM USAR NA CAMPANHA NO PRÓXIMO ANO · 8 h



Caríssimo Nervana Cariso Tens razão. Também acho ser isso · 41 min



Orlando Chirrinze Quando a coisa corre mal, é o governo da FRELIMO (o pior é considerar o governo como do PR), quando tudo corre bem, é obrigação do Estado fazer isto e aquilo. Quanta incoerência! É natural que o governo tenha falhado nos compromissos da sua comparticipação, afinal de contas estamos em crise, né? E por causa da crise, não há dinheiro para indemnizar os vendedores e devíamos elogiar o governo por privilegiar o diálogo, ao invés do uso da força. Um mercado é uma infraestrutura pública e ninguém pode impedir o governo de dar destino ao que é público, sobretudo por um benefício socioeconómico maior. · 3 h



Caetano Moraes Se comprassem corolinhas na toyota de Moçambique para os membros da assembleia da república que se beneficiaram de Mercedes talvez houvesse dinheiro para indemnizar os vendedores. · 1 h

Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telefóvel: 258 84 39 98 635

MAPUTO - Av. Paulo Samuel Kamkhomba 83
Telefóvel: 258 84 39 98 629

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; Chefe de Redacção: Emildo Sambo; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Chefe de Redacção: Júlio Paulino; Redacção: Cristovão Bolacha, Leonardo Gasolina; Director Gráfico: Nuno Teixeira; Director de Distribuição: Sérgio Labistour; Periodicidade: Semanal; Impressão: Lowveld Media, Stinkhoutsingel 12 Nelspruit 1200.

Malawianos detidos em Angónia por alegado assassinato de moçambicano

Quatro malawianos encontram-se a contatos com a Polícia da República de Moçambique (PRM), na província de Tete, acusados de assassinar um moçambicano. Este encontrou a morte durante uma briga com os indiciados, quando pretendia recuperar os seus pertences que supostamente estavam na posse da sua ex-esposa.

Texto: Redacção

O @Verdade não pôde apurar que tipo de ligação a ex-mulher do malogrado, ora em parte incerta, tinha com os referidos malawianos.

O homicídio aconteceu semana passada, na localidade de Chifumbe, no posto administrativo de Dómuê, distrito de Angónia, que tem limite, a norte e nordeste com o Malawi.

De acordo com a Polícia, quando a vítima se dirigiu à residência da sua ex-mulher para exigir a devolução dos seus bens que estavam na posse da mesma, foi atacado pelos quatro malawianos.

O crime foi cometido com recursos a instrumentos contundentes. Até ao fecho desta edição a senhora era dada como fugitiva, estando a corporação no seu encalço.

Mudanças Climáticas também causam casamentos prematuros em Moçambique



Casar antes dos 16 anos é crime no nosso país mas apesar da lei e de todas as campanhas em torno do drama os números de meninas que casam cedo não parecem estar a reduzir. Uma investigação do @Verdade, e jornalistas estrangeiros, revela um outra causa para o destino que Fátima, Carlina, Teresa, Filomena e Majuma não conseguiram evitar, as Mudanças Climáticas.

Texto: @Verdade/ Brides Of The Sun * Foto: Gethin Chamberlain

continua Pag. 02 →

Malawianos detidos em Angónia por alegado assassinato de moçambicano

Quatro malawianos encontram-se a contatos com a Polícia da República de Moçambique (PRM), na província de Tete, acusados de assassinar um moçambicano. Este encontrou a morte durante uma briga com os indiciados, quando pretendia recuperar os seus pertences que supostamente estavam na posse da sua ex-esposa.

Texto: Redacção

A tragédia ocorreu na noite da última quarta-feira (22), na Rua do Aeroporto, na cidade da Beira.

O malogrado, que trabalhava no Comando Distrital da PRM em Gorongosa, respondia pelo nome de Graciano Gabriel.

Segundo a corporação naquele ponto do país, o finado fazia-se transportar numa viatura com a matrícula AGO 496 MC, conduzida por ele, supostamente em alta velocidade.

Chegado naquela rua, por volta das 20h00, o carro embateu violentamente contra um poste de iluminação energia feito com base em betão.

O embate foi de tal sorte intenso que a vítima ficou entalada no carro. Alguns transeuntes prestaram socorro mas Graciano não resistiu aos ferimentos que contraiu, tendo morrido no local.

Testemunhas disseram que o agente da Lei e Ordem tentava esquivar um buraco na via, perdeu o controlo do volante e acabou no referido poste de transporte de energia. A viatura ficou totalmente danificada.

Conhecidos candidatos da Frelimo e Renamo à eleição intercalar em Nampula

Amisse Cololo e Paulo Vahanle são, respectivamente, os candidatos da Frelimo e da Renamo à eleição intercalar da cidade de Nampula, agendada para 24 de Janeiro de 2018. Ambos são naturais de Nampula. As candidaturas decorrem desde 23 de Novembro em curso, devendo terminar a 07 de Dezembro próximo.

Texto: Redacção

Os três partidos já se inscreveram na Comissão Nacional de Eleições (CNE) com vista a concorrer no escrutínio.

A eleição intercalar em Nampula visa escolher o edil substituto de Mahamudo Amurane, assassinado na noite de 04 de Outubro passado, na sua casa.

À data da sua escolha, por unanimidade, no decurso da primeira sessão extraordinária do comité distrital de Nampula, Amisse Cololo, de 58 anos de idade, desempenhava a função de director do Secretariado da Assembleia Provincial.

Foi instrutor do Centro de Formação de Professores Primários de Momola e é docente da Universidade Católica de Moçambique. Ele foi igualmente director provincial do trabalho.

O candidato da Renamo, Paulo Vahanle, de 57 anos de idade, também é docente, deputado da Assembleia da República (AR) e membro da Comissão Permanente deste órgão legislativo.

Ele foi chefe do gabinete provincial de eleições da Renamo, em Nampula.

Saliente-se que a Frelimo governava a autarquia de Nampula desde 1998, através de Dionísio Chewewa, e em 2003 e 2008 por intermédio de Castro Namacua.

Em 2013, o partido que dirige Moçambique, há 42 anos, perdeu a administração daquela cidade para o MDM, que diz pretende se manter na liderança da chamada terceira urbe mais importante do país.

Nas eleições autárquicas de 2013, a maior formação política da oposição, a Renamo, boicotou o processo exigindo a revisão da lei eleitoral.

Neste momento, Nampula é dirigida interinamente por Américo Júlio da Costa Ilemenle, presidente Assembleia Municipal. Ele substituiu Manuel Francisco Tocova, detido durante quatro dias e depois restituído à liberdade, por alegada posse de arma de fogo do tipo pistola e cerca de 100 munições.

Diga-nos quem é o

XICONHOCA
da semana



Por:

BBM Pin:
2B04949C

WhatsApp:
84 399 8634

ou escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 01 - Mudanças Climáticas também causam casamentos prematuros em Moçambique

Cheias, seca, dias cada vez mais quentes são algumas das imagens que os moçambicanos têm quando pensam no impacto que as mudanças do clima no nosso país. Mas o que não temos visto é como a mudança na época das chuvas ou a as águas mais quentes estão a aumentar a Pobreza de muitos moçambicanos, chefes de família que incapazes de prover o sustento encontram



Antonio Momade Jamal, de 50 anos de idade, é pescador na vila de Moma, na província de Nampula, desde 1985 altura em que se recorda que “num dia normal conseguia encher dez cestos com a faina”.

“Lembro-me que desde os anos 90 as pescarias começaram a diminuir, a água onde pescamos ficou mais quente e temos de ir mais para dentro do mar para pescar. O clima mudou, hoje em dia as águas estão mais quentes e os peixes fogem para longe onde é mais fresco” explica-nos acrescentando que noutros tempos era preciso ir a cidade de Nampula para vender tanto era o peixe que conseguia.



Antonio Jamal reconhece que o número de pescadores na região aumentou, há também estrangeiros também, mas não acredita que a falta de peixe seja devido a pesca desmesurada.

“Tentei ir pescar noutras zonas, um pouco mais longe da costa mas as pescarias continuam fracas. Vejo ainda que noutras zonas o mar está a subir e as ondas são cada vez mais fortes”, declarou este chefe de família que com a queda das suas pescarias viu os seus rendimentos reduzirem e ficar mais difícil sustentar a família.

“Fui vendo vários vizinhos e colegas da pesca que por causa das dificuldades foram casando as suas filhas embora elas ainda fossem crianças” desabafa o pescador que conseguiu man-

ter até hoje os seus oito filhos na escola.

Mesmo com as pescarias cada vez mais fraca, foi com muita relutância que recebeu o pedido de casamento feito pelo jovem Momade Churute à sua filha Filomena, na altura com 14 anos de idade. “Aceitei o pedido de casamento com a condição de ele garantir também a continua-



ção dos estudos dela. Senti que era uma oportunidade e com o compromisso dele aceitei”.

“Tenho outros sete filhos, cinco rapazes que estão na escola secundária e mais duas meninas que também estudam, uma com 13 e outra de 11 anos de idade. Se aparecer algum homem a querer casar com elas e prometer o futuro delas assim como mantê-las na escola, vou pensar na proposta”, afirmou Jamal.

Filomena, que acompanhou a entrevista sentada perto do pai e do marido, revelou-nos que aceitou a situação porque tinha a expectativa de concluir o ensino secundário em Moma e continuar a estudar para tornar-se enfermeira em Nampula.

“Conheci o meu marido aqui na vizinhança, ele aproximou-se e pediu-me para ficarmos” contou-nos apontando para Momade, “gostei dele, é um homem bonito, mas disse-lhe que devia falar com o meu pai”.

“O meu pai aceitou o pedido por causa das condições difíceis que tinha para sustentar-nos, ele acreditou que o meu marido iria também garantir os meus estudos”, acrescenta a jovem que casou com 15 anos e hoje, com 19 anos de idade é mãe de dois lindos rapazes.

Filomena recorda-se de quando o pai obtinha bons rendimentos da pesca, “mas depois comecei a ver que os peixes que trazia estavam a diminuir, o dinheiro que davam era cada vez menos, já nem chegava para comprar um saco de farinha que precisávamos e nossa vida ficou pior. Acredito que se o meu pai continuasse a ter boa pesca não teria aceite a proposta de casamento e iria manter-me na escola até hoje”.

O casamento aconteceu em 2013, não houve festa. O seu marido, que também é pescador pagou 2 mil meticais, que os pais usaram para compra-lhes uma

cama e alguma comida. Depois de casada estudou durante 2 anos, no curso nocturno, durante o dia ajuda o marido na venda da pescaria.

Mas a pesca está também difícil para Momade Churute. “Tem de ir cada vez mais longe para conseguir pescar e ainda assim não sai muito”.

“Tenho ouvido as pessoas falarem que a nossa pobreza está a aumentar porque o tempo mudou e o peixe aparece menos. Tenho notado que a época das chuvas mudou e o tempo está cada vez mais quente” contou-nos a jovem que dona de casa, hoje com 19 anos de idade, que embora tenha iniciado o ensino secundário não aprendeu o que são as Mudanças Climáticas.

“Não vou deixar a minha filha casar com 15 anos de idade como eu”

Ainda na vila costeira de Moma encontramos Majuma Julio a preparar o almoço para o seu marido Juma Momade, cozinha farinha e uma parca matapa, sem nenhuns condimentos.



A jovem foi enviada pelos pais para a vila, tinha 10 anos, para continuar a estudar, vivendo em casa de um tio, um camponês que na altura conseguia tirar da terra mandioca, milho, amendoim e hortícolas suficientes alimentar os seus filhos e a sobrinha e ainda sobrava alguma produção para ser vendida.

“Mas por causa do sol e a chuva que não caia bem a produção do meu tio começou a diminuir. Costumava chover durante dois meses mas depois foi diminuindo. Não culpo ninguém por isso, apenas o clima mudou”, relatou-nos a jovem que com 15 anos de idade fez os ritos de iniciação.

“Um dia o meu tio chamou-me e informou-me que um homem apareceu e disse que queria casar comigo. Não gostei da ideia. Mas como o meu tio já não conseguia alimentar-me nem pagar escola pensei que seria uma boa solução”, disse-nos Majuma.

O elance foi realizado por uma imane que deslocou-se à casa do tio na companhia do futuro esposo e procedeu a cerimónia dentro dos preceitos islâmicos. Não houve festa.

Majuma disse-nos ainda que

“sonhava que iria mudar-me para a minha casa e poderia continuar a estudar, queria concluir a escola secundária para ser professora”.

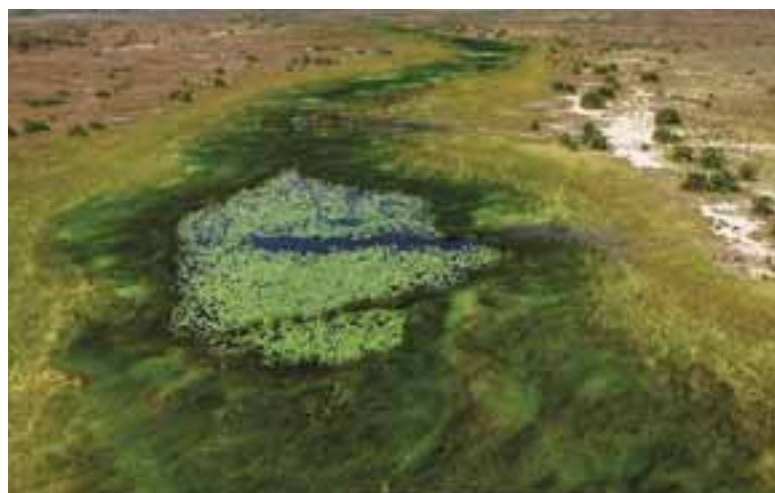
O casal está junto há 2 anos, ela tinha 15 anos de idade quando se casou com Juma de 19 anos, e continua a batalhar para prosseguir com os estudos mas recentemente o contrato de trabalho do seu marido terminou e não sabe como fará para renovar a matrícula, comprar o material escolar e o fardamento que precisa para o próximo ano lectivo.

Sem hesitar Majuma diz-nos o que quer para o futuro da sua filha Fátima, de ano e meio de idade. “Não vou deixar a minha filha casar com 15 anos de idade como eu, ela tem de estudar”.

A vulnerabilidade de Moçambique às Mudanças Climáticas, para além da sua localização geográfica, é agravada pela “pobreza, os limitados investimentos em tecnologia avançada, e a fragilidade das infra-estruturas e serviços sociais com destaque para a saúde e saneamento”, pode-se ler na Estratégia Nacional 2013 - 2025.



O documento refere ainda que no nosso país “as Mudanças Climáticas manifestam-se através de mudanças nos padrões de temperatura e precipitação, aumento do nível da água do mar e no aumento tanto em termos de frequência e intensidade de eventos climáticos extremos tais como secas, cheias e ciclones tropicais que afectam diferentes



regiões do país todos os anos. As consequências incluem perda de vidas humanas, de culturas agrícolas, animais domésticos e fauna bravia, destruição de infra-estruturas sociais e económicas, aumento da dependência da ajuda internacional, aumento dos preços dos produtos agrí-

colas e deterioração da saúde humana, degradação ambiental e perda de ecossistemas”.

“Não era minha vontade casar tão cedo, queria continuar a estudar”

Noutra região costeira de Nampula, em Larde, falamos com Carlina Nortino, 15 anos de idade, e o seu marido Horacio, de 16 anos de idade, sentados na areia seca do outrora curso de água que ali existiu e que além de fonte do precioso líquido era um rico lugar para a pesca.

“Eu costumava vir aqui comprar dos pescadores para revender na vila, isto tudo estava cheio de água. Conheci aqui o Horácio, que também pescava aqui, mas sem chuva a rio secou e os peixes morreram” recordou-se a rapariga que está casada desde os 13 anos de idade.



Mas o casal conheceu-se na escola, onde ambos estudavam. Horácio aproximou-se do pai e pediu-a em casamento. Nessa ocasião o pai de Carlina, um camponês, enfrentava a falta de chuva que reduziu a produção de mandioca, milho e hortícolas na machamba familiar.

“A chuva já não vinha como estávamos habituados. A água que havia na terra também já não está lá, ficou impossível produzir comida”, afirmou a jovem esposa.

Horacio, varrendo com o olhar a região agora seca, lamentou que “agora já não posso pescar porque não há água aqui. A água desapareceu”.

“Há alguns anos comecei a fazer machamba, sou camponês. Mas também desde há alguns anos a produção tem diminuído porque não temos chuvas. Anti-



gamente começava a chover em Setembro e caia regularmente até Março. Hoje em dia a chuva só começa em Janeiro e acaba em Fevereiro”.

“Não era minha vontade casar tão cedo, queria continuar a estudar e tornar-me parteira” decla-



rou-nos Carlina que ainda chora o filho que perdeu há alguns meses. “Mas fui obrigada pelo meu pai que já não conseguia sustentar-me, não estou feliz”.

“A minha primeira gravidez foi um problema desde o início, estive doente todos os meses. Quando chegou altura do parto levaram-me para o hospital mas houve problemas e os médicos disseram que não podiam fazer nada, disseram que o deveria ir para um hospital maior. Mas os meus familiares não tinham como levar-me dali e fiquei, nasceu um bebé muito fraco. Não sobreviveu porque não havia incubadora no hospital onde estava” desabafou a jovem.

Carlitos Camilo, pescador e camponês de 49 anos de idade, disse-nos que não era sua vontade casar a filha tão cedo. “O problema foi a falta de chuva, diminuiu muito e quase desapareceu. Em termos de pesca eu costumava ter muitos peixes mas agora aqui perto seco e noutras zonas é preciso ir cada vez mais longe para conseguir apanhar peixe”.

“No passado aqui perto existia um estuário onde o curso de água e o mar se encontravam e era onde os peixes se reproduziam, havia muito peixe. Mas hoje esse sítio já não existe porque a área ficou seca” acrescentou o chefe de família que tem 11 filhos.

Camilo não garantiu-nos que “não era sua vontade casar a filha tão pequena, se eu ainda conseguisse sustentar a todos não lhe teria empurrado para casar-se. Agora estou a tentar manter os meus outros filhos na escola, as cinco meninas que ainda tenho vão só casar na idade normal”.

“Não pude fugir porque não tinha para onde ir”

Fatima Mussa estava no nono mês de gravidez quando a encontramos em Nataka, no distrito de Larde, na província de Nampula. A jovem de 16 anos é casada há pouco mais de um ano com Priorino Antonio de 16 anos de idade. Tal como outras jovens o casamento foi formalizado dentro dos costume islâmicos e sem festa.

Fátima começou por contar-nos que alguns meses depois de realizar os ritos de iniciação, fez

primeiros os ritos antes da primeira menstruação e depois de a ter pela primeira vez, em 2015, “Priorino encontrou-me e disse que tinha gostado de mim e queria casar comigo. Disse-lhe que se me queria tinha de pedir autorização aos meus pais. Quando



ele aproximou-se dos meus pais, o meu pai disse-lhe que nunca iria considerar a proposta porque a filha era muito nova, mas como não tinha dinheiro para que ela pudesse ir poder fazer ensino secundário aceitou”.

A jovem revelou-nos que “não estava nada feliz por ir casar e pensei em fugir, abandonar os pais que a queriam entregar e procurar recomeçar a vida na cidade, mas não tenho parentes que conheça noutro sítio. Não pude fugir porque não tinha para onde ir”.

Nataka dista mais de 300 quilómetros da cidade de Nampula, não existem transportes públicos ou privados de passageiros para a localidade cuja parte final de acesso, cerca de 50 quilómetros só é acessível por uma viatura todo o terreno.



“Desde 2013 que o meu pai começou a ver a produção e os rendimentos a reduzir, primeiro as chuvas vieram muito forte e depois houve seca. A pior altura foi em 2015”, contou-nos a jovem que não sabe porque motivo o clima mudou tanto.

O pai de Fátima, João Mussá o camponês de 47 anos de idade, esclareceu-nos que aceitou a

proposta de casamento “porque a sua produção caiu muito. Houve alturas em que não consegui produzir mesmo nada. Abandonei a agricultura e tentei a pesca, não dava muito aqui por isso fui para Beira a ver se conseguia ganhar mais. Não correu bem”.

“Quando regressiei encontrei a minha filha mais velha que tinha acabado a escola primária e eu não tinha maneira de lhe mandar estudar na secundária que ainda por cima fica muito longe daqui. Por isso aceitei o casamento como forma de o marido ajudar-me”.

Segundo Mussá o seu futuro genro pagou 2 mil meticais, “tenho sete filhos e ela já estava numa idade que ia começar a andar com os rapazes, mesmo que lhe dissesse que não. Portanto o casamento foi uma solução”.

“Penso que foi o meu destino, Deus pôs-me a ideia de casar cedo na cabeça”

O professor Rui Brito, da Universidade Eduardo Mondlane, que “com as Mudanças Climáticas a intensidade dos ciclones está aumentar e eles estão também a emigrar mais para Sul. De 1980 a 1993, são 14 anos, em Moçambique houve quatro ciclones com ventos de cerca de 100 quilómetros por hora. No mesmo período de 14 anos, já entre 1994 e 2007, registaram-se onze ciclones. Portanto a frequência aumentou e a maior parte tiveram intensidades maiores (com ventos superiores a 120 quilómetros por hora)”.

Embora o pescador de 49 anos de idade, Januário Antonio, não tenha lido nenhum estudo ele foi peremptório “o ciclone de 2008 foi quando as coisas começaram a ficar difíceis”, em alusão ao ciclone Jokwe que nesse ano fustigou as costas de Nampula, Zambézia e Sofala.

“Até essa altura eu conseguia pescar vários cescos de peixe e ainda tirava 15 a 20 sacos de mandioca da machamba. Hoje já não pesco aqui perto e com dificuldade tiro dois ou três sacos de mandioca”, disse-nos o pai de Teresa uma jovem que teve de casar-se com 15 anos de idade.

António confidenciou-nos que “não queria que a filha casasse, queria que ela acabasse os estudos e conseguisse um diploma

com o meu apoio. Mas ficou impossível, o que aconteceu não é o que tinha no meu coração”.



“Aqui em Moma muitos pais deixam as filhas casarem cedo porque estão a sofrer. Eu tenho de sustentar nove pessoas, não consigo por causa da queda da produção, preciso de alguém que me ajude. Há muitos na mesma situação. Você acorda

isso preferi aceitar um marido para ter uma vida normal” explicou-nos Teresa Januário que recordou-se de ter conhecido o marido na vila, depois de conversarem, de o ter dito para falar com o seu pai.

De acordo com a jovem “o meu pai não reclamou muito, afinal ele já não conseguia sustentar-me e nem mesmo manter-me na escola. Mas depois do casamento o meu marido também passou a ter dificuldades de me sustentar e pagar as despesas escolares”.

“Eu pensava em casa aos 35 anos, não estou nada feliz, não queria casar com 15 anos. É minha culpa ter-me casado tão cedo. Penso que foi o meu destino, Deus pôs-me a ideia de casar cedo na cabeça”, lamentou-se Teresa.



de manhã sem um metical para comprar comida, não consegue pescar para acompanhar com mandioca. Isso empurra a pessoas a tomarem decisões que não querem”, clarificou Januário António.

O experiente pescador e camponês não tem dúvidas que “há

Sem poder estudar e de volta a casa dos pais Teresa não quer o mesmo destino para a filha Atija, de 3 anos de idade. “Vou dizer-lhe para não casar cedo, mesmo que não tenha possibilidade de continuar a estudar. Porque vai ter filhos, poderá ser abandonada e a sua situação poderá ficar ainda pior”.



ligação, estes eventos extremos não afectam apenas Moma. Eu tenho visto o clima a mudar. Mesmo quando se é uma pessoa responsável, você faz o que deve fazer mas ainda assim continua em dificuldades”.

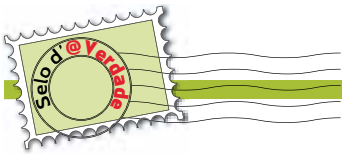
O genro, Amiro Age, prometeu que Teresa iria continuar a estudar mas depois deixou a vila para procurar a vida noutras regiões, mas hoje a rapariga com 22 anos de idade voltou para a casa dos pais onde cria os dois filhos, na companhia dos restantes três irmãos. “Há nove meses o marido veio visitar, não trouxe quase nada e deixou um filho”.

“Eu via as minhas amigas que casaram a comerem bem e com boas rupas, enquanto eu sofria. Comíamos dia sim, dia não. Por

“Darei a minha filha que arrependo-me da minha decisão, pensei que o casamento fosse uma solução mas acabei ainda”, concluiu a jovem que se pudesse voltaria aos bancos da escola para se tornar numa profissional de Saúde.

Um relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) constatou que “O casamento prematuro é um dos problemas mais graves de desenvolvimento humano em Moçambique mas que ainda é largamente ignorado no âmbito dos desafios de desenvolvimento que o país persegue”.

** Esta reportagem foi realizada pela The Brides Of The Sun e pelo jornal @Verdade com o financiamento do European Journalism Centre.*



A verdadeira ciência complementa-se com a tradição

Nas últimas duas semanas recebemos notícias inéditas, que dizem respeito ao homem que deu parto e do morto que regressou ao convívio familiar no distrito de Macanga, na província de Tete. Ora, sobre este fenómeno foram chamados: antropólogos, sociólogos, historiadores e mais outros académicos para darem o seu ponto de vista nos media, mas nem um deles conseguiu trazer uma explicação exaustiva.

Quase todos se refugiava na tradição. Bem, quando falo da tradição estou a fazer referência daquilo que no domínio público é entendido como superstição. Mais atenção! Nem toda tradição é supersticiosa, no entanto, posso dizer que alguma tradição é supersticiosa. Mas este não é o foco deste debate. O que eu quero salientar

é que a verdadeira Ciência se complementa com a tradição, porque nem todo fenómeno pode ser explicado pela ciência.

Os académicos tem “mania” de menosprezar a tradição, no entanto, acabam esquecendo que quem prática ciência é um ser humano, e, o ser humano, como sujeito biológico tem suas limitações. Aliás, a própria psicologia já testemunhou que o volume da memória operativa do homem é muito limitada, ou seja, a capacidade cognitiva do homem é baixa e limitada, sobretudo na explicação dos fenómenos da natureza e na tomada de decisão.

Muita das vezes, os académicos explicam as manifestações sociais sem fazer uma escavação profunda da “essenciologia” que causam tais

manifestações, e finalmente acabam-se equivocando. No entanto, o que explica as manifestações sociais não é o fenómeno em si, mas sim, a “essenciologia”, e a “essenciologia” não é somente um produto da Ciência, mas também da tradição. Portanto, isto mostra claramente que a Ciência e a tradição se complementam.

Não restam dúvidas que existem fenómenos que transcendem as capacidades cognitivas dos cientistas sociais, cabendo apenas a tradição para trazer uma explicação clara e exaustiva. Desde que o mundo foi criado, só a comunidade religiosa é que já especulou sobre o retorno dos mortos a vida, nunca a comunidade científica.

Sobre o inédito de Macanga é facto consumado, uma pessoa que perdeu a vida à

6 (seis anos atrás) voltou ao convívio familiar, porém, quando foi questionada, apenas disse que lá onde estava têm muitas outras pessoas, até agora não se sabe se é no céu ou no cemitério, pois cabe a tradição ou mesmo a comunidade religiosa dar o seu parecer sobre este fenómeno.

De salientar que este fenómeno também aconteceu em Angola. Um jovem que supostamente havia perdido a vida, vítima de acidente, alguns meses depois voltou para casa dos pais! Que dizer, foi sepultado e alguns meses depois voltou ao convívio familiar. Aliás, os pais já tinham esperança de que um dia, o filho voltaria para casa, pois não sei o que eles confiavam, mais duvido que seja na ciência que os cientistas sociais e académicos tanto veneram.

Quando voltou, foi questionado sobre, onde ele estava, apenas disse que estava a trabalhar numa machamba de bananeiras, e acrescentou que lá também havia outras pessoas que faziam a mesma actividade e só ele é que havia conseguido escapular.

E o jovem já não gozava de boas sanidades mentais, mas quando a família recorreu a tradição, parece-me que deu certo. O jovem chegou de recuperar o juízo. Não foram para hospital porque sabiam que não poderia resultar nada. Então, isto Mostra que nem tudo pode ser explicado pela ciência, porque as pessoas que praticam essa ciência têm suas limitações, e portanto há uma complementaridade entre a ciência e tradição.

Por Rabim Chiria

goste de nós no
[facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)

Jornal @Verdade

O Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM) sacode o capote em relação ao assassinato bárbaro de nove supostos bandidos na via pública, na semana passada, em Maputo, e diz que o acto não foi intencional, visou apenas defender a integridade física dos membros da corporação envolvidos na troca de tiros protagonizada pelos mesmos meliantes.

<http://www.verdade.co.mz/newsflash/64111>

Macuacua Massiquele Roberto É suposto estar proibido a civis, o porte de armas de fogo, sobretudo se forem artefactos de uso militar... Quando um cidadão usa força letal contra a polícia, deve compreender que a corporação tem o direito de agir em peso e com força letal... Por isso no caso em apreço o termo “assassinato bárbaro”... não deve ser usado, pois tratou-se de um combate em iguais circunstâncias... Assassinar implica retirar a vida de forma criminosa a um indivíduo desarmado e de forma traiçoeira covarde. Não podemos passar a vida a condenar a polícia por fazer bem e por fazer mal conforme os nossos interesses e caprichos de opinião... Talvez pudesse ensinar a polícia como desarmar alguém que dispara contra-se, entrincheirado, com uma AKM que dispara cerca de 100 tiros em rajada... Outras coisas!... Falar é fácil... No dia em que for alvo de disparos de uma AKM, talvez vai perceber como usar melhor o termo “assassinato bárbaro”... A regra número 1 de troca de tiros num combate, é por fora de acção o seu inimigo para que

não seja ele a po-lo a si... Bala não se esquivava, a bala falha em atingir o alvo! E para que saiba, a menos de 100 metros, qualquer ferimento causado por uma AKM ou AK47 pode ser letal... É bom saber valorizar o trabalho daqueles que arriscam as suas vidas em nossa defesa · 24/11 às 5:20

Felisberto Chatio Zivane sr Macuacua se fosse um professor os seus alunos todos seriam mestres ou baxarelatos as espreços são compreensíveis e analogicas. bom dia e bom trabalho. De inhassoro, Zivane · 24/11 às 5:48

Suarez Juzo Este que todo polícia apoia, e nós como cidadãos também o apoiamos, a vida de um polícia val muito mais do que de um estraga famílias, todos já sabemos o fim de bandidos e eles também estão consciencializados sobre seu fim, cadeia ou morte porque bandido operativo nunca terá reforma, salvo os instigadores que são monitorados sentados no ar condicionado, esses são os mais espertos, mas tenho fé que um dia vão cair nas mãos do polícia. Quem defende bandido é que

não gosta dele, se gostasse ajudava-lhe em dizer a ele abandonar o mundo de crime porque o fim sempre é triste · 23/11 às 11:43

Walter Machel Sábias palavras Ilustre... Gostei · 23/11 às 12:37

Lino Marques Tembe Engomar pessoas a polícia não trabalham, alvejar mortalmente também não pode vão sentir no dia em que esses larápios vão vos violar · 24/11 às 12:23

Aurelio Comprido Ribelia Nossa polícia Moçambicana, mata num piscar de olho mas quando é pra esclarecer casos graves, leva séculos. · 23/11 às 12:06

Lucas Vasquez Cumbe Vasquez Então para evitar suas críticas pelo menos matar é uma das formas de esclarecer também · 24/11 às 5:56

Nordino Cebola Fosse foi um policial a ser morto nem podias criticar os bandidos · 24/11 às 6:31

Simaoalfredo Macombole BOM TRABALHO LEVADO ACABO PELOS HOMENS DA LEI E ORDEM, DEIXAM ESSES QUE CRITICAM O VOSSO TRABALHO E CONTINUAM A DEFENDER A DIGNIDADE DA CORPRACAO E CIDADAO INOCENTES · 23/11 às 12:37

Beto Cumbe Sera q foi mesm troca d tiro? Niku dum · 23/11 às 13:43

Macuacua Massiquele Roberto A questao que se coloca é: porque a policia não anda a matar outros cidadãos de forma Bárbara e só escolheu estes 9

finados como alvo e ainda por cima naquela hora da noite e numa viatura roubada, para depois ter ainda tempo de lhes deixar com armas? Faz sentido isso, ou apenas pretendemos desencorajar o combate cerrado ao crime? Porque a policia Faria isso? · 24/11 às 5:26

Adérito Chichava MAS VOCES se FOSSEM POLÍCIAS, DIANTE DE TROCA DE TIRO COM LARÁPIOS TERIAM FEITO OQUÊ? Se tivessem deixado escapar também teriam criticado, #FAMBANIMUYATINHELA, se matou gatuno mesmo força menos 9 A atrapalhar a vida dos que trabalham pra sustentar as famílias. · 23/11 às 13:35

Florencio Munguambe SE ERAM REALMENTE BANDIDOS NAO VEJO NENHUM MAL NISSO, FOI BOM. Porque ter pena de alguém que te rouba, viola mata? Força PRM mas falta mais um grupinho de elite que desviou dinheiro · 23/11 às 13:02

Luis Elton Sempre a mesma retórica para justificar acções que não dignificam a Polícia · 23/11 às 13:57

Trin Magesso Estamos perante uma policia corrupta e incapaz... · 23/11 às 12:10

Walter Machel Sua opinião... E tu o que és?? · 23/11 às 12:38

Jose Antonio Siteo É mentira isso, é possível haver troca de tiros e nenhum polícia foi alvejado e nem o carro da policia levou tiros, eu ouvi que a policia tem ordens de abater qualquer suspeito que se cruzam

com ele, foi ASSASSINATO e não troca de TIROS · 23/11 às 13:34

Xitofo Wa Mahayazy Valeu se precisarem de ajuda estou a disposição vamos combater esses gatunos. · 23/11 às 14:41

Abel Mavuo kkkkkk, niguém dispara mais de 40 tiros direcionado a alvo humano sem intenção de matar. da mesmo pra rir, not comment. · 23/11 às 12:01

Walter Machel Parabéns nossa policia e força os fora da lei que se cuidem! · 23/11 às 12:40

Berito Cleal Mussepa Kkkkkkkkkkkkkkkkkkk Sabem os nossos dirigentes sao uma piada ai com muita força estamos a combater o crime! A frelimo ja extragou esse país é por isso sao muito gostados pelos americanos por causa de sabotar o povo os americanos gostam países com governos corruptos e assissanos os usa nunca vai gostar países como russia cuba coreia do norte china venezuela vietnami siria os governos desses países o povo é considera como a raiz da nacao e os usa nao gostam assim pra usa e frelimo povo deve sofrer pra valer. · 23/11 às 11:31

Jose Jose verdade · 23/11 às 13:48

Berito Cleal Mussepa Eu sempre falo a verdade so que tem pessoas que têm medo da verdade. Agora eu estou cansado das mentiras e compirações desse sistema nome do código frelimo. · 23/11 às 14:21

Desconhecidos raptam criança e exigem resgate em Lichinga

Pessoas ainda não identificadas raptaram uma criança de apenas quatro anos de idade, na passada sexta-feira (24), na cidade de Lichinga, província do Niassa, e exigem resgate de seis milhões de meticais.

Texto: Redacção

O facto aconteceu no bairro Popular quando a vítima, do sexo feminino, dirigia-se uma creche denominada "Jardim Infantil Casa do Sorriso".

Na altura do sequestro, a miúda estava na companhia de um outro menor de 10 anos de idade, que se presume ser seu parente.

A Polícia da República de Moçambique (PRM), no Niassa, disse que está no encalço dos supostos malfeitores, que se faziam transportar numa motorizada.

Tudo aconteceu repentinamente e não foi possível identificar os criminosos nem as características da motorizada em que se faziam transportar, disse Alves Mathe, porta-voz do Comando Provincial da PRM, no Niassa.

Ex-porta-voz da PRM em Gaza detido em pleno tribunal

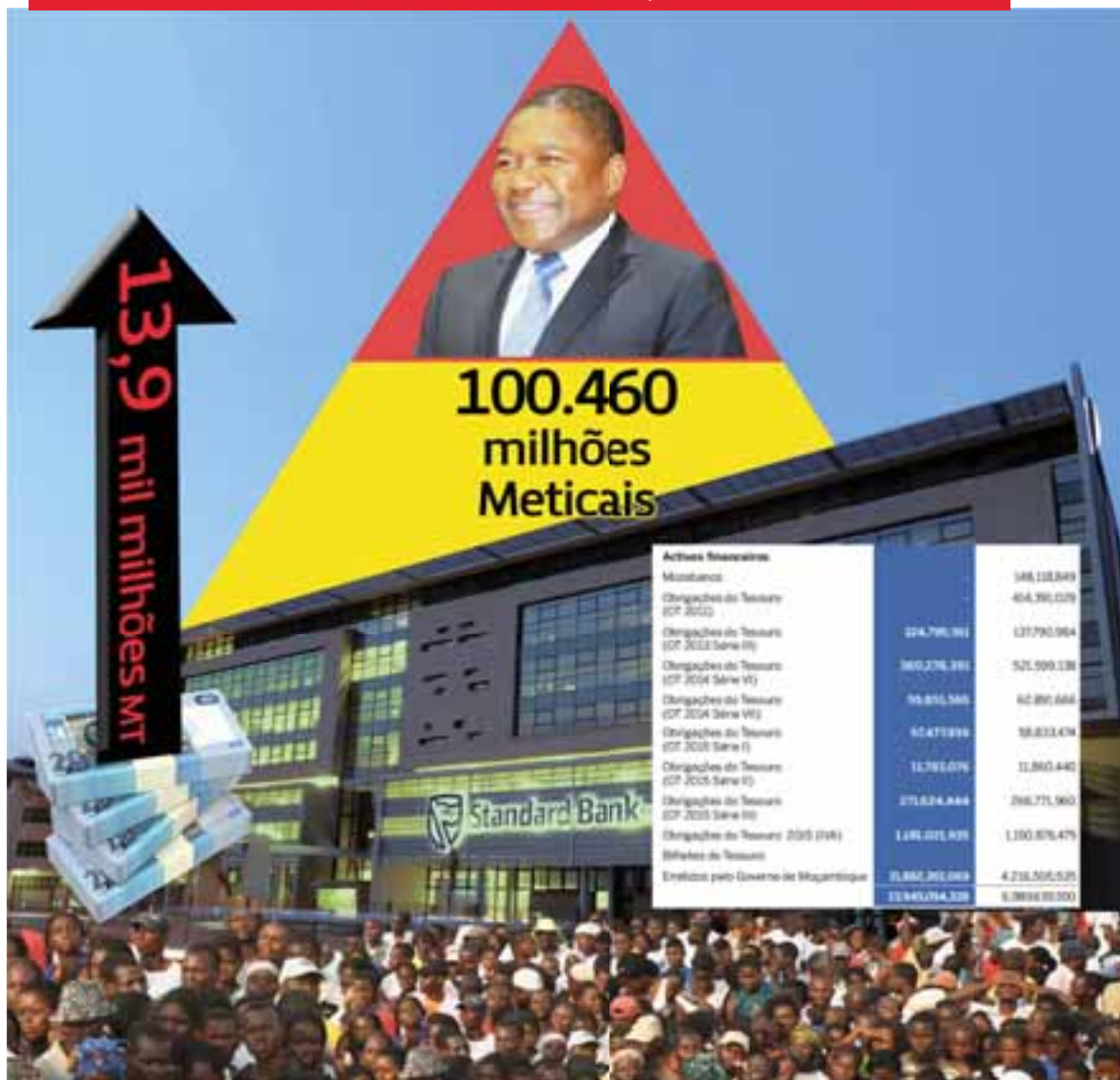
O antigo porta-voz do Comando Provincial da Polícia da República de Moçambique (PRM), em Gaza, Jeremias Langa, encontra-se, desde a semana finda, encarcerado no Estabelecimento Penitenciário Provincial daquele ponto do país, acusado de tráfico de influência, nos termos da lei considerado como crime de corrupção, quando estiver envolvido um servidor público.

Texto: Emílio Sambo

O @Verdade apurou que Jeremias Langa foi detido na passada quinta-feira (23), em pleno Tribunal Provincial de Gaza, para onde foi chamado supostamente com o propósito de receber uma notificação sobre o seu julgamento, previsto para 13 de Dezembro próximo.

continua Pag. 14 →

Standard Bank aproveitou a crise em Moçambique para valorizar margem financeira em mais de 2,3 mil milhões



Aproveitando a crise financeira e económica que está a empobrecer os moçambicanos o Standard Bank registou no nosso país um dos melhores resultados de todo o grupo, que opera em 20 países de África, impulsionado pelo crescimento em 83% da Margem Financeira. Um dos factores que mais contribuiu para os mais de 2,3 mil milhões de meticais em ganhos foi "uma elevada proporção de activos remunerados, compostos por bilhetes do tesouro, obrigações e depósitos junto de outros bancos".

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

continua Pag. 14 →

Presidente interino de Nampula segue passos de Manuel Tocova, promove exonerações e contraria Governo Central

O município de Nampula continua a viver momentos de turbulência e segue como uma terra amaldiçoada, desde o assassinato de Mahamudo Amurane. O presidente interino daquela autarquia, Américo Iemenle, demitiu, na segunda-feira (27), cinco vereadores e igual número de chefes dos postos administrativos municipais e nos seus lugares reconduziu os mesmos funcionários que tinham sido nomeados pelo demissionário Manuel Tocova, acusado de posse ilegal de material bélico.

Texto: Redacção

Recentemente, Américo Iemenle tomou posse numa cerimónia polémica, a qual dias depois foi declarada ilegal e sem efeito pelo Ministério de Administração Estatal e Função Pública.

Num ofício endereçado à Assembleia Municipal de Nampula, aquele órgão central não poupou palavras ao se dirigiu a Américo Iemenle, tendo manifestado o seu "desagrado pela incompetência" do órgão deliberativo e fiscalizador "pela forma impávida como tem vindo a

atropelar e ignorar a lei e demais recomendações".

Na sequência, Carmelita Namashulua advertiu Américo Iemenle a pautar pela observância da lei sob pena de a si serem aplicadas sanções severas preconizadas na lei.

Assim, os trabalhadores destituídos pelo presidente interino disseram que não reconhecem a acção, por isso, irão manter-se nos cargos até decisão contrária do Tribunal Administrativo de

Nampula, Ministério de Administração Estatal e Função Pública e Procuradoria Provincial de Nampula.

Iemenle está a seguir os passos do seu correligionário Manuel Tocova, que a 24 de Outubro passado empossou 10 vereadores e seis chefes de postos administrativos municipais, o que levou à instauração de um processo-crime sumário contra ele.

Por conseguinte, ele foi levado à barra do jus-

continua Pag. 14 →

Diga-nos quem é o XICONHOCA da semana

Por:

BBM Pin: 2B04949C

WhatsApp: 84 399 8634

ou escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 13 - Standard Bank aproveitou a crise em Moçambique para valorizar margem financeira em mais de 2,3 mil milhões

“O nosso balanço continua muito líquido, devido a uma elevada proporção de activos remunerados, compostos por bilhetes do tesouro, obrigações e depósitos junto de outros bancos. Este facto dá-nos flexibilidade suficiente para responder às necessidades do mercado e alavancar ainda mais o nosso balanço sem pôr em risco a nossa estrutura de financiamento”, apurou o @Verdade no Relatório e Contas do exercício de 2016 do Standard Bank.

Desses activos remunerados, que representam 46% da carteira do banco, os mais ren-

táveis no ano da maior crise dos últimos anos em Moçambique foram os da Dívida Pública interna que o Governo de Filipe Nyusi tem estado a contrair desenfreadamente e que já ultrapassaram dos 100 mil milhões de meticais, cerca de 13% dessa dívida, exactamente 13,945,094,328 de meticais, estão na carteira do Standard Bank.

Aliás o banco assume que Bilhetes do Tesouro valorizaram mais de 1700%, de 55.123.255 de meticais em 2015 para 974.828.615 de meticais no ano passado.

“Apesar de custos de finan-

ciamento mais elevados devido aos constrangimentos de liquidez que se verificaram durante quase todo o ano de 2016, a nossa margem financeira cresceu 83% em termos anuais. Esta situação deveu-se em grande medida a taxas de juro domésticas significativamente mais altas e a um crescimento de 13% da carteira de crédito” pode-se ainda ler nas Contas deste que é o terceiro maior banco a operar em Moçambique.

Desgraça dos moçambicanos tem sido uma oportunidade para os banqueiros ganharem dinheiro

A Margem Financeira que tinha sido de 2,880,756,257 de meticais, em 2015, quase duplicou para 5,275,371,952 de meticais, em 2016, como resultado, o Relatório e Contas a que o @Verdade teve acesso refere que “o crescimento significativo da nossa margem financeira teve um impacto substancial no nosso total de proveitos. Potenciada pelos proveitos de juros mais elevados dos activos em moeda local, compensou os outros proveitos, que se mantiveram estáveis em termos anuais, essencialmente devido a uma queda de 4% nos proveitos de operações financeiras líquidas. Em consequência, o resultado do exercício aumentou 18%, de 2.357,5 milhões de meticais em 2015 para

Activos financeiros		
Mozabanco	-	148.118.849
Obrigações do Tesouro (OT 2011)	-	414.391.029
Obrigações do Tesouro (OT 2013 Série III)	124.795.911	137.790.984
Obrigações do Tesouro (OT 2014 Série VI)	360.278.391	521.599.138
Obrigações do Tesouro (OT 2014 Série VII)	55.851.565	62.891.666
Obrigações do Tesouro (OT 2015 Série I)	57.477.936	58.833.474
Obrigações do Tesouro (OT 2015 Série II)	11.783.076	11.860.440
Obrigações do Tesouro (OT 2015 Série III)	271.624.444	266.771.960
Obrigações do Tesouro 2015 (IVA)	1.181.021.935	1.150.876.475
Bilhetes do Tesouro	-	-
Emitidos pelo Governo de Moçambique	11.882.261.069	4.216.505.535
	13.945.094.328	6.989.639.550

2.780,9 milhões de meticais em 2016”.

Claramente a desgraça dos moçambicanos, com a crise precipitada pelas dívidas ilegais da Proindicus e da MAM, tem sido uma oportunidade para os banqueiros ganharem dinheiro, constatação corroborada pela investigadora do Instituto de Estudos Sociais e Económicos(IESE), Fernanda Massarongo Chivulele, em entrevista ao @Verdade. “A crise em Moçambique implica aumento da inflação devido a desvalorização do metical e alta dependência de produtos importados. Diante disto, a política monetária torna-se restritiva e há um aumento das taxas de juro gerais na economia”.

“O que acontece é que os activos dos bancos comerciais ajustam a taxa de muito mais rápido e em maior proporção as subidas nas taxas de juro em relação aos passivos. Em outras palavras os créditos tornam-se mais caros em resposta as taxas de juro altas, mas as taxas de juro dos depósitos e outros passivos não mudam tão rápido e nem tanto. Por essa razão, os bancos tiram proveito dos desfasamento do ajustamento entre os passivos e activos”, explicou a economista moçambicana.

O @Verdade pediu ao Standard Bank comentários sobre este “crescimento significativo” em plena crise mas, após duas semanas de espera, nenhum resposta obtivemos.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016				
	Nota	2016 MT	2015 MT	
Juros e rendimentos similares	5	6.230.410.482	3.313.577.465	
Juros e encargos similares	5	(955.038.530)	(432.821.208)	
Margem financeira		5.275.371.952	2.880.756.257	
Rendimentos com taxas e comissões	6	1.223.127.188	1.086.955.851	
Gasto com taxas e comissões	6	(7059.977)	(17.372.615)	
Resultados com taxas e comissões		1.216.067.211	1.069.583.236	
Resultados de operações financeiras	7	3.222.839.845	3.348.446.570	
Resultados operacionais		9.714.279.008	7.298.786.063	
Imparidade de crédito	8	(1.122.266.851)	(324.953.119)	
Resultados operacionais após perda por imparidade de crédito		8.592.012.157	6.973.832.944	
Outros gastos operacionais	9	(4.309.272.650)	(3.413.432.890)	
Resultado antes de impostos indirectos		4.282.739.506	3.560.400.054	
Imposto indirecto	10.1	(203.848.664)	(181.896.627)	
Resultado antes de impostos directos		4.078.890.842	3.378.503.427	
Imposto Directo	10.2	(1.297.982.433)	(1.020.986.810)	
Resultado líquido do exercício		2.780.901.410	2.357.516.617	
Resultados por acção				
Básicos	11	10,75	9,11	
Diluidos	11	10,75	9,11	

→ continuação Pag. 13 - Ex-porta-voz da PRM em Gaza detido em pleno tribunal

Entretanto, chegado à Terceira Secção daquele tribunal, onde corre o processo contra si, o ex-porta-voz da PRM não foi permitido regressar à casa, tendo sido detido e imediatamente encaminhado ao Estabelecimento Penitenciário Provincial de Gaza.

As circunstâncias em que Jeremias Langa foi preso não passam de uma emboscada e assemelham-se àquelas em que Rufino Licuco, condenado ao pagamento de mais de 200 milhões de meticais por prática violência doméstica contra a Josina Machel, filha de Samora e Graça Machel, também foi detido.

Para além da notificação sobre a data do julgamento, Langa foi confrontado com um mandado de captura, no qual o juiz – cuja identidade não apurámos – alega que o visado deve aguardar o julgamento em reclusão para não ameaçar as testemunhas do processo.

O @Verdade apurou igualmente que o cidadão a que nos referimos podia responder ao processo em liberdade, mas tal não aconteceu porque não está a conseguir pagar caução de 120 mil meticais.

Em Março deste ano, Jeremias Langa foi afastado do cargo de porta-voz do Comando Provincial da PRM, em Gaza. E na sequência de um processo disciplinar instaurado contra si, ele permaneceu alguns meses em casa, tendo sido substituído por Edgar Juvane.

Desde aquele mês, não tem conhecimento, pelo menos publicamente, de que o indiciado teria se envolvidos em actos que consubstanciem ameaçada a alguma parte/pessoa interessada ou arrolada no âmbito no processo que será julgamento a 13 de Dezembro, o que levanta interrogações em torno da decisão do juiz.

Quando Langa retornou ao trabalho – findo o castigo imposto pelo Comando Provincial da PRM, em Gaza – foi confinado no Gabinete Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica, onde estava afecto até à data da sua prisão.

À luz do artigo 508 do novo Código Penal, que consagra, de forma expressa, o tráfico de influências como um tipo legal de crime de corrupção, quando estiver envolvido servidor público, Langa incorre em pena de prisão até dois anos e respectiva multa até um ano.

→ continuação Pag. 13 - Presidente interino de Nampula segue passos de Manuel Tocova, promove exonerações e contraria Governo Central

tiça, tendo António Pechoto, juiz da Primeira Secção do Tribunal Judicial da Cidade de Nampula (TJCN), o condenado a uma pena de três meses com prisão, por desobediência.

Dias depois, os funcionários demitidos, supostamente por se-

rem da confiança do falecido Mahamudo Amurane, voltaram ao trabalho, na sequência de um acórdão do Tribunal Administrativo de Nampula, que considerou que os despachos de exoneração e de nomeação cancelados por Manuel Tocova sem efeito algum.

A cidade de Nampula irá realizar eleição intercalar a 24 de Janeiro próximo. O escrutínio visa escolher o edil substituto de Mahamudo Amurane, assassinado na noite de 04 de Outubro passado, na sua casa.

Desporto

Messi recebe 4ª Bota de Ouro na carreira e não fala sobre renovação

O atacante Lionel Messi, do Barcelona, recebeu na passada sexta-feira (24) a Bota de Ouro por ter sido o maior artilheiro dos principais campeonatos nacionais da Europa na última temporada, e evitou falar sobre o futuro durante o discurso de agradecimento.

Texto: Agências

Messi marcou 37 golos, superando Bas Dost, do Sporting, e Pierre-Emerick Aubameyang, do Borussia Dortmund, ambos com 31. Robert Lewandowski, do Bayern de Munique, e Luis Suárez, também do Barça, que balançaram a rede 30 vezes.

O apresentador da cerimónia já havia avisado no início do acto que não seria o dia para falar sobre o futuro do atacante argentino, um assunto que a cada dia que se passa parece menos resolvido.

O Barcelona anunciou, em Julho passado, a renovação até 2021

do atual contrato de Messi, que termina nesta temporada, e o aumento da cláusula de rescisão para 300 milhões de euros. No



entanto, o novo vínculo ainda não foi assinado.

Acompanhado pela esposa, Antonella Rocuzzo, e do fi-

lho Thiago, Messi caminhou ao palco da Antiga Fàbrica Estrella Damm, em Barcelona, para receber o prémio.

“Sempre disse que os prémios individuais vêm pelo coletivo. É um prémio de todos, sem eles eu não teria feito os golos que fiz. Isto é algo de todo o grupo”, destacou o argentino.

Messi recebeu a primeira Chuteira de Ouro na temporada 2009-2010, a segunda em 2011-2012, na qual bateu o recorde de golos num campeonato em uma só temporada (50), e a terceira em 2012-2013.

Cinco supostos bandidos detidos no Niassa

A Polícia da República de Moçambique (PRM), no Niassa, colocou cinco supostos assaltantes à mão armada fora de acção e disse que os mesmos são perigosos cadastrados, que aterrorizavam os distritos de Ngauma, Mecanhelas, Cuamba e Mavago.

Texto: Redacção

Os seus alvos eram residências de comerciantes. A Polícia disse que há agentes económicos que guardam elevadas quantias em dinheiro nas suas casas, o que atrai bandidos e, sobretudo, coloca as suas vidas em constante perigo.

Segundo as autoridades policiais, dois dos cinco acusados foram detidos em Mavago na posse 36 mil meticais alegadamente roubados, pois não conseguiram justificar a origem do dinheiro.

A corporação acredita eles detinham uma arma de fogo, a qual não foi encontrada e está a empenhar-se para achá-la com vista a evitar que seja usada para outros fins maléficos.

A PRM disse que se trata do mesmo grupo que semeava pânico em várias residências de agentes económicos dos distritos de Mavago, Cuamba e Mecanhelas, sendo que com a sua detenção a população irá respirar de alívio.

Ainda em Mecanhelas, outros três presumíveis meliantes caíram nas mãos da corporação, indiciados do mesmo tipo de crime e em sua posse foram achadas pelo menos 63 recargas de telefonia e máscaras.

Governo esconde Mais-Valia do negócio entre a Eni e a Exxon Mobil e não quer “Fundo Soberano nos moldes clássicos” para Moçambique



O ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, revelou que o Governo a que pertence não pretende criar um Fundo Soberano, com receitas do Imposto de Mais-Valia, “nos moldes clássicos que hoje são feitos” noutros países recursos minerais. Entretanto o Executivo de Filipe Nyusi não esclarece para onde vai canalizar a receita do negócio entre a Eni e a Exxon Mobil. “No passado perdemos de vista as Mais-Valias absorvidas pelo Governo e até hoje não sabemos onde foram parar os recursos”, recorda Denise Namburete do Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO).

Texto & Foto: Adérito Caldeira continua Pag. 16 →

Milhares de litros de combustível na rota do contrabando apreendidos na Zambézia

Cinco cidadãos, dos quais dois funcionários do Estado, encontram-se detidos, desde o passado fim-de-semana, nas províncias de Inhambane e da Zambézia, acusados de roubo de 11.350 litros de combustível, pertencentes às empresas de telefonia móvel e de mineração nos distritos de Mabote e Chinde, respectivamente. Contudo, alguns negam o seu envolvimento e acusam a Polícia de estar a prejudicar-lhes.

Texto: Redacção

No caso da Zambézia estão envolvidos três indivíduos detidos nas celas da primeira esquadra da Polícia da República de Moçambique, na cidade de Quelimane.

Miguel Caetano, porta-voz do Comando Provincial da PRM, disse à imprensa que os indiciados tomaram de assalto, no alto mar, uma embarcação pertencente à referida companhia de exploração de areias pesadas no Chinde e em Inhassunge e baldearam pelo menos 11 mil litros de combustível.

A firma lesada é de capitais chineses e denomina-se África Great Wall Mining Company, Lda. A embarcação de onde o combustível foi roubado destina-se a operações de teste mineiro.

Para lograrem os seus intentos, os supostos ladrões usaram um barco a morto e canoa. A Polícia tomou conhecimento através de uma denúncia e quando colocou a mão nos referidos larápios estes ensaiaram um suborno com 14 mil meticais, valor que foi igualmente confiscado, segun-

continua Pag. 16 →

Funcionários do município de Nampula acusados de desvio de receitas durante (curta) gestão de Manuel Tocova

Os fiscais e cobradores responsáveis pela colecta de receitas em diferentes sectores no município de Nampula beneficiaram, ilegalmente, de mais de cinco milhões de meticais durante a presidência interina do polémico Manuel Tocova, segundo a informação avançada pelo vereador Administração e Finanças, Francisco Manhiça.

Texto: Redacção

Segundo aquele responsável, parte dos fundos que eram colectados diariamente não era depositada na conta da edilidade, entre 05 de Outubro passado e 14 de Novembro corrente.

Por outras palavras, o presumível descaminho de verbas começou no dia seguinte à morte do edil Mahamudo Amurane, assassinado a 04 de Outubro, nas suas casa, por pessoas ainda não identificadas.

Quando Manuel Tocova assumiu a presidência interina da cidade de Nampula, houve desmandos

que aumentaram à medida que se envolvia em polémicas e não se concentrava na gestão municipal.

Francisco Manhiça disse que os mais de cinco milhões de meticais a que se refere são preliminares, pois ainda está em curso um trabalho com vista a apurar o valor real, bem como a identificação dos funcionários provavelmente envolvidos no roubo para a devida responsabilização criminal.

A área dos mercados e feiras parece ter sido

continua Pag. 16 →

Diga-nos quem é o XICONHOCA da semana

Por:

BBM Pin: 2B04949C

WhatsApp: 84 399 8634

ou escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 15 - No pico da cdo Dívida Pública

A proposta de Orçamento de Estado para 2018 analisada pelo @Verdade indica que “o Governo deve assegurar a arrecadação de receitas, deduzidos os reembolsos do IVA, no valor total de 222.859.683,86 mil meticais”.

Em audição na Comissão do Plano e Orçamento (CPO) da Assembleia da República o ministro Adriano Maleiane clarificou que os 350 milhões de dólares norte-americanos, resultantes do Imposto de Mais-Valia sobre o negócios da venda de parte da concessão que ENI (Ente Nazionale Idrocarburi) tem na Área 4 de exploração de gás natural na bacia de Rovuma à Exxon Mobil, não estão incluídos nessa previsão de receitas constantes na proposta de OE.

Todavia o governante, embora questionado à respeito pelo FMO, não revelou para onde serão canalizadas essas Mais-Valias nem de que forma o Governo planeia usar esse montante.

O Executivo de Nyusi tem manifestado o seu desejo de criar um Fundo Soberano, para onde seriam canalizados os Impostos de Mais-Valia, que é expectável que o nosso país colecte cada vez mais.

“O Governo já veio a público dizer que o pensa sobre o Fundo Soberano, nós não vamos seguir o modelo clássico, não sentido para um país que está com problemas como o nosso” declarou o ministro da Economia e Finanças aos deputados da CPO e aos membros do Fórum de Monitoria do Orçamento.

“No passado perdemos de vista as Mais-Valias absorvidas pelo Governo”

Maleiane explicou à CPO e a FMO que o Executivo não pretende “sentar” sobre essas receitas tendo em conta as necessidades imensas que Moçambique tem.

“Nós estamos a dizer que é preciso encontrar mecanismos para que essas Mais-Valias não sejam

gastas para consumo mas seja para investimento ou emergência”, como aliás tem sido prática, escudando-se na lei orçamental que todos anos prevê que “Fica o Governo autorizado a usar os recursos adicionais e/ou extraordinários para acorrer às despesas de investimento, situações de emergência e redução da dívida”.

Denise Namburete disse ao @Verdade que o Fórum de Monitoria do Orçamento não percebe para onde irão as mais valias se não forem para o Orçamento do Estado e nem para o Fundo Soberano.

“No passado perdemos de vista as Mais-Valias absorvidas pelo Governo e até hoje não sabemos onde foram parar os recursos”, acrescentou a representante desta Organização da Sociedade Civil.

Entretanto o ministro Adriano Maleiane, ainda na audição parlamentar, que aconteceu no passado dia 20, afirmou que “está claro é que não queremos um Fundo nos moldes clássicos que hoje são feitos”.

Os Fundos Soberanos da Noruega, Chile, Botswana e Nigéria

Doris C. Ross, diretora assistente no departamento de África do Fundo Monetário Internacional (FMI) e que já chefiou missões da instituição que trabalharam em Moçambique, defendeu numa publicação datada de 2014 que o Fundo Soberano “não deve ter uma autoridade independente encarregada da despesa e pode dispor de duas contas separadas: uma conta de estabilização, que poderá ajudar a proteger o orçamento de volatilidade inesperada, e uma conta de poupança para financiar necessidades futuras em termos de despesas. A conta de estabilização deve estar associada a uma conta única do tesouro e dispor de regras de entrada/saída flexíveis, e a conta de poupança não deve ser utilizada para financiar o orçamento anual, exceto em situações de emergência bem definidas”.

do Miguel Caetano.

Ainda na Zambézia, a corporação deteve outros dois cidadãos acusados de posse de mais de três mil dólares norte-americanos falsos.

Miguel Caetano explicou que os visados, dos quais um moçambicano e outro malawiano, pretendiam cambiar o montante algures na cidade de Quelimane.

Quando foram interpelados tentaram subornar os agentes da Polícia com cinco mil meticais. O indiciados negaram as acusações e disseram que tudo não passava de um estratagema da PRM.

Relativamente aos funcionários presos por alegada prática do mesmo crime, em Inhambane, eles são dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE).

Eles não só se apoderaram de 350 litros de combustível, como também vandalizaram parte do equipamento da referida antenna de telefonia móvel, no posto administrativo de Tome.

Nesse dia, os indiciados tinham sido escalados para trabalhar na sede daquele posto administrativo.

A última apreensão de milhares de combustível, feita pela PRM, aconteceu em Março do ano em curso, nas províncias de Tete e Manica, onde foram confiscados mais 34.128 litros.

Aliás, em Fevereiro deste ano, 12.733 litros de combustível foram apreendidos nas províncias de Gaza, Inhambane, Manica e Nampula, o que sugerem que o contrabando e/ou venda ilícita deste produto no país parece estar longe do fim.

Quadro 7. Plano de Cobrança de Receitas para 2018

	2016	2017	2018	2016	2017	2018
	COE	LEI	PRGP	COE	LEI	PRGP
Em Milhões de MT				Em % de PIB		
Receitas do Estado	188.895,3	188.833,8	222.859,7	24,0%	23,2%	22,3%
Receitas Correntes	108.462,8	103.347,1	118.421,9	23,1%	22,8%	20,0%
Receitas Fiscais	138.493,3	135.336,8	186.796,8	20,1%	19,4%	18,8%
Impostos sobre rendimento	68.273,0	68.232,2	81.309,0	9,3%	8,0%	8,2%
IRPS	26.854,3	25.782,9	33.376,9	3,9%	3,2%	3,4%
IRPC	37.161,2	36.943,3	44.312,4	5,4%	4,8%	4,3%
Imposto especial sobre o Jogo	207,3	1.203,1	1.619,7	0,0%	0,2%	0,2%
Receitas sobre Bens e Serviços	68.708,9	63.544,0	96.389,2	9,9%	10,4%	9,7%
Imposto sobre Valor Acrescentado	49.847,7	50.412,8	58.746,4	7,2%	6,3%	5,9%
ICE-Produtos Nacionais	3.750,0	8.383,5	9.752,1	0,5%	1,0%	1,0%
ICE-Produtos Importados	3.050,0	7.804,8	9.905,4	0,4%	1,0%	1,0%
Imposto sobre Comércio Exterior	12.339,3	16.336,9	17.982,4	1,8%	2,1%	1,8%
Outros Impostos Fiscais	5.513,8	7.793,6	9.086,5	0,8%	1,0%	0,9%
Receitas não Fiscais (incl. propinas)	9.333,9	17.256,9	17.350,9	1,3%	2,1%	1,7%
Receitas Contribuintes	11.745,3	10.331,3	14.274,2	1,7%	1,3%	1,4%
Receitas de Capital	6.142,5	3.286,4	4.827,7	0,9%	0,4%	0,4%

Doris C. Ross explicou que o Fundo Petrolífero da Noruega “foi concebido para gerir os excedentes orçamentais acumulados sem contudo dispor de regras específicas quanto a depósitos ou levantamentos de recursos, imprimindo flexibilidade ao seu funcionamento. As transferências orçamentais entre as receitas líquidas do petróleo e o fundo financiam assim o défice orçamental não petrolífero. A verba colocada de lado depende das cotações do petróleo e da orientação orçamental em relação ao défice orçamental não petrolífero. Os ativos encontram-se sob o controlo do Ministério das Finanças, sendo geridos pelo banco central. Embora essa falta de restrições não seja geralmente considerada o caminho ótimo para estruturar um fundo soberano, o facto é que tem funcionado bem porque na Noruega a elaboração da política económica assenta numa estrutura institucional forte. De igual modo, convém notar que as receitas do petróleo representam menos de 15% das receitas públicas, tanto que a sua volatilidade não constitui um desafio sério para a gestão orçamental tal como isso acontece em países onde a dependência dos recursos é maior. Por fim, embora este caso contenha ensinamentos úteis, é importante reconhecer que o grau de desenvolvimento institucional num país avançado como a Noruega facilita uma abordagem em relação aos recursos naturais que tem poucas hipóteses de ser transposta linearmente nos países em desenvolvimento”.

A autora referiu ainda o Fundo de Compensação do Cobre no Chile que “possui regras de acumulação e levantamento indexadas a uma cotação de referência para o cobre, determinada anualmente pelas autoridades. Na prática a cotação de referência para o cobre é baseada grosso modo numa média móvel de dez anos. Quando a cotação do cobre ultrapassa o preço de referência num intervalo de USD 0,04 a USD 0,06 por libra, 50% das receitas da companhia estatal do cobre são depositadas no Fundo. Se a cotação do cobre subir acima desse garfo, as receitas são integralmente (100%) depositadas no Fundo. Os levantamentos do Fundo, que se regem por regras simétricas às regras de entrega, têm geralmente sido usados para subsidiar os preços dos combustíveis nacionais”.

A funcionária sênior do FMI esclareceu que “o Fundo Pula no Botswana apresenta algumas das características de um fundo soberano, dado o seu objetivo ser o de garantir que as poupanças nacionais sejam usadas no intuito de contribuir para o desenvolvimento económico sustentável. Porém não é plenamente considerado um fundo soberano porque os seus ativos entram no balanço do banco central e podem ser utilizados, tal como outras reservas externas, para fins de balança de pagamentos. Seja como for, o Fundo Pula é composto pela conta de investimento do Estado, que reflete quer as poupanças dos excedentes orçamentais acumulados quer

as entradas adicionais da dívida pública, e mais amplamente as economias nacionais acumuladas para lá do objetivo do nível de reservas líquidas estabelecido pelo banco central. Essa meta baseia-se na cobertura das importações a seis meses, e os fundos transitam para a conta ou da conta quando o nível de importações se desvia do objetivo de cobertura a três meses por excesso ou por defeito”.

Já sobre a solução encontrada pela Nigéria, Doris C. Ross esclareceu que “a Excess Crude Account (ECA) — conta excedentária do crude — foi criada em 2004 e, embora não estivesse adequadamente ancorada no direito interno, de início foi um êxito. A ECA acumulou saldos significativos em virtude de poupanças orçamentais resultantes de decisões de despesa com base num preço de referência para o petróleo. Os fundos da ECA ajudaram a Nigéria a resistir à queda dos preços do petróleo em 2008–09, uma vez que os fundos foram usados para financiar grandes défices orçamentais. A recrudescência dos preços do petróleo e o ciclo de programação orçamental, conjugado com o facto de a ECA ser objeto de levantamentos ad hoc e a um enquadramento jurídico frouxo, levaram quase ao seu esvaziamento em 2011. Em 2012, foi criado um fundo soberano mais eficiente, mas não só ainda não está completamente operacional como foi alvo de levantamentos consideráveis em 2013. Assenta em três componentes: um fundo de estabilização, um fundo de infraestruturas e um fundo de poupança intergeracional. Tem regras mais rígidas do que a ECA e pretende reforçar a gestão eficaz da riqueza em recursos naturais da Nigéria”.

Quicá o Governo de Filipe Nyusi vá colocar as Imposto de Mais-Valia no seu saldo de caixa, que são contas em bancos comerciais à margem da Conta Única do Tesouro, reveladas pelo @Verdade, e que são geridas à margem do Orçamento do Estado, sem a fiscalização do Parlamento e do Tribunal Administrativo.

→ continuação Pag. 15 - Funcionários do município de Nampula acusados de desvio de receitas durante (curta) gestão de Manuel Tocova

a mais lesada, uma vez que é a que contribuiu com maior parte de receitas diárias, estimadas em 65 mil meticais, de acordo com o vereador.

Ele disse que os sectores de Saneamento e dos transportes, por exemplo, também não escaparam dos alegados desvios de verbas.

Manhiça disse também que um queixa formal sobre o assunto será feita junto das entidades que lidam com este tipo de matéria para a instauração dos processos necessários.

Refira-se que Manuel Tocova passou boa parte do tempo em que esteve em frente dos destinos da autarquia de Nampula a

gerir problemas pessoais, que culminaram com o seu afastamento da presidência interina.

Ele colocou o cargo à disposição no dia 10 de Novembro, à Assembleia Municipal de Nampula, alegando “problemas pessoais e familiares”.

Tocova protagonizou uma série de peripécias e acabou na barra da justiça, tendo sido condenado a três meses com prisão suspensa, por desobediência.

À data da apresentação da renúncia ao cargo, o visado estava detido desde 08 de Novembro corrente, acusado de posse ilegal de arma de fogo do tipo pistola e 100 munições.

Fale em segurança com o @Verdade



WhatsApp:

84 399 8634



Telegram

86 450 3076



E-Mail

averdademz@gmail.com

Acidentes de viação matam mais de 10 pessoas em sete dias em Moçambique

Catorze pessoas morreram e 26 contraíram ferimentos, nove das quais com gravidade, devido a 23 acidentes de viação, ocorridos na semana passada, em todo o território moçambicano, informou o Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM).

Texto: Redacção

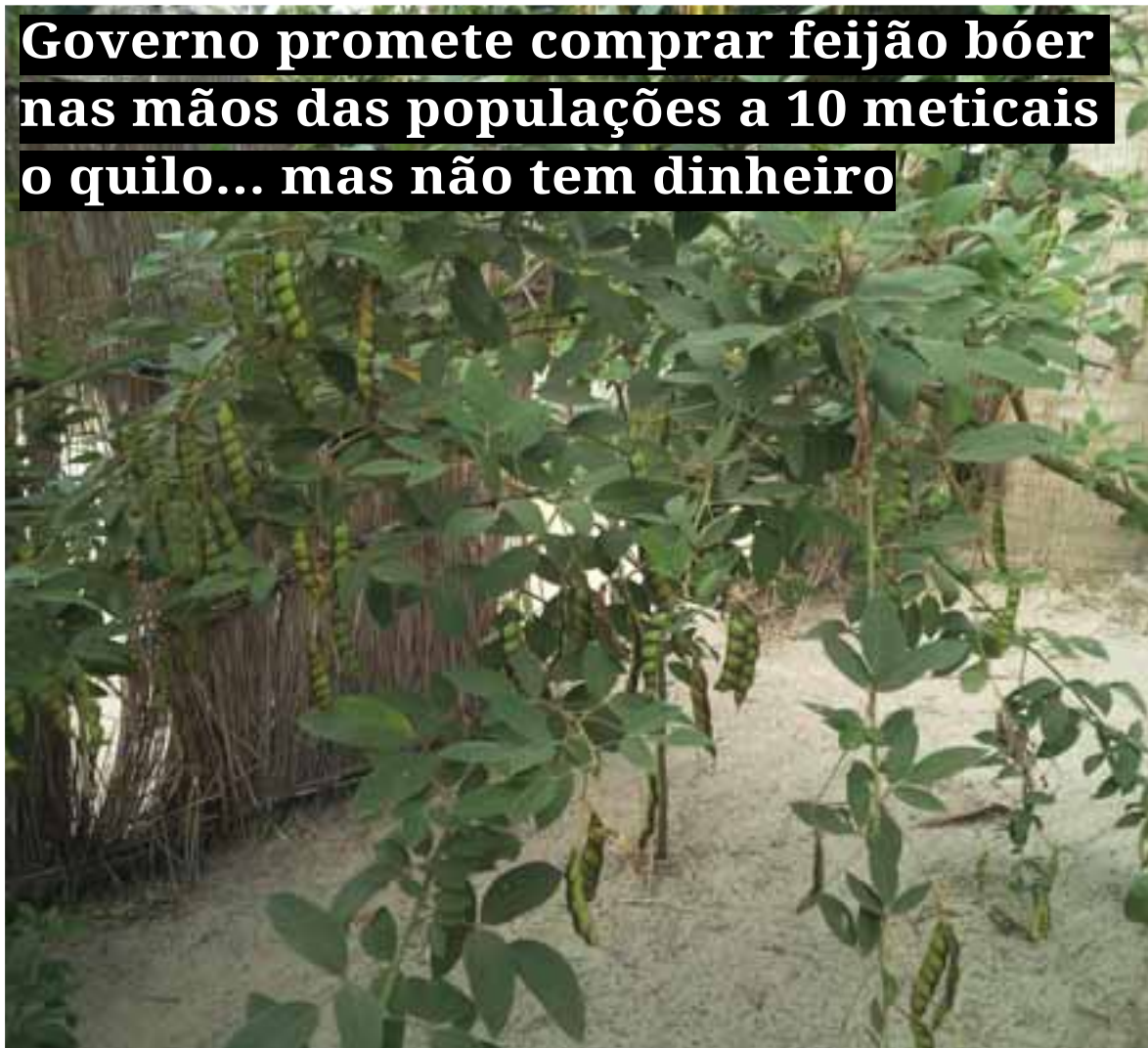
Dos 23 sinistros, pelo menos 15 resultaram do excesso de velocidade e outros consistiram em corte de prioridade, má travessia de peões, entre outras causas.

Os atropelamentos, com oito casos, continuam também a inquietar as autoridades policiais, sobretudo porque, não obstante as campanhas de educação cívica para que as pessoas saibam atravessar a via, as lacunas persistem.

Ao todo, a Polícia de Trânsito (PT) fiscalizou 40.442 viaturas, puniu 4.713 automobilistas por práticas de diversas infrações e apreendeu 417 cartas por condução sob o efeito de álcool.

Numa outra operação, a Polícia deteve 12 indivíduos por condução ilegal e mandou 52 automobilistas às celas por alegada tentativa de suborno aos agentes da PT. O grosso destes casos aconteceu na cidade de Maputo, com 21 casos.

Governo promete comprar feijão bóer nas mãos das populações a 10 meticais o quilo... mas não tem dinheiro



Para minimizar os prejuízos dos agricultores que investiram no cultivo do feijão bóer mas ficaram sem mercado devido a redução da demanda de importação prometida pela Índia, principal mercado que havia garantido compra de pelo menos 100 mil toneladas, o Governo anunciou a centralização do processo de gestão da quota que Moçambique tem e ainda se propôs a comprar os grãos remanescente nas mãos das populações ao preço de 10 meticais por cada quilo. Mas os 3 milhões de dólares que o Executivo poderá disponibilizar chegariam para adquirir só cerca de um quinto de todo feijão bóer por exportar da última campanha agrária.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

continua Pag. 18 →

Sul e centro de Moçambique são mais propensos à ocorrência de acidentes de carros, mas prevalece falta de responsabilização

O grosso dos acidentes de viação, parte dos quais culminam em morte, ocorrem, com frequência, das 15h00 às 21h00, durante os fins-de-semana, na capital moçambicana e nas províncias de Maputo, Sofala e Nampula, segundo as autoridades que lidam com a matéria, e que revelaram ainda que os protagonistas deste mal, que também acarreta elevados custos ao Estado, são jovens e adultos do sexo masculino, com idades compreendidas entre 18 e 45 anos.

Texto: Emildo Sambo

A informação foi revelada na abertura do segundo Simpósio de Segurança Rodoviária, no qual o Presidente da República, Filipe Nyusi, disse que algumas vítimas – não poucas – dessa carnificina são afectadas e na pior das hipóteses morrem enquanto estavam a concluir a formação académica.

Por conseguinte, essas mesmas vítimas deixam crianças e outros dependentes na incerteza as crianças e ao deus dará em relação ao seu futuro.

Os acidentes mais horríveis envolvem transportes semi-colectivo de passageiros e os relatórios apontam como as principais causas o excesso de velocidade, manobras perigosas, condução sob efeito de álcool ou de substâncias psicotrópicas.

De acordo com o estadista moçambicano, para além dos custos físicos e psicológicos sobre as pessoas directa ou indirectamente envolvidas em acidentes de viação, estes têm um impacto negativo sobre os serviços de saúde e nas

continua Pag. 18 →

Defensores dos réus no “Caso FDA” rebatem Ministério Público nas alegações finais e pedem anulação do processo

No dia reservado às alegações finais, na quinta-feira (30), os defensores dos 24 co-réus indiciados de desfalque de cerca de 170 milhões de meticais no Fundo de Desenvolvimento Agrário (FDA) apelaram ao tribunal, “a anulação do processo”, supostamente por ter sido mal instruído pelo Ministério Público (MP), que é igualmente acusado de levar os arguidos à barra da justiça com base numa “investigação atabalhoada”. Após ouvir atentamente os argumentos dos causídicos e do MP, o juiz Alexandre Samuel marcou a data da sentença para 20 de Dezembro em curso.

Texto: Emildo Sambo

O MP, representado por João Nhane, pediu a condenação dos arguidos, sob pretexto de que, entre 2012 e 2014, eles urdiram esquemas para desfalcar o FDA – uma instituição do Estado – e o uso de diferentes contas bancárias para movimentar o dinheiro visava dissimular a origem criminosa do montante em questão.

Centrando as suas acusações e alegações sobre a pessoa de Setina Titosse, antiga Presidente do Conselho de Administração daquela entidade, o guardião da legalidade disse que a ré recorreu a contas de

terceiros para movimentar o dinheiro em alusão porque não queria ser associada ao crime.

Findas as alegações, o juiz deu a palavra aos co-arguidos para que se pronunciassem pela última vez antes da sentença. Setina Titosse, considerada cabecilha do presumível saque, disse não perceber por que motivo se insiste em imputá-la factos de desconhece.

Ela ocupou cargos de chefia desde 1999 até a altura em que o ministro da Agricultura e Segurança Alimentar

continua Pag. 18 →



A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o

XICONHOCA
da semana



Por:

BBM Pin:
2B04949C

WhatsApp:
84 399 8634

ou escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com



A verdade em cada palavra.



BBM Pin: 2B04949C



WhatsApp: 84 399 8634

→ continuação Pag. 17 - Governo promete comprar feijão bóer nas mãos das populações a 10 meticais o quilo... mas não tem dinheiro

Ao abrigo de um memorando rubricado em 2016 pelos governos de Moçambique e da Índia o Governo de Filipe Nyusi incentivou os camponeses e agricultores nacionais a cultivarem o feijão bóer tendo em vista o compromisso do país asiático de importar 375 mil toneladas de leguminosas até 2019, 100 mil na campanha 2016/17, 125 mil na campanha 2017/18 e 150 mil toneladas na safra agrícola 2018/19.

O desafio foi acolhido e o nosso país registou uma produção recorde na campanha em curso. Porém produção significativa aconteceu também na Índia e o Governo de Narendra Modi faltou com o seu compromisso deixando os camponeses e agricultores moçambicanos com milhares de toneladas de grãos sem mercado.

Os compradores do feijão bóer que se propunham a pagar até 50 meticais por quilograma baixaram a sua oferta para 5 meticais o quilo, em determinadas regiões do nosso país até se está a pagar somente 2 meticais, um valor que não chega sequer para cobrir os custos de produção investidos pelos moçambicanos.

Na passada quarta-feira (29) o ministro da Indústria e Comércio, Max Tonela, explicou durante a sessão de questionamento do Governo pelos deputados da Assembleia da República que também contribuiu para a queda do preço o oportunismo de alguns importadores que aproveitaram-se da quota de Moçambique para exportar feijão cultivado em alguns países vizinhos que não têm o privilégio que o nosso país conquistou junto do mercado indiano.

“Mostrando-se premente dis-



ciplinar a gestão e o controle dos mecanismos de exportação face a existência de um aproveitamento indevido por parte de empresas não registadas em Moçambique o Governo decidiu pela emissão em regime de exclusividade do Certificado de Origem deste produto, pelo Instituto de Cereais de Moçambique, bem como a centralização do processo de gestão da quota e a articulação com o governo indiano, pelo referido Instituto, sobretudo tendo em conta que Moçambique é o único país da região com este tipo de parceria e outros países da região produzem este tipo de produto e não têm neste momento mercado” afirmou Tonela

O ministro revelou ainda que “o governo está a mobilizar recursos para assegurar a recolha e processamento do feijão bóer remanescente nas mãos das populações devendo ser colocado no mercado na próxima quota a ser explorada a partir de Março de 2018”.

3 milhões de dólares para Grupo ETG comprar todo feijão bóer nas mãos dos agricultores

Entretanto o @Verdade entrevistou o diretor-geral do Instituto de Cereais de Moçambique (ICM), João Macaringue, que precisou que o objetivo do Executivo é com-

prar “(...)tudo o que sobrar e o que for acessível sob o ponto de vista de disponibilidade e vias de acesso. Mas a filosofia por detrás é a população produziu, foi um processo de campanha com base no memorando que existe com a Índia, e as pessoas não sabiam que há quotas”.

Macaringue disse ao @Verdade que o ICM estima terem ficado por exportar entre 120 mil a 130 mil toneladas, quantidades que ainda estão a ser apuradas.

“Temos consciência que há ainda muita produção nas mãos da população e porque queremos que o processo de desenvolvimento da agricultura, que o aumento da produção e da produtividade mantenha, não é uma campanha é um processo tendencialmente continuado de modo a estabilizar aquilo que é o bem estar das populações que vivem da agricultura o Governo tomou esta iniciativa de garantir a recolha de todo o feijão bóer”, esclareceu o diretor do ICM.

João Macaringue revelou ao @Verdade que “o Governo colocou à disposição até este momento cerca de 3 milhões de dólares norte-americanos para a compra do feijão bóer”, que serão disponibilizados ao Grupo ETG - Export

Trading Group (uma empresa de capitais das Maurícias e da Índia), “que vai proceder a recolha, processamento e vai armazenar (...)porque é a única que tem três fábricas de processamento e capacidade de armazenamento” em Moçambique.

Segundo o diretor-geral do ICM o feijão bóer “processado dá para armazenar durante o ano, sem processamento deteriora-se com muita facilidade”.

A fonte declarou ao @Verdade que a formalização do negócio deverá acontecer na próxima semana e precisou que com o dinheiro disponibilizado o que Governo espera poder pagar “um preço médio de 10 meticais”.



Governo não explica de onde virá o dinheiro para comprar o feijão bóer

Questionado pelo @Verdade se o valor chegaria para pelo menos os camponeses e agricultores recuperarem os custos investido na produção João Macaringue disse que “os nossos camponeses da forma que operam é difícil determinar os custos de produção, este valor é o que se pensa ser razoável entre o que se está a praticar neste momento e o que é o máximo que alguns fazem em termos de compra”.

Instado a explicar de onde virão estes 3 milhões de dólares para a compra do feijão bóer, visto o Instituto de

Cereais de Moçambique não está sequer listado no Orçamento do Estado o diretor só replicou que virá do Governo sem precisar a fonte.

O @Verdade contactou a assessoria de imprensa do ministro Max Tonela para apurar a fonte financiamento de mais esta actividade extraordinária, quicá de emergência, do Executivo, tendo em conta os défices do Orçamento de Estado devido as dívidas ilegais, mas nenhuma explicação foi dada.

O Orçamento de Estado de 2017 e a proposta de Orçamento para 2018 não preveem este montante, aliás nem sequer consta dos Planos Económicos e Sociais a “acção” de comprar feijão bóer.

Contudo uma fonte com conhecimento do dossier revelou ao @Verdade que a solução passará por mais um empréstimo bancário com Garantia do Estado.

Mas se os 3 milhões de dólares não estão ainda assegurados contas feitas pelo @Verdade projectam que o montante será poderá ser insuficiente para adquirir todo feijão bóer ainda nas mãos dos camponeses e agricultores que ronda as 100 mil toneladas, a 10 meticais o quilograma seriam necessários pelo menos 16 milhões de dólares norte-americanos mais os restantes custos inerentes a logísticas.

→ continuação Pag. 17 - Sul e centro de Moçambique são mais propensos à ocorrência de acidentes de carros, mas prevalece falta de responsabilização

infra-estruturas públicas e privadas (...).

No evento, que decorre na chamada “cidade das acácias”, o Chefe do Estado disse que entre 2011 e 2017, pelo menos 10 mil pessoas morreram e mais de 30 mil contraíram ferimentos graves e ligeiros. O ano de 2014 foi mais sangrento e mortífero.

O encontro é organizado pelo Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC) e nele tomam parte várias pessoas singulares, organizações da sociedade civil, membros do Governo, representantes das escolas de condução. E foi assumida a Declaração de Maputo, cujo propósito é a multiplicação de esforços com vista a acabar com a sinistralidade rodoviária.

As causas desses desastres são, por um lado, o mau estado das vias, o mau estado das viaturas, a má sinalização rodoviária a não observância das regras de condução.

Por outro constam a sonolência, o ex-

cesso de velocidade, manobras perigosas, condução sob efeito de álcool ou de substâncias psicotrópicas, cansaço, e a má travessia do peão.

Estes dados não só ilustram o impacto negativo dos acidentes de viação no país, como também apelam para a necessidade de se colocar a mão na consciência e reflectir sobre as vidas que se perdem nas nossas estradas e nas pessoas que contraem as mais variadas lesões ou ficam mutiladas.

Por conta destes e outros problemas, Moçambique é considerado o quarto país com maior número de sinistralidade rodoviária – com 32 óbitos em cada 100 mil carros – na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Face a este mal que tira sono ao país inteiro, Filipe Nyusi disse que “não podemos continuar a assistir, de forma impávida e serena, a esta calamidade pública. Mais do que palavras urge responsabilizar aqueles que são os causadores desta desgraça”.

→ continuação Pag. 17 - Defensores dos réus no “Caso FDA” rebatem Ministério Público nas alegações finais e pedem anulação do processo

(MASA), José Pacheco, a expulsou do aparelho do Estado.

A ré recordou que um chefe tem, para além do salário, regalias e ela tinha empreendimentos privados que lhe geravam renda.

Neste contexto: elas questionou porquê só quando ela foi PCA do FDA precisaria se apoderar dos dinheiros que estão na origem dos crimes que lhe são imputados?

O MP não se comoveu e pediu ao tribunal uma “condenação exemplar”. Segundo João Nhane, o crime de que os co-réus são acusados é considerado de “colarinho branco”, por isso, não deve merecer o mesmo tipo de tratamento que é dado aos chamados pilha-galinhas. “O MP está convicto de que houve fraude e pede que se faça justiça”.

Por sua vez, os defensores pediram a absolvição dos réus ou atenuação da pena. Aliás, alguns disseram que na ausência de elementos factuais que incriminem os seus clientes “nada mais resta ao tribunal senão”.

Eles questionaram ainda o facto que o MP não ter sido capaz de apresentar, em sede do tribunal, o prejuízo causado ao Estado na sequência do referido rombo financeiro.

Ademais, os advogados afirmaram que a instituição guardiã da legalidade devia, também, se pronunciar sobre os fundos recuperados, alguns dos quais foram confiscados nos bancos onde os arguidos os tinham depositado.

“A posição do Ministério Público não nos espanta. Sempre demonstrou que queria que o processo chegasse ao fim e os réus condenados. Mas neste processo não existe matéria criminal que indicié os réus e possam ser condenados. Pedido a sua anulação”, disse Jaime Sunda, advogado da Setina, por exemplo.

Tanto ele como os outros causídicos, acusaram, em tribunal, o MP de não ter feito o seu trabalho de investigação devidamente e, agora, pretende “induzir o tribunal a cometer erros e condenar inocentes (...)”.

Narciso Matos, sobre o capital humano: “Deveríamos ter mais electricistas que engenheiros”

O Reitor da Universidade Politécnica defendeu a necessidade premente da implementação de iniciativas arrojadas no sector da Educação, para corrigir o sistema nacional de ensino, de modo a que possa crescer com equilíbrio.

Narciso Matos fez este pronunciamento, ao dissertar, na semana passada, no painel sobre o “Capital Humano e a Economia do Conhecimento”, do II Fórum MOZEFO, uma plataforma de debate em prol de um crescimento acelerado e inclusivo, que reúne os sectores público e privado e a sociedade civil.



“Temos 17 milhões de crianças e jovens nos ensinos primário e secundário. Ao desagregar esses capitais humanos e olharmos com mais atenção, vemos o que é que tem que ser corrigido”, referiu.

Actualmente, conforme indicou, ao nível do ensino técnico-profissional, no País, existem cerca de 100 mil jovens, um número em si muito reduzido. No ensino superior, ao nível universitário, existem cerca de 150 mil jovens, um número que também é muito pequeno para as necessidades do País.

“Em termos comparativos, temos,

por exemplo 150 mil gerais e 100 mil soldados: significa que este exército tem que ser corrigido”, realçou Narciso Matos, ajuntando que “deveríamos ter muito mais electricistas, carpinteiros, serralheiros, pedreiros do que os engenheiros que estamos a construir”.

Ressalvou que não pretende dizer com isto que os engenheiros sejam muitos. Na verdade, segundo explicou, os 150 mil representam um em cada mil moçambicanos, enquanto na região austral africana há cerca de quatro em cada 100 cidadãos.

Disse ainda que no ensino secundário, pode-se constatar que existem cerca de um milhão e meio a dois milhões de jovens e no ensino primário temos os restantes dez ou doze milhões.

“Ao passar do ensino primário para o secundário, temos uma perda enorme de talento, acontecendo o mesmo ao passar do ensino secundário geral para o ensino técnico-profissional e para o ensino universitário, onde a situação se repete”, afirmou, sugerindo a necessidade de se corrigir esta situação, que levanta várias questões relacionadas com o acesso universal e à equidade, no País.

Num outro desenvolvimento, o Reitor da Universidade Politécnica apontou que “todos os moçambicanos têm direito à Educação. Mas têm direito a uma boa Educação. Não têm direito apenas a poderem ir à escola. E há consenso hoje na nossa sociedade que há muitas fraquezas nos vários níveis de ensino”.

Em relação à qualidade do ensino nacional, Narciso Matos asseverou que “não podemos estar a multiplicar uma quimera, multiplicar uma mentira. Querer dar a ideia de que há escola para todos, mas que essa escola não forma pessoas que de facto podem transformar as nossas vidas”.

Defendeu a necessidade de se alocar mais recursos na Educação, assim como na Saúde. “Tenho consciência de que o bolo é pequeno. Mas será que está a ser, adequadamente, distribuído de acordo com essa nossa convicção, de que o capital humano é determinante para o nosso crescimento?”, questionou.

Na sua opinião, o País devia desejar ter algumas instituições educacionais que sejam um farol: “Pelo menos uma ou duas universidades públicas que sejam aquilo que nós aspiramos no nosso País e que seriam os viveiros que formam cientistas e educadores. Quando nós pensamos em boas escolas primárias, hoje pensamos em escolas privadas”, concluiu.

Texto & Foto: www.fimde semana.co.mz

Empresas indianas: Ministério do Trabalho tenta estancar violações laborais

O Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS) realizou, na sexta-feira, 24 de Novembro, na cidade de Maputo, um seminário de divulgação da legislação laboral moçambicana às empresas de origem indiana que operam no País.

Texto & Foto: www.fimde semana.co.mz



O seminário tinha como objectivo divulgar e sensibilizar os proprietários, gestores e representantes de empresas de capitais indianos sobre a necessidade destes desenvolverem as suas actividades em estrita observância ao quadro jurídico-legal laboral, e não só, com vista à promoção de um ambiente de negócios favorável, bem como ao aumento da competitividade.

Intervindo na cerimónia de abertura, a ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Diogo, explicou que a realização deste seminário deriva do facto de o País continuar a registar situações anómalas no mercado laboral, tais como a contratação irregular de expatriados, a existência de trabalhadores nacionais sem contratos de trabalho, a falta de canalização das contribuições ao Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), a falta de pagamento de horas extras, entre outras irregularidades.

Para fazer jus a esta constatação, Vitória Diogo mencionou o facto de terem sido suspensos, durante o período compreendido entre os meses de Janeiro e Setembro deste ano, 665 trabalhadores estrangeiros, perfazendo um total de 1.915 desde 2015.

A expulsão dos trabalhadores em causa resultou da não observância do princípio, segundo o qual “o trabalhador estrangeiro deve possuir qualificações académicas ou profissionais necessárias e que justifiquem a sua contratação, podendo a sua admissão só se efectuar, uma vez comprovado não haver cidadãos nacionais com tais qualificações ou que, havendo, o seu número seja insuficiente”.

Para além da contratação ilegal de mão-de-obra estrangeira, Vitória Diogo também se mostrou preocupada com os conflitos laborais. Com efeito, entre Janeiro e Setembro deste ano foram registados 5.778 casos que deram entrada nos Centros de Mediação e Arbitragem Laboral (CEMAL), tendo sido mediados 5.497, dos quais 4.561 tiveram soluções pacíficas, através da assinatura de acordos entre as partes.

Entretanto, de acordo com a ministra, “continuamos a constatar que, na tentativa de resolver os conflitos que nos são apresentados, nem sempre o empregador se faz presente, impossibilitando, assim, uma aproximação das partes na resolução do litígio, promovendo, deste modo, a relação sã entre o capital e o trabalho”.

Por seu turno, o alto-comissário da Índia em Moçambique, Rudra Shresth, louvou o MITESS por esta iniciativa, que, no seu entender, vai concorrer para a redução de casos de violação da legislação laboral no País.

Para Rudra Shresth, o seminário vai, igualmente, ajudar a consolidar a posição de Moçambique como parceiro estratégico da Índia no continente africano, tendo em conta que as trocas comerciais entre os dois países têm aumentado exponencialmente nos últimos anos.

“É louvável este tipo de iniciativa, que permite a interacção entre as empresas indianas, em particular, e o MITESS para a divulgação da legislação laboral”, considerou o diplomata, que realçou o facto de Moçambique ser o país com maior percentagem de investimento indiano em África com 25 por cento.

DevFest Maputo 2017: Incubadora de Negócios juntou 150 desenvolvedores de software

A Incubadora de Negócios do Standard Bank, na cidade de Maputo, acolheu no sábado, 25 de Novembro, a terceira edição do Google Developers Group (GDG) DevFest Maputo 2017, o maior festival de tecnologia para desenvolvedores de software em Moçambique.

O evento juntou, na mesma sala, 150 programadores e entusiastas na área de desenvolvimento de softwares, oriundos de vários pontos do País, que durante 10 horas discutiram temas relacionados com as tecnologias mais utilizadas na actualidade.

Falando da iniciativa, o líder do GDG Maputo, Osvaldo Maria, explicou que a mesma tem por objectivo reunir os jovens desenvolvedores e outras pessoas que trabalham com as tecnologias para conhecerem as últimas tendências tecnológicas.

No que concerne aos temas abordados, o líder do GDG Maputo referiu que o evento contou com a participação de 20 oradores que abordaram assuntos relacionados com “a segurança cibernética e sistemas informáticos, com as boas práticas de desenvolvimento de softwares, bem como com a gestão de projectos de softwares”.

Intervindo na qualidade de anfitriã, a responsável pela Incubadora de Negócios do Standard Bank, Sasha Vieira, referiu que esta instituição financeira, centenária no País, apoia a realização do GDG De-

vFest Maputo 2017, no estrito cumprimento da sua estratégia de incentivar o empreendedorismo tecnológico.

“Somos um banco inovador e queremos continuar a identificar talentos na área tecnológica, acreditando que eles destacam-se neste tipo de iniciativas”,



explicou Sasha Vieira, assumindo que é uma honra para o Standard Bank acolher o GDG DevFest Maputo 2017.

Num outro desenvolvimento, Sasha Vieira destacou a importância da Incubadora de Negócios do Standard Bank, sobre a qual assegurou tratar-se de um lugar onde “apoiamos os jovens desenvolvedores e programadores, enriquecendo os seus conhecimentos sobre as tecnologias e aplicativos em desenvolvimento, bem como a sua formação na área das tecno-

logias de informação e comunicação”.

Na qualidade de participante, Anaid Macaringue, um desenvolvedor de tecnologias oriundo da província de Gaza, falou da importância do GDG DevFest Maputo 2017, dando destaque aos temas abordados: “Gostei muito dos assuntos que foram aqui tratados. Assimilei muitas coisas boas dos oradores bastante experientes e que, sem dúvidas, irão ajudar-me a crescer no ramo da criação de interfaces para páginas de internet e da criação de soluções tecnológicas”, assumiu.

“O GDG DevFest Maputo 2017 foi igualmente importante, porque deu-me a oportunidade de colher ideias que me motivam a criar soluções tecnológicas, tendo em vista desenvolver a província de Gaza”, manifestou Anaid Macaringue.

Importa referir que esta terceira edição do GDG DevFest Maputo 2017 foi a mais concorrida de todas, com um total de 150 inscritos. Na primeira, o registo foi de 100 participantes e 120 na segunda. Para além das palestras, o evento ficou marcado por uma exposição de aplicativos de desenvolvedores moçambicanos.

Texto & Foto: www.fimde semana.co.mz

Vitória Diogo agastada com afrontas à legislação laboral

A Ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Diogo está preocupada com a contratação ilegal de trabalhadores estrangeiros, trabalhadores nacionais sem contrato de trabalho, falta de canalização das contribuições inerentes à segurança social obrigatória e falta de pagamento de horas extras e excepcionais. Um acto classificado pela ministra como afronta à legislação laboral em vigor no País.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Vitória Digo falava há dias, no seminário sobre “Empresas Indianas em questões Laborais em Moçambique”, que tinha como objectivo divulgar e sensibilizar proprietários e os gestores das empresas daquele país asiático a desenvolverem os seus negócios dentro do quadro jurídico-laboral em vigor, para a promoção de um ambiente de negócios cada vez mais favorável, bem como para o aumento da produção, produtividade e competitividade das empresas e consequentemente da economia moçambicana.

“Apesar da postura didáctico-pedagógica na nossa actuação como Governo em geral e da nossa Inspeção-Geral de Trabalho, em particular, continuamos a assistir, por parte de algumas empresas, a contratação irregular de expatriados. Só para ilustrar, de Janeiro a Setembro do presente ano foram suspensos 665 trabalhadores estrangeiros, perfazendo um total de 1.915 estrangeiros desde 2015, com todos os prejuízos daí decorrentes tanto para as empresas infractoras, como para a economia”, lamentou a governante.

A ministra fez saber aos empresários indiano que, com vista a melhorar a prestação de serviços e imprimir maior rigor, celeridade, transparência e maior controlo no processo de contratação da mão-de-obra estrangeira, foi informatizado o processo de tramitação do fenómeno migratório, designado SIMIGRA e a Folha da Relação Nominal e passou a intercomunicar com o Sistema de Segurança Social Obrigatório e a Base de Dados de Contribuintes da Autoridade Tributária.

“Hoje é possível confrontar, atempadamente, o conteúdo da Relação Nominal que as empresas enviam para efeitos de contratação da mão-de-obra estrangeira com o da Folha de Remunerações, que é enviada para efeitos de segurança social obrigatória e o NUIT emitido pela Autoridade Tributária, e assim detectar na hora as discrepâncias, uma medida de combate à corrupção”, elucidou Vitória Diogo.

O Governo está ciente da realidade que o País ainda enfrenta, como a escassez de técnicos qualificados e especializados em algumas áreas. Por isso, abriu espaço no quadro le-

gal para o recrutamento de mão-de-obra estrangeira, visando o suprimento destas carências, e exigindo simultaneamente a transmissão da experiência e conhecimento tecnológico aos técnicos e trabalhadores nacionais.

A ministra afirma que se trata de uma abordagem com suporte legal, na perspectiva de que os investimentos para o desenvolvimento possam ser sustentáveis, através de capacidades internas de recursos humanos que se desejam qualificados e com experiência compatível as necessidades do mercado laboral.

Vitória Diogo concluiu a sua abordagem, referindo que o Seminário realiza-se num momento em que o Governo se encontra empenhado na materialização do seu Programa Quinquenal para 2015 a 2019, com uma das suas cinco prioridades a “promoção do emprego e melhoria da produtividade e competitividade”, um exercício que vem sendo feito com o envolvimento dos vários segmentos da sociedade moçambicana, incluindo o sector empresarial, parte do qual presente no seminário.

Desembaraço aduaneiro através da JUE: Celeridade dependente da interligação com outras instituições

A celeridade do desembaraço aduaneiro, através da Janela Única Electrónica (JUE), passa neste momento pela interligação ao sistema de outras instituições responsáveis pela emissão de licenças de importação de mercadorias, segundo referiu o director-geral das Alfândegas de Moçambique.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Ali Malá fez estas considerações, num encontro realizado, recentemente, na cidade da Beira, que juntou as Alfândegas de Moçambique e a empresa Mozambique Community Network (MCNet) e os utilizadores do sistema electrónico de desembaraço aduaneiro, com o objectivo de definir estratégias que permitam melhor alcance dos resultados da plataforma.

“Estamos a trabalhar para que, à semelhança do que acontece com as declarações aduaneiras, que são tramitadas no sistema, não precisando que o despachante aduaneiro se desloque às alfândegas para obter a informação e efectuar o pagamento das taxas, aconteça com outras instituições”, referiu.

O sistema de pagamento de impostos está integrado na Janela Única Electrónica, com quase todos os constrangimentos operacionais ultrapassados. Está em curso um trabalho no sentido de agregar outros elementos, para que os operadores deixem de emitir licenças manual-

mente e passem a efectuar a partir do sistema, consoante os regimes aduaneiros existentes.

Para a conexão das instituições à JUE, o director-geral das Alfândegas de Moçambique disse que existem investimentos que devem ser feitos para garantir a maquinaria, infraestruturas e outras componentes.

Ali Malá explicou ainda que os sectores estão a organizar-se neste sentido, tendo apontado que, para breve, o Instituto Nacional de Pescas estará ligado ao sistema electrónico, através do qual os operadores desta área poderão regularizar as suas licenças.

“Já reunimos com os sectores e estão a colaborar. Os técnicos estão a ser formados. Para o ano, teremos as licenças de pesca a serem emitidas a partir da JUE”, avançou, considerando o impacto positivo da JUE que, segundo disse, está a melhorar a colecta de receitas em tempo real, através dos bancos.

Para a MCNet, uma parceria público-

-privada que provê às Alfândegas de Moçambique de ferramentas para a facilitação do comércio e melhoria do ambiente de negócios com soluções inovadoras, o sistema está implementado a 85 por cento do que se exigia.

De acordo com presidente do Conselho de Administração da MCNet, Rogério Samo Gudo, neste momento, estão a ser agregados outros componentes que não tinham sido antes idealizados, para que o sistema responda às novas dinâmicas, sobretudo, do Estado.

“À medida que desenvolvemos e implementamos outros conhecimentos para o funcionamento da plataforma, para todos os intervenientes que fazem parte da cadeia, agentes económicos, despachantes aduaneiros, transitários, estabelecimentos bancários e instituições licenciadoras surgem outras novas necessidades. Vamos continuar a prover formações para que os utilizadores se apropriem do sistema de desembaraço aduaneiro para a melhoria do ambiente de negócios”, afirmou.

Aurélio Furdela vence Prémio Literário 10 de Novembro

O escritor Aurélio Manuel Furdela é o grande vencedor do “Prémio Literário 10 de Novembro” edição de 2017, promovido pelo Conselho Municipal da Cidade de Maputo (CMCM), com o patrocínio da mcel-Moçambique Celular.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz



O jovem escritor concorreu e venceu através da obra intitulada “A Noite”, tendo recebido, como prémio, um cheque no valor de 100 mil metcais.

Conforme foi anunciado, esta quinta-feira, em Maputo, foram submetidas ao concurso 17 obras, das quais quatro não reuniam os requisitos exigidos pelo prémio, instituído pelo CMCM e a Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO), por ocasião da celebração do Dia da Cidade de Maputo.

Intervindo, na cerimónia de anúncio dos resultados do concurso, o presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo, David Simango, indicou que a literatura é um instrumento de manifestação e divulgação de experiências que o ser humano acumula ao longo da sua existência, sendo, ao mesmo tempo, um instrumento indispensável da socialização.

“No caso do nosso País e da cidade de Maputo, em particular, dominados pela tradução oral e, por conseguinte, por bibliotecas mortais, somos desafiados a imortalizar o nosso legado histórico e social, através da literatura, daí a razão da criação do Prémio Literário 10 de Novembro pela edilidade”, concluiu.

Por sua vez, a representante da mcel, Felícia Nhama, referiu que o evento ocorre num momento especial para a operadora moçambicana de telefonia móvel, que comemora 20 anos de sua existência.

“Não podemos falar dos 20 anos da mcel, sem nos referirmos ao destacado papel socialmente responsável que a empresa dedicou durante duas décadas de existência, nos vários sectores da sociedade, nomeadamente na Educação, Saúde, Desporto, Ambiente e neste caso concreto, na Cultura”, frisou.

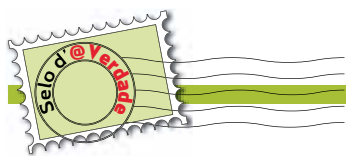
Trabalhadores da mcel sem aumentos salariais em 2018

O Conselho de Administração e o Comité dos Trabalhadores da mcel concluíram o processo de negociação salarial, tendo chegado a acordo de que não haverá aumentos no decurso de 2018, em consequência da situação financeira, frágil e difícil, que a empresa actualmente atravessa.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Chegaram, igualmente, a consenso de que as negociações do próximo ano terão início no mês de Abril, relativamente mais cedo que o habitual. “Possivelmente com melhores perspectivas de incremento, em função da melhoria nos resultados”, refere a nota conjunta assinada pelos representantes do Conselho de Administração e do Comité dos Trabalhadores da empresa.

Apesar dos resultados financeiros negativos que a empresa registou no ano transacto, esperando-se o mesmo cenário para o ano em curso, as partes acordaram sobre o pagamento do 13º salário para todos os colaboradores.



Guerra contra a corrupção em Moçambique

A corrupção é um mal supremo de todos os males que a Frelimo implantou em Moçambique. A corrupção está em toda a vida das pessoas nos lares, casamentos, empresas públicas, privadas, na água territorial, nas montanhas de Moçambique, no ar, no subsolo moçambicano, nas instituições públicas escolas, na cozinha, na casa de banho, hospitais, quartéis corações, almas, portanto em todo lado.

É uma situação que pode ser eliminada se houver determinação e empenho de todos sem reservas porque nada no mundo não tem fim, tudo tem princípio e fim. A Frelimo foi responsável de tudo de mal que existe neste mundo e temos que dizer isto para ajudar a reduzir esta situação. O pouco de bom que ela fez não tem atenção neste momento, apenas concentremo-nos dos males.

É importante aqui e agora notar que a corrupção está enraizada e consolidada no STAE nos distritos, nas Escolas públicas e outras instituições públicas e o foco a apontar os misseis contra os corruptos é a província de Nampula onde a corrupção está muito forte e intocável, em que o gabinete de combate a corrupção, inspecções das instituições públicas não conseguem detectar e neutralizar as redes de corrupção, mesmo com indicações anónimas certas e operativas, não se consegue perseguir com facilidade e eliminar os corruptos por força

de apadrinhamento e conluio em benefício próprio e duma minoria.

Importa referir aqui e agora que no STAE a corrupção está ligada a alguns administradores distritais em que mesmo com indicação do mau trabalho e actos de cobranças e suborno na contratação de formadores e membros das assembleias de voto como aconteceu nas anteriores eleições em Malema, Mecubúri, Moma, Mopingual, Liúpo, decidiu-se na continuidade dos respectivos directores que também alguns são pedagógicos dumas escola altamente corruptos protegidos.

Muitos directores de STAE permanecem no cargo no STAE por pagamento de valores aos representantes da Frelimo nos distritos e seus superiores hierárquicos nos seus níveis.

Nas escolas sobretudo secundárias a corrupção está implantada na viciação de notas para favorecer alunos que não existem, emissão de certificados falsos que o gabinete de combate a corrupção não consegue detectar. Na saúde cobranças nas consultas e maternidades, etc.

Ora, no quadro da declaração de guerra cerrada contra a corrupção a todos os níveis em Moçambique decretada pelo senhor Presidente da República com apelo ao envolvimento de todos, e na qualidade de cidadão venho por

este meio propor ao país os seguintes passos:

1. O gabinete de combate a corrupção de níveis provinciais deve enviar agentes disfarçados a paisana aos distritos para acompanhar os trabalhos no STAE e exames finais nas instituições públicas. Lá procurem interagir com quadros e funcionários honestos e sérios sobre diversos esquemas montados pelos directores de STAE para colher benefícios ilícitos. Lá vão captar actos de nepotismo, conterrânicos, amiguismo, cabritismo e tráfico de influências. Cada administrador tem suas listas de pessoas a serem enquadradas ilícitamente nos trabalhos do STAE. Nas escolas vão captar o fenómeno "caso" para deixar aprovar alunos faltosos.

2. Sendo a corrupção fenómeno que atenta contra a segurança do estado, o sise deve ter instruções claras e enérgicas na luta contra a corrupção, apesar de alguns administradores imbuídos de actos corruptos desprezarem alertas dos agentes do sise para satisfazerem as suas redes que lhes nomearam para seus cargos.

3. O gabinete de combate a corrupção deve divulgar seu endereço electrónico para endereçarmos directamente todas as ideias sobre esse desafio de combate a corrupção no Moçambique.

Por Jorge Valente

Pergunta à Tina...

Olá Tina. Descobri que tinha uma ITS em Março de 2016, junto com a minha namorada fomos ao centro de saúde, sem nenhum exame comprovativo nos deram três injeções em três semanas (Benzatina), não deram efeito. Voltámos, fizeram exames para gonorreia e sífilis, não foi detectada nenhuma das duas, daí o médico receitou Aciclovir, dizendo que só podia ser Herpes o que tínhamos. Tomámos e passou, mas foi só por um mês, a infecção voltou a manifestar-se, não acabou um mês sem ter uma crise, às vezes só fico duas semanas sem manifestação, já me aplicaram Benzetina em quatro consultas, tomei Eritromicina, Azitromicina, Aciclovir em comprimidos. O Aciclovir é que vejo que dá bons resultados quando estou em crise (pequenas bolhas agrupadas no corpo do pénis). Perante esta situação gostaria de saber o que posso fazer para ultrapassar este problema e recuperar a minha vida normal, com a minha namorada.

Olá, amigo leitor. Realmente, tudo indica que deve ser Herpes, uma Infecção de Transmissão Sexual (ITS) bastante frequente, causada por um vírus. Infelizmente, o Herpes ainda não tem cura e o vírus permanece no corpo por toda a vida. O Aciclovir pode aliviar os sintomas, mas não cura definitivamente. Assim, é normal que essa doença venha a incomodar-te repetidas vezes, surgindo em surtos imprevisíveis, de maior ou menor intensidade.

Não debes ter relações sexuais enquanto essas borbulhas, também chamadas vesículas, não curarem por completo. Mesmo usando camisinha, não debes fazer sexo, pois os vírus podem estar presentes não só no pénis, mas em toda a área genital. Por isso, mesmo sem vesículas, os vírus podem ser transmitidos à tua namorada. Portanto, a restrição deve ser absoluta, enquanto as vesículas não curarem. Na fase aguda, o Herpes é altamente contagioso. E, mais grave ainda, se a tua namorada engravidar, pode transmitir a infecção ao feto.

Também não debes tocar nas lesões e principalmente, evitar contacto com os olhos (poderás desenvolver Herpes ocular). Se tocares nas lesões inadvertidamente, debes lavar as mãos imediatamente.

Sempre que tiveres essas vesículas, debes iniciar imediatamente o tratamento, pois quanto mais cedo, mais efectivo ele será e aliviará o teu incómodo. A tua namorada terá que receber exactamente o mesmo tratamento, ao mesmo tempo. Também não devem fazer sexo enquanto durar o tratamento.

É importante que tu e a tua parceira (mesmo que ela não tenha sinais ou sintomas) façam o teste do HIV. Isto porque as pessoas com imunodeficiência, como aquelas que têm o HIV, têm mais facilidade em apanhar Herpes.

Também debes habituar-te a usar sempre a camisinha quando fazes sexo. Assim, evitas passar a infecção à tua namorada e evitas a re-infecção ou apanhar outra ITS. Tens que encarar isto como de importância fundamental, pois o vírus não é eliminado pelo tratamento e permanece no corpo durante muitos anos.

Há pessoas que têm surtos tão frequentes e tão incómodos que têm que tomar o Aciclovir todos os dias continuamente, durante meses e até anos, o que quase elimina os surtos e melhora muito a qualidade de vida, mesmo não curando completamente.

Se quiseres conhecer melhor esta doença, podes consultar na Internet, onde há muitos sites que discutem este assunto, nomeadamente o seguinte: <http://www.mdsaude.com/2012/03/herpes-genital.html>

Boa sorte!

Boa tarde Tina, Sou João e tenho 26 anos de idade, casado e pai de uma filha, a minha esposa sofre de aquecimento vaginal já há bastante tempo, já fomos fazer análises, teste de HIV e sempre deu negativo, mas as dores acompanhadas por corrimento nunca passam, alias para além disso, depois de envolvimento sexual eu tenho tido borbulhas tipo queimadura no pénis, já fiz de tudo, mas não estou a encontrar solução. Me ajude por favor, João.

Boa tarde, João. Já fizeram algum tratamento? Não deu resultado? As borbulhas de que falas sugerem que terás uma ITS provocada por um vírus, chamado Herpes. Trata-se de uma infecção muito contagiosa, pelo que é provável que a tua esposa também tenha essa infecção. Recomendo que leias a resposta acima que demos a outro leitor que tem o mesmo problema. Se se confirma que tens Herpes, o que aconselhamos a esse leitor será útil também para ti. Boa sorte, João!

goste de nós no
facebook.com/JornalVerdade

Jornal @Verdade

Com mais um Orçamento do Estado condicionado pelas dívidas ilegais da Proindicus, EMATUM e da MAM o Governo de Filipe Nyusi vai cortar na Educação. Ao contrário da média de 8 mil professores contratados nos últimos três anos, em 2018 deverão ser admitidos apenas 2.213 docentes para o ensino público. O ministro Adriano Maleiane admitiu que o "rácio que temos para o Plano Quinquenal do Governo, de 57(por professor), é uma meta que já era um desafio", portanto não deverá ser alcançada em 2019. Paradoxalmente o Executivo alocou mais dinheiro para carros de luxo do que prevê gastar com novos professores.

<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/64114>

Orlando Tembo O povo Zimbabweano suportou 37 anos de ditadura mas 1 dia os aliados ensolaram-se deles por isso irmãos deixem eles fazer o que querem ate mesmo robarem votos mas 1 dia vai acabar porque o que tem principio tem fim Deus sabe dar

justiça · 23/11 às 13:48

Suarez Juze O povo zimbabweano foi enganado por militares, nada mudou apenas a pessoa, um dia voltaram afirmar aqui, alegria de um pobre dura poucos minutos, nada disse · 23/11 às 15:36

Helder Mabuie Tudo tem principio e tem fim · 24/11 às 9:07

Berito Cleal Mussepa Viva frelimo viva nyusi estamos na era dos macondes! Estamos a criticar aqui em 2019/19 somos nós mesmos a votar nos corruptos e incompetentes da frelimo é por isso nao adianta viva frelimo viva nyusi. · 23/11 às 13:04

Rock Filipe Chingotuane Esses querem povo analfabeto e pobre para governar sem reclamações pensem nisso · 23/11 às 16:39

Ger Singano Viva subida do analfabetismo em Moz. · 23/11 às 14:23

Victor Chume Ya frelimo esta uma merda mesmo · 23/11 às 13:54

Ginoca Ramos Continuem assim que vão por bom caminho, não tarda deixa

de haver escolas para as crianças. · 23/11 às 12:36

Marcos Cecinato Parece k ao invés d melhorar estamos a piorar a situação , k catástrofe... · 23/11 às 15:48

Aderito Argentina Nhabanga Opah,k pena p o povo k cada dia k passa vai afundando na miséria e os chefes numa wellada. · 23/11 às 17:02

Gento Do Carmo Lima Esses nossos dirigentes n aprendem nao estão a ver i visinho Zimbábwe · 23/11 às 15:29

Antonio Simoes Martinho Pra se manter no poder o analfabetismo lhes interessa · 23/11 às 16:10

Rafael Antonio Mabunda Umhlabe Pr filipi nyusi oque ta governar.mas ela nao xta ver oque ta conecer no pais?as pessoas estao a sofrer cada dia que passa as coisas estao subir,

taver no dia 1 de decembro o dinheiro d portagem vai subir.s r pr nyusi veja oque xta conecer no pais estamos sofrer pidimos melhoramente do seu trabalho. · 23/11 às 16:06

Salomão Zandamela O ensino público vai desaparecer em Moçambique. As instituições de ensino técnico profissional a maior parte delas não aceita novas candidaturas e faltam-nos dizer que já não existirão nos próximos anos, assim vai Moçambique rumo ao retrocesso e analfabetismo, mais tarde vai importar técnicos da Europa. Assim vai o Mundo. · 23/11 às 13:44

Suarez Juze Só olhar · 23/11 às 15:33

Aida Velozio Sem comentario. · 23/11 às 19:19

Nepal vota pacificamente em primeira eleição geral em 18 anos

Quase três milhões e meio de cidadãos foram convocados às urnas no Nepal no último domingo para o primeiro turno das eleições gerais sob a Constituição de 2015, acabando com 18 anos de interinidade no Legislativo.

Num dia tranquilo, o incidente mais grave registado até agora aconteceu no distrito de Bitadi, a 800 quilómetros a oeste da capital Katmandu, onde uma bomba improvisada foi encontrada e desactivada pelo Exército do país, afirmou à Agência Efe o porta-voz da Comissão Eleitoral, Naba Raj Dhakal.

Dhakal acrescentou que a votação foi perturbada na província de Dolakha, a cerca de 150 quilómetros a leste de Katmandu, por um incidente entre o maoísta Partido Comunista do Nepal e o Partido do

Congresso.

O Governo mobilizou 238 mil membros das forças de segurança “com capacidade de alcançar qualquer ponto (de votação) em 10 ou 15 minutos”, informou à Efe o porta-voz do ministério de Assuntos Interiores, nos 32 distritos (de um total de 77) do cinturão montanhoso do norte do país.

Neste primeiro turno, do qual sairá a câmara baixa do Parlamento e as sete assembleias provinciais, foram abertos 4.465 colégios eleitorais.

O porta-voz da Comissão Eleitoral informou à Efe que tinha sido registada uma participação de cerca de 25% do eleitorado até as 10h (horário local,), detalhando que 298 candidatos concorrem ao Parlamento e 440 às assembleias provinciais.

O apuramento começará assim que terminar o segundo turno, que será realizado no dia 7 de Dezembro na região mais povoada do país, o sul, e espera-se que os resultados sejam divulgados em uma semana.

Texto: **Agências**

Idosos mortos em acidente no Chile eram Tesouros Humanos Vivos da Unesco

Vários dos 11 idosos que morreram no sábado em um acidente envolvendo o autocarro no qual viajavam no sul do Chile tinham sido reconhecidos como Tesouros Humanos Vivos pela Unesco, pela prática da medicina mapuche ancestral, informaram neste domingo fontes oficiais.

Entre os passageiros do veículo que virou em uma estrada da região de Araucanía havia “avós e avós que auxiliavam na área da saúde, escolhidos como Tesouros Humanos Vivos pela Unesco, e a própria presidente da República (Michelle Bachelet) os tinha reconhecido há pouco tempo”, afirmou o edil do município de Tirúa, Adolfo Millabur.

A autoridade explicou que alguns mortos exerciam a prática ancestral “Ngütamchefe” e foram reconhecidos em 2014 pela capacidade e sabedoria para regular fraturas, luxações, entorses, entre outros. Estas pessoas

desempenhavam o papel de promotores da saúde mapuche e atendiam em um centro hospitalar público de Tirúa, no sul do Chile, onde vive o povo mapuche.

Às 18h local do sábado, um autocarro que transitava pela rota que une as localidades de Victoria e Curacautín, a cerca de 600 quilómetros de Santiago, virou quando levava um grupo de funcionários e idosos a um passeio, e deixou um saldo de 11 mortos e 20 feridos.

O motorista perdeu o controle do veí-

culo, segundo a informação divulgada pelos policiais, que tombou e se arrastou por vários metros enquanto transportava 45 pessoas.

Os feridos, vários deles em estado grave, foram levados a hospitais de localidades próximas.

Bachelet enviou suas condolências às famílias das vítimas através do Twitter e lamentou a notícia. “O meu mais profundo pêsames às famílias das vítimas e a minha solidariedade à comunidade de Tirúa”, afirmou a chefe de Estado na rede social.

Texto: **Agências**

Em protesto, uma deputada municipal levou o filho bebé para a assembleia — mas foi impedida

Uma deputada municipal foi obrigada a sair da Assembleia Municipal de Kumamoto (no Japão), na passada quarta-feira, depois de os colegas se terem manifestado contra a presença do seu filho de sete meses na sala. A japonesa Yuka Ogata tinha levado o seu filho bebé para a sessão na quarta-feira em forma de protesto, para acentuar as dificuldades que muitos pais japoneses – sobretudo as mulheres – enfrentam diariamente ao terem de conjugar a carreira com a vida familiar, ainda mais depois de ter havido um decréscimo do número de creches e jardins-de-infância disponíveis na região.

Depois de alguma discussão e de ter concordado deixar o filho com uma pessoa amiga, a sessão plenária começou com 40 minutos de atraso. Alguns dos deputados da assembleia municipal referem que a deputada quebrou as regras ao levar consigo o filho, não por ser expressamente proibido mas por ser considerado um “visitante” — e, segundo as regras, estes visitantes só podem assistir à sessão se estiverem sentados numa tribuna para o público. Ainda assim, os deputados municipais ficaram de discutir o caso e formas de apoiar aqueles que tenham filhos menores.

Algumas imagens captadas em vídeo mostram o bebé sentado ao colo da mãe na assembleia, sem fazer barulho. A sessão de quarta-feira foi a primeira em que Ogata, de 42 anos, esteve presente depois do nascimento do seu segundo filho.

Aos jornalistas, a deputada disse

que tinha contactado várias vezes a secretaria pedindo que a deixassem levar o filho ou, então, que encontrassem uma creche onde a criança pudesse ficar. Como não recebeu nenhuma resposta positiva, decidiu levar o seu filho de qualquer forma, escreve a BBC.

“Queria aparecer na assembleia com o meu bebé e dar voz às mães, trabalhadoras ou não trabalhadoras, que me dizem que têm dificuldade em criar uma criança no Japão”, disse Ogata ao Washington Post. “As mulheres querem ser capazes de criar uma criança e trabalhar sem terem de sacrificar uma destas coisas”, acrescentou ainda.

Este caso contrasta com outros episódios que se têm verificado noutros países: na Austrália, a senadora Larissa Waters regressou ao parlamento com a sua filha bebé e deu-lhe de mamar durante uma das sessões; também a eurodeputada

italiana Licia Ronzulli tem levado a sua filha para a assembleia desde 2010, altura em que a criança tinha um mês de idade. No ano passado, a deputada islandesa Unnur Bra Konradsdottir foi notícia por amamentar a filha enquanto discursava no Parlamento. Em Espanha, porém, uma deputada do Podemos, Carolina Bescansa, foi criticada por fazer o mesmo.

Ogata, que integrou a assembleia municipal em Abril de 2015, já tinha confrontado as regras quando estava grávida de oito meses e recusou levantar-se, ficando sentada enquanto fazia questões na assembleia. Isto num país em que se prezam as regras e em que há uma clara discriminação no papel social atribuído às mulheres, havendo pressão para que elas abandonem as suas carreiras depois de se casarem e de terem filhos, apesar de o número de mulheres japonesas em posições de chefia tenha duplicado nos últimos cinco anos.

Texto: **Público de Portugal**

Operação da Interpol no Sahel africano resgata 500 vítimas de tráfico humano

Cerca de 500 vítimas de tráfico de seres humanos, entre elas 236 menores de idade, foram resgatadas em uma operação da Interpol efectuada em Chade, Mali, Mauritânia, Níger e Senegal, todos países da região do Sahael, no norte da África, que também resultou na prisão de 40 supostos traficantes.

Texto: **Agências**

A Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol) destacou nesta quinta-feira em um comunicado que os detidos são acusados de forçar as vítimas a realizarem actividades que iam desde a mendicidade até a prostituição, sem levar em conta as condições de trabalho e da vida humana.

A operação foi desenvolvida de forma simultânea nos cinco países citados e envolveu a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e algumas ONGs para prestarem atendimento às vítimas.

Além das detenções, a operação derivou em uma série de investigações para tentar acabar com as organizações criminosas envolvidas nessas actividades.

Segundo a Interpol, “os resultados desta operação colocam em evidência o desafio enfrentado pelos agentes de aplicação das leis e por todas as partes interessadas na hora de lidar com o tráfico de seres humanos na região do Sahel”.

Vulcão força retirada de 100 mil pessoas em Bali

A Indonésia elevou o alerta para o nível máximo, devido à iminência de uma grande erupção do vulcão Agung, propondo a retirada de quase cem mil pessoas das redondezas. A aviação civil está interdita, devido aos riscos que representam as cinzas expelidas pelo vulcão situado na famosa ilha de Bali, onde há milhares de turistas retidos e a aguardarem por uma solução que lhes permita deixar a zona.

Texto: **Público de Portugal**

Cerca de 40 mil pessoas deixaram as suas casas nas áreas mais próximas do vulcão, situado no Nordeste desta ilha muito procurada como destino turístico, mas o número deve mais do que duplicar a partir desta segunda-feira, segundo adianta a agência de notícias Reuters, que cita as autoridades indonésias.

As imagens do local mostram grandes colunas de fumo a saírem da cratera do Agung, cuja última erupção se registou há 54 anos, em 1963, ano em que fez 1600 mortos. Para evitar a repetição da tragédia, designadamente os riscos para a aviação civil, os voos comerciais de e para a ilha foram proibidos. Como alternativa, embora insuficiente, o departamento de transporte terrestre disponibilizou nesta segunda-feira cem autocarros para o aeroporto e para os terminais marítimos, em socorro dos milhares de turistas que estão sem solução, afirma a agência Lusa. Segundo esta fonte, centenas de voos foram cancelados até agora, num cenário semelhante o que se registou há sete anos, quando o vulcão Eyjafjallajökull, na Islândia, interferiu com a aviação comercial devido às grandes colunas de fumo que expeliu, em 2010.

A agência de gestão de catástrofes naturais da Indonésia ordenou a evacuação das zonas próximas do vulcão, num raio de até dez quilómetros, refere por seu lado a correspondente em Jakarta do diário britânico The Guardian.

Bali é um dos destinos muito populares entre turistas que procuram a Indonésia. Segundo a Lusa, que cita dados oficiais, recebe 200 mil estrangeiros por mês. O plano de retirada destas pessoas, por via marítima, significa que os turistas podem sair de Bali de barco, até à vizinha ilha de Java, de onde poderão seguir por terra até ao aeroporto mais próximo. Isto porque o aeroporto de Bali continuará encerrado até terça-feira, pelo menos.

O governo mandou distribuir máscaras protectoras entre população e turistas, dado que as cinzas que saem da cratera do Agung continuam a cair sobre as zonas mais próximas. Há 22 localidades prioritárias para a Indonésia, mas há pessoas que estão a recusar-se a abandonar casas, produções agrícolas e animais, dizendo sentir-se seguras. Porém, a agência de gestão de catástrofes está determinada em fazer cumprir a ordem de evacuação. Se necessário, vamos retirar [os resistentes] à força”, declarou Sutopo Purwo Nugroho, porta-voz da agência, citado pela Lusa.

Nas zonas que se pretende livre de pessoas, havia desde domingo estradas, carros e edifícios cobertos de cinzas. As fotografias da agência estatal de notícias Antara mostravam então um brilho vermelho do magma durante a noite no Monte Agung, o ponto mais alto da ilha, a 3142 metros de altitude.

China condena activista de Taiwan a cinco anos de prisão por “subversão”

Um tribunal chinês condenou a cinco anos de prisão o activista taiwanês Lee Ming-che por “subverter o poder do Estado”. Lee tinha desaparecido em Março durante uma viagem à China continental e foi agora condenado por ter criado um grupo no serviço online de mensagens QQ dedicado a “promover a democracia ao estilo ocidental”.

Texto: **Público de Portugal**

A notícia da condenação enfureceu a Presidente de Taiwan, Tsai Ing-wen, e pôs ainda mais tensão nas relações entre Pequim e Taipé – oficialmente a China mantém a sua declaração de soberania em relação a Taiwan, mas Taiwan tem o seu próprio sistema político e eleitoral, semelhante ao das democracias ocidentais, e o partido que está actualmente no poder é favorável a uma declaração formal de independência.

Desde que o Partido Democrático Progressista (liberal e anti-comunista) chegou ao poder em Taiwan, em Janeiro de 2016, Pequim tem alargado a sombra que projecta sobre a ilha. No ano passado, a entrada de turistas da China continental em Taiwan desceu mais de 40% – Taipé diz que Pequim apertou a política de vistos para prejudicar a sua economia e Pequim diz que os turistas deixaram de chegar por vontade própria devido ao aumento da tensão entre os dois lados.

Foi neste clima ainda mais crispado do que o habitual que a Justiça chinesa deteve, julgou e condenou o activista taiwanês Lee Ming-che.

“É lamentável que o caso de Lee

Ming-che tenha causado ainda mais problemas às relações entre os dois lados do Estreito [de Taiwan], e em particular que tenha desafiado a persistência e os ideais de democracia e de liberdade do povo de Taiwan”, lê-se num comunicado do gabinete da Presidente de Taiwan.

Lee Ming-che entrou na China no dia 19 de Março através de Macau. Nesse mesmo mês, as autoridades de Taiwan disseram que não tinham registo da chegada do activista ao hotel nem informação sobre a sua possível detenção.

As organizações internacionais de defesa dos direitos humanos, como a Amnistia Internacional, chamaram logo a atenção para o desaparecimento de Lee e condenaram as acções das autoridades chinesas, considerando que “levantam sérias questões sobre a segurança das pessoas que trabalham com a sociedade civil na China”.

De acordo com a Amnistia Internacional, apesar de Lee “apoiar organizações civis e activistas na China há muitos anos, desta vez tinha ido à China por motivos pessoais, para

preparar o tratamento médico para a sua sogra”.

O director do Wenshan Community College de Taipé (onde Lee Ming-che trabalha), Cheng Hsiu-chuan, disse que o activista dedica-se principalmente à promoção da democracia e dos direitos humanos e que costuma partilhar informação com os seus amigos chineses “sobre a transição de Taiwan para uma democracia”.

Entre Março e Setembro pouco se soube sobre o paradeiro de Lee Ming-che, até que foi anunciado que o activista iria ser julgado num tribunal da província chinesa de Hunan. Foi acusado de colaborar com um cidadão chinês em “ataques” contra o Governo de Pequim através da “promoção dos valores da democracia ocidental” – Lee considerou-se culpado de subversão, mas a sua mulher diz que ele foi coagido a assinar a confissão.

O tribunal de Hunan condenou Lee a cinco anos de prisão por ser um “participante activo” nas acções que descreve como sendo subversivas, e condenou também o activista chinês Peng Yuhua a sete anos de prisão por ter sido “o actor principal”.

Texto: **Público de Portugal**

Papa evita referir-se aos rohingya publicamente

O Papa Francisco optou por fazer um discurso cauteloso após o encontro que manteve com a conselheira de Estado do Governo da Birmânia, Aung San Suu Kyi, e não mencionou o termo “rohingya”. Porém, não deixou de falar do sofrimento causado pelo “conflito civil e pelas hostilidades”.

“As diferenças religiosas não têm de ser uma fonte de divisão e desconfiança, mas antes uma força de unidade, perdão, tolerância e da construção inteligente de uma nação”, afirmou o Papa.

O chefe da Igreja Católica disse que o povo da Birmânia “sofreu muito, e continua a sofrer, por causa do conflito civil e das hostilidades que duraram demasiado tempo e criaram divisões profundas”. “Enquanto a nação trabalha agora para restaurar a paz, a cicatrização dessas feridas deve ser uma prioridade política e espiritual absoluta”, concluiu.

A expectativa era elevada para saber se o chefe da Igreja Católica iria abordar directamente um tema considerado altamente delicado entre a sociedade birmanesa. Em causa está a perseguição feita aos rohingya, uma comunidade que faz parte da minoria muçulmana originária do estado de Rakhine, no noroeste.

Uma forte ofensiva lançada pelo Exército no Verão levou 600 mil rohingya a fugir para o vizinho Bangladesh, deixando os campos de refugiados à beira do colapso. A violência da operação militar foi descrita pelas Nações Unidas como um “exemplo perfeito de limpeza étnica”.

Num país de maioria budista, mas muito dividido etnicamente, os rohingya não têm sequer direito à cidadania e a utilização do termo com o qual se identificam é muito desencorajada. As autoridades birmanesas referem-se aos rohingya como

“imigrantes ilegais bengalis”, justificando desta forma a recusa em conceder-lhes direitos básicos.

Para além da instabilidade em Rakhine, a Birmânia enfrenta vários conflitos armados noutros pontos do país, alguns dos quais duram há quase meio século.

Desafio diplomático

Era este o dilema com o qual Francisco se deparou assim que aterrou em Rangun, na segunda-feira, para a primeira visita de um Papa à Birmânia, que tem uma população católica de apenas 700 mil pessoas num total de 55 milhões de habitantes. O próprio cardeal birmanês, Carles Bo, fez um apelo directo ao Papa para não utilizar o termo rohingya durante a visita, sob pena de despertar uma reacção violenta por parte das franjas mais radicais da população budista.

Por outro lado, o mundo está cada vez mais atento ao drama dos rohingya, divididos entre a perseguição na Birmânia e a recusa de reconhecimento nos países para onde fogem, como o Bangladesh. O próprio Francisco chegou a referir-se aos “irmãos e irmãs rohingya” nas suas orações.

Porém, o Papa optou por seguir os conselhos da própria Igreja Católica na Birmânia, evitando nomear publicamente o tema dos rohingya. As declarações de Francisco aconteceram após um encontro com Suu Kyi, a líder de facto do primeiro Governo composto parcialmente por civis na Birmânia desde a independência.

Nas últimas décadas, a luta de Suu Kyi contra o controlo militar do país conferiu-lhe um estatuto de defensora dos direitos humanos à escala global – em 1991 foi-lhe atribuído o Prémio Nobel da Paz, quando estava sob prisão domiciliária. Porém, são muitas as vozes, até de outros galardoados com o Nobel, que criticam o seu silêncio e inacção em relação aos abusos cometidos sobre os rohingya.

Na declaração que fez após o encontro com Francisco, Suu Kyi também não referiu os rohingya, mas admitiu que a situação em Rakhine “captou fortemente a atenção do mundo”. As suas palavras sobre o conflito voltaram a ser vagas, dizendo que “questões sociais, económicas e políticas minaram a confiança e a compreensão, a harmonia e a cooperação, entre as diferentes comunidades em Rakhine”.

Apesar de alguns progressos democráticos nos últimos anos – que abriram o caminho para as primeiras eleições livres em 2015 –, o Exército continua a deter grande poder sobre a política do país e muitos analistas duvidam da capacidade efectiva de Suu Kyi e do sector civil governamental de controlarem as suas acções.

Na véspera, Francisco teve uma breve reunião com o líder militar birmanês, o general Min Aung Hlaing, que garantiu que “não existe discriminação religiosa”. Na quinta-feira, o Papa parte para o Bangladesh, onde tem encontro previsto com um grupo de refugiados rohingya, no âmbito de um encontro inter-religioso.

Data do aniversário de Mugabe transformada em feriado nacional no Zimbabwe

O Zimbabwe transformou o dia 21 de fevereiro, data do aniversário do ex-presidente Robert Mugabe, em feriado nacional, segundo informou nesta segunda-feira (27) o jornal “The Herald”.

Texto: **Agências**

O feriado será denominado Dia Nacional da Juventude Robert Mugabe e sua designação estava planejada desde antes da crise política vivida no Zimbabwe durante as duas últimas semanas e que acabou com a renúncia do líder ao poder, após 37 anos no comando do país.

A iniciativa tinha sido impulsionada pela juventude da governante União Africana Nacional de Zimbábue-Frente Patriótica (ZANU-PF), partido co-fundado por Mugabe.

A oficialização do feriado foi publicada no boletim oficial zimbabueano na sexta-feira, segundo detalhou o “The Herald”, ou seja, no mesmo dia que seu sucessor, Emmerson Mnangagwa, assumiu como presidente provisório.

Apesar de considerar que nos últimos anos a política no Zimbabwe esteve “envenenada” e garantir com a sua chegada o início de um novo etapa, em seu discurso Mnangagwa teve palavras de reconhecimento para Mugabe, a quem descreveu como um “pai”, “mentor”, “líder” e “camarada”.

Mnangagwa, veterano da guerra de libertação do Zimbábue da mesma forma que Mugabe, serviu como seu vice-presidente até que foi destituído em 6 de Novembro entre pressões da primeira-dama, Grace Mugabe, que queria chegar ao poder.

Pouco mais de uma semana depois, as Forças Armadas, com quem Mnangagwa tem um bom vínculo, se rebelaram contra o Governo e confinaram o presidente e sua família. A crise acabou com o final do “reinado” de quase quatro décadas de Mugabe, abandonado por todos seus aliados históricos, e com a designação de Mnangagwa, conhecido no país como “Crocodilo”, para substituí-lo até a realização das eleições presidenciais em 2018.

Sociedade

Pensionistas recebem cadeiras de rodas em Manica

Quatro pensionistas do Sistema de Segurança Social, na cidade de Chimoio, província de Manica, beneficiaram, na última segunda-feira, 27 de Novembro, de cadeiras de rodas ofertadas pela delegação provincial do INSS.

Texto & Foto: **www.fimdesemana.co.mz**



Trata-se dos pensionistas Chico Santiago, José Matueca, Maria Ganje e Sebastião Godize que receberam aqueles meios de locomoção, no âmbito do Programa de Acção Sanitária e Social.

A cerimónia de entrega das cadeiras de rodas foi presidida pelo director provincial dos Combatentes de Manica, Ângelo Naene, em representação da Secretária Permanente Provincial, Francisca Muluana, acto que foi testemunhado pelos familiares dos pensionistas e técnicos do INSS.

Os pensionistas contemplados saudaram o gesto do INSS, tendo referido que o apoio recebido vai minimizar as dificuldades que enfrentavam no seu dia-a-dia.

No mesmo evento, duas crianças com problemas de locomoção receberam igual número de cadeiras de rodas, na sequência de um pedido formulado ao INSS, pela delegação provincial do Instituto Nacional de Acção Social.

Ainda no âmbito do Programa de Acção Sanitária e Social, a Delegação Provincial do INSS de Manica prevê oferecer mais seis cadeiras de rodas aos pensionistas dos distritos de Manica e Gondola, sendo três para cada região.

Relatório descreve “brutalidade” contra manifestantes anti-Maduro

Um novo relatório sobre a forma como o Governo da Venezuela lidou com as manifestações da oposição afirma que centenas de pessoas foram julgadas e condenadas de forma ilegal, e pinta um quadro negro sobre as condições em que muitos delas estiveram detidas: penduradas no tecto com as mãos e os pés algemados e forçadas a comer alimentos com excremento, cinza de cigarro e insectos.

O relatório tem 62 páginas e foi escrito a meias pela organização internacional não-governamental Human Rights Watch e pela associação de direitos humanos venezuelana Foro Penal – um grupo fundado em 2005 por vários advogados opositores do antigo Presidente Hugo Chávez e do actual Presidente, Nicolás Maduro.

Nas páginas do relatório estão descritos 88 casos que envolvem 314 pessoas, numa amostra do que as duas organizações consideram ser “um tratamento sistemático e brutal, incluindo tortura, contra manifestantes anti-governo e opositores políticos”.

Os responsáveis pelo relatório falaram com os manifestantes que se queixam de terem sido espancados e torturados, com familiares, com outras testemunhas, com médicos e com advogados de vários dos detidos, para além de terem visto fotografias e vídeos, relatórios médicos e decisões judiciais. Os casos relatados dizem respeito ao período entre Abril e Setembro e envolveram pessoas de Caracas e de outros 13 estados venezuelanos.

“Os abusos generalizados e perversos contra os opositores do Governo na Venezuela, incluindo casos escandalosos de tortura, e a absoluta impunidade dos atacantes sugere responsabilidade governamental ao mais alto nível”, disse José Miguel Vivanco, director da Human Rights Watch para as Américas.

É uma preocupação que atravessa todo o relatório – a de sublinhar que a actuação das forças governamentais na repressão das manifestações de Abril deste ano foi “sistemática”, e não resultado de “excessos ocasionais de agentes marginais”.

nais de agentes marginais”.

Um dos casos descritos no relatório é o de Ernest Martin (nome fictício), de 34 anos. Este habitante de Caracas diz que foi detido por agentes dos serviços secretos da Venezuela depois de ter criticado o Governo em público. De acordo com o relato de Martin, os agentes que o detiveram algemaram-lhe as mãos e os pés, penduraram-no no tecto e deram-lhe choques eléctricos enquanto o interrogavam sobre as suas ligações à oposição.

“A natureza e o timing de muitos dos abusos – bem como o frequente uso de epítetos pelos abusadores – sugerem que o objectivo deles não era a aplicação da lei ou a dispersão de manifestantes, mas sim a punição de pessoas por causa das suas opiniões políticas”, afirmam as duas organizações responsáveis pelo relatório num comunicado.

Os casos incluem também detenções longe das manifestações, em casas ou nas ruas. De acordo com a Human Rights Watch e a Foro Penal, as forças governamentais foram casa a casa deter pessoas conhecidas pela sua oposição ao Governo de Nicolás Maduro.

O relatório salienta que houve registo de manifestações em que alguns dos participantes cometeram actos de violência – negando a versão do Governo, que descreveu a onda de protestos iniciada em Abril como violenta na sua totalidade.

“Os abusos brutais que estão documentados não fizeram parte de um esforço para reprimir manifestações violentas. Em vez disso, as atrocidades foram infligidas a pessoas que já estavam detidas ou controla-

das de outra forma pelas forças de segurança, ou consistiram no uso desproporcional e deliberado de violência contra pessoas em manifestações, nas ruas e até nas suas casas”, afirma a Human Rights Watch.

As duas organizações contabilizaram pelo menos 5400 detenções entre Abril e Setembro, com alguns dos detidos a serem libertados “sem terem sido levados perante um juiz”, e outros “sujeitos a acusações sumárias sem as mais básicas garantias legais”. Pelo menos 757 civis “foram acusados em tribunais militares por crimes que incluem traição e rebelião, em circunstâncias que violam a lei internacional”, denunciam a Human Rights Watch e a Foro Penal.

Em jeito de conclusão, as duas organizações apelam à comunidade internacional que “peça contas a partir do estrangeiro” ao Governo da Venezuela, se as autoridades do país “forem incapazes”, ou “se não quiserem”, responsabilizar as forças de segurança “pelos abusos”.

Milhões de venezuelanos que se opõem ao Governo de Nicolás Maduro manifestaram-se entre Abril e Agosto deste ano, depois de o Tribunal Supremo de Justiça (composto por juizes nomeados pelo Governo) ter assumido as competências legislativas da Assembleia Nacional (onde a oposição estava em maioria). O Governo diz que essas manifestações foram orquestradas pela oposição de direita, com a supervisão de interesses políticos e económicos nos Estados Unidos.

Entre Abril e Agosto morreram 163 pessoas nas manifestações um pouco por todo o país, e mais de 15 mil ficaram feridas.

Tribunal boliviano permite a Evo Morales se candidatar a um 4º mandato presidencial

Uma milícia tribal matou pelo menos 43 pessoas em Jonglei, Estado central do Sudão do Sul, disseram autoridades locais na quarta-feira (29), parte de um ciclo de assassinatos por retaliação que o poder local tem sido incapaz de deter.

Texto: **Agências**

Morales poderá agora aspirar completar quase duas décadas de mandato em 2025, apesar de mais da metade dos bolivianos ter rejeitado em Fevereiro do ano passado uma modificação constitucional que eliminava os limites que uma pessoa pode se candidatar a um cargo.

“Esta disposição... está justamente a permitir que essas pessoas se candidatem, porque definitivamente quem escolhe é o povo boliviano”, disse o presidente do tribunal, Macario Lahor Cortez.

O governo boliviano apresentou um recurso ao tribunal para declarar a inaplicabilidade de vários artigos da Constituição e da lei do regime eleitoral, que impediam que Morales fosse candidato em 2019.

“A decisão foi unânime em sessão plenária, o Tribunal Constitucional Plurinacional atuou de acordo com o estabelecido pela Constituição Política do Estado e as convenções internacionais”, disse Cortez.

Encontrados 90 crânios numa obra em Madrid

Os trabalhadores de uma obra de construção em Madrid descobriram os crânios e outras ossadas de pelo menos 90 pessoas no subsolo da Sociedade Cervantina. O caso está a ser investigado, mas os especialistas acreditam que os restos mortais foram ali despejados por uma antiga igreja que fica num edifício contíguo.

Texto: **Público de Portugal**

“Agora temos de descobrir se as mortes aconteceram de forma natural, se se trata de mulheres ou crianças. Não é a primeira vez que isto acontece, mas desta vez fomos surpreendidos pela dimensão”, disse a directora-geral do Património, Paloma Sobriní. A mesma responsável disse que as obras poderão continuar assim que a investigação for concluída.

A descoberta foi feita no n.º 87 da rua Atocha, num pátio partilhado por dois edifícios – o da Sociedade Cervantina, actualmente um espaço cultural onde em tempos esteve a impressora que produziu a 1.ª edição de Dom Quixote, em 1604; e a antiga Igreja dos Desamparados. Os especialistas acreditam que as ossadas foram enterradas no pátio durante a limpeza das tumbas na antiga igreja, mas não têm ideia do ano em que isso aconteceu – a igreja foi construída no século XVII.

Ataque de milícia mata 43 pessoas em Estado central do Sudão do Sul

Texto: **Agências**

Uma milícia tribal matou pelo menos 43 pessoas em Jonglei, Estado central do Sudão do Sul, disseram autoridades locais na quarta-feira (29), parte de um ciclo de assassinatos por retaliação que o poder local tem sido incapaz de deter.

Agressores do grupo étnico murle mataram 20 homens, 22 mulheres e uma criança e feriram outras 19 pessoas no pequeno vilarejo de Duk Payel na terça-feira, disse o ministro da Informação de Jonglei, Jacob Akech Deng.

As mortes são o capítulo mais recente de uma série de retaliações, roubos de gado e sequestros de crianças entre os murle e os dinka bor, outro grupo étnico.

Rico em petróleo, o Sudão do Sul mergulhou em uma guerra civil em 2013 e está assolado por rivalidades entre rebeldes, militares e milícias. Mais de um terço dos 12 milhões de habitantes do país fugiu de casa.

Kudumoch Nyakurono, o ministro da Informação do Estado vizinho de Boma, disse que seu governo está tentando descobrir os culpados.

“Há alguns vilarejos que já foram atacados por alguns jovens murle em Pibor”, disse Nyakurono. “O governo do Estado de Boma condenou este ataque, e enviamos comissários e representantes daqui para irem descobrir qual vilarejo organizou este ataque para que possamos levá-los à Justiça”.

A Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (Minuss) também disse à Reuters nesta quarta-feira que está enviando uma patrulha de pacificação e monitores de direitos humanos à área.

“A Minuss deplora quaisquer incidentes nos quais civis inocentes são mortos. A missão continuará a apoiar os esforços de reconciliação entre as comunidades no local para amenizar as tensões e encerrar o ciclo de vingança”, disse o porta-voz Daniel Dickinson.

Enchentes e deslizamentos deixam 11 mortos e 4.000 evacuados na ilha de Java

Texto: **Agências**

Pelo menos 11 pessoas morreram e 4.000 foram evacuadas pelas inundações e deslizamentos de terra que estão afectando na terça-feira (28) a ilha indonésia de Java como consequência das copiosas chuvas e fortes ventos que acompanham a depressão tropical “Cempaka”.

As vítimas mortais, duas arrastadas em enchentes e nove sepultadas em deslizamentos de terra, foram registradas em Pacitan, distrito da regência do mesmo nome no sul de Java, 520 quilómetros ao sudeste da capital Jacarta, segundo a Agência Indonésia de Meteorologia, Climatologia e Geofísica (BMKG).

“O mau tempo causou inundações, deslizamentos de terra e tornados em 21 distritos e cidades de Java e Bali”, detalhou a BMKG em um boletim.

A “Cempaka”, que tinha hoje ventos constantes de 65 quilómetros por hora, também provocou evacuação de pelo menos 4.000 pessoas.

Os meteorologistas prevêem que a depressão tropical, que também é responsável por ondas de até seis metros de altura, comece a afastar-se da Indonésia amanhã.

Desporto

Ligue 1: Neymar e Cavani voltam a marcar e PSG abre 10 pontos na liderança

Texto: **Agências**

Neymar e Edinson Cavani marcaram um golo cada para garantir a vitória do Paris Saint-Germain por 2 a 0 sobre o Troyes, que levou o clube a abrir 10 pontos de vantagem na liderança do Campeonato Francês de futebol, na quarta-feira (29).

Os perseguidores mais próximos do PSG perderam – o Olympique Lyon sucumbiu por 2 a 1 em casa diante do Lille e o Monaco foi derrotado pelo Nantes por 1 a 0.

O PSG teve que esperar até os 28 minutos do segundo tempo para abrir o placar, quando Neymar acertou um lindo chute de perna esquerda de fora da área, seu 15º golo pelo PSG em todas as competições, aliviando os nervos no Parc des Princes.

No primeiro tempo, Cavani perdeu um penalti, mas depois do intervalo o uruguaio marcou em chute de dentro da área após passe de Neymar. As derrotas de Lyon e Monaco permitiram ao Olympique de Marseille, com a vitória por 3 a 0 sobre o Metz, pular para o segundo lugar, 10 pontos atrás do invicto PSG, que passou a 41 pontos após 15 jogos.

Lyon e Monaco, em terceiro lugar, têm 29 pontos, dois atrás do Marseille.



Candidaturas para Bolsas de Estudo

Programa “Borlaug Higher Education for Agricultural Research and Development” (BHEARD)

Ao abrigo da Iniciativa “Feed the Future”, a United States Agency for International Development (USAID) financia o Programa “Borlaug Higher Education for Agricultural Research and Development” (BHEARD). Este programa é implementado pela Michigan State University (MSU) e homenageia o legado do laureado com o Prémio Nobel para a Paz, Prof. Dr. Norman Borlaug. O programa apoia a formação, a nível de Mestrado, de investigadores e conhecedores de políticas em Agricultura e Segurança Alimentar. Com esta contribuição pretende-se aumentar o número de cientistas agrícolas e possuidores de know how em políticas apropriadas assim como reforçar a capacidade das instituições científicas nos países em desenvolvimento.

As bolsas de estudo serão atribuídas para estudos na África do Sul, no Quênia, no Gana ou no Brasil a partir do ano de 2017. Os programas de formação terão a duração de dois anos. A parte curricular dos cursos a frequentar terá lugar nas universidades ou instituições de Ensino Superior dos países designados e o projecto de investigação integrado no curso de Mestrado será implementado em Moçambique.

Residentes em Moçambique que preenchem os critérios anunciados podem concorrer às bolsas do BHEARD. Entretanto, prioridade será atribuída aos trabalhadores das seguintes instituições e organizações:

- Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar e Ministério da Saúde (sectores ligados a questões de nutrição e políticas para o sector de agricultura, segurança alimentar e nutrição.)
- Instituições públicas e privadas de ensino superior e de investigação, inovação e tecnologia aplicadas à Agricultura. Será dada prioridade a instituições que estejam na zona do programa “Feed the Future” nas províncias de Manica, Nampula, Sofala, Tete e Zambézia, mas candidaturas de outras províncias do País são também aceites, desde que reuнам os requisitos exigidos, incluindo as áreas prioritárias de estudo.
- ONGs e organizações do Sector Privado que promovam a nutrição e forneçam assistência técnica a produtores agrícolas assim como trabalhem em multiplicação de sementes nas províncias de Manica, Nampula, Sofala, Tete e Zambézia são particularmente encorajadas a participar.

As áreas de estudo abrangidas por este programa são as seguintes:

- Ciência Alimentar e nutrição e ligações com a agricultura (incluindo segurança de alimentos e tecnologia alimentar).
- Agronomia / Ciências Agrárias / Fisiologia Vegetal.
- Economia Agrária e Agro-negócios (incluindo estatísticas agrárias, análise de dados e planificação de políticas); Economia ou ciências relacionadas (Empreendedorismo, Desenvolvimento de Mercados);
- Agricultura Sustentável; Gestão de Recursos (incluindo solos, água, irrigação); Transferência de Tecnologia; Extensão e Serviços de Aconselhamento Agrários.
- Cadeia de valor de sementes e sistemas de sementes (As cadeias de valor prioritárias a serem estudadas incluem culturas oleaginosas e leguminosas. A batata-doce de polpa alaranjada, a mandioca e o milho são culturas básicas a considerar).

As Comissão de Selecção de Bolseiros analisará as candidaturas e seleccionará os candidatos de acordo com os seguintes critérios:

1. Papel actual e futuro das instituições em que os candidatos estão integrados.
2. Ter nacionalidade Moçambicana e residir em Moçambique nas províncias da Zambézia, ou de Nampula, ou de Manica, ou de Tete, ou de Sofala.
3. Bom desempenho académico ao nível da “Licenciatura”, contexto académico adequado e experiência profissional relevante.
4. Boas qualificações em Inglês escrito e falado (comprovadas por teste TOEFL ou IELTS) ou em Português conforme se pretenda estudar num país falante de Inglês ou de Português.
5. Evidência de envolvimento numa carreira de desenvolvimento em Moçambique da investigação em Agricultura.
6. Ter até 32 anos de idade para candidatos do sexo masculino ou 35 anos de idade para candidatos do sexo feminino.

São encorajadas candidaturas de candidatos do sexo feminino.

Formulários de candidatura e outras informações relevantes podem ser encontrados em BHEARDAPPLY@anr.msu.edu ou por contacto com bheard.moz@gmail.com.

Data limite de apresentação de candidaturas: até 20 de Dezembro de 2017.